

**EM FOCO**

## O futuro das últimas autárquicas

Enfrentámos uma campanha com uma enorme desproporção de meios, nos quais pesou, e não foi pouco, o aproveitamento, por parte do PS, do aparelho de Estado para favorecer as suas candidaturas.



■ **Carlos Luís Figueira** Pág. 18

## O papel e o lugar dos comunistas e do PCP

Estamos perante tarefas que ilustram vitalmente que a iniciativa tem de prevalecer sobre a resposta.

■ **Sérgio Ribeiro** Pág. 19

## Especulação bolsista continua a não pagar impostos

■ **Eugénio Rosa** Pág. 21

## Desclassificação dos arquivos secretos Washington torna públicos planos terroristas contra Cuba

■ **Miguel Urbano Rodrigues** Págs. 22 e 23

## Formação trajectória e fim do Império Britânico Portugal e a Guerra Peninsular

■ **Manoel de Lencastre** Págs. 24 e 25

Proletários de todos os países UNI-VOS!

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Janeiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1260 • Director: Carlos Brito

# PREÇOS

## A escalada continua

Os aumentos decretados ou autorizados pelo Governo ultrapassam largamente, em alguns casos, a taxa de inflação prevista para 1998 com que Guterres pretende condicionar os aumentos salariais.

Pág. 5



**Choque financeiro provoca milhões de desempregados no Sudoeste da Ásia**

## TIGRES ASIÁTICOS NAS GARRAS DO FMI



Centrais

**Editorial Os trocos**



Os estudantes universitários em greve, na luta contra as propinas

## RESUMO

### 14 Quarta-feira

Jorge Sampaio considera um «escândalo nacional» o número de presos existente em Portugal ■ Prosseguem as greves em vários estabelecimentos do Ensino Superior, na luta dos estudantes contra as propinas ■ O governo decide que não financia integralmente as obras do autódromo do Estoril ■ António Guterres encontra-se com Tony Blair, em Londres ■ A Argélia recusa a visita da troica europeia, justificando a sua decisão com o baixo nível de representatividade ■ O Iraque recusa a continuação dos trabalhos da equipa da ONU perita em desarmamento.

### 15 Quinta-feira

A Deco entrega no Palácio da Justiça uma acção inibitória e uma acção popular contra a Portugal Telecom, pondo em causa os aumentos das tarifas telefónicas ■ A Assembleia da República revoga o quadro das compatibilidades dos autarcas ■ Cinco timorenses refugiam-se na Embaixada de França em Jacarta ■ A Indonésia e o FMI acordam um pacote financeiro de ajudas avaliado em cerca de oito mil milhões de contos ■ As autoridades argelinas voltam atrás na sua decisão e aceitam a visita da troica europeia, no dia em que mais 16 pessoas são assassinadas por grupos fundamentalistas ■ Deputados quenianos exigem medidas urgentes para fazer face à epidemia que grassa no país.

### 16 Sexta-feira

O Instituto Nacional de Estatística afirma que a precariedade do emprego aumentou no fim do ano passado ■ Portugal continua a insistir junto da Comissão Europeia para a concretização da interdição à entrada no nosso país de suínos oriundos de Espanha ■ A ministra da Saúde propõe o aumento de vagas na Faculdade de Medicina ■ Na Turquia, o Tribunal Constitucional dissolve o partido islamita Refah, por «atentado ao laicismo do Estado».

### 17 Sábado

Inicia-se o Conselho Nacional do PP ■ Dezenas de milhares de pessoas participam em manifestações contra o desemprego em várias localidades da França ■ O Sinn Fein rejeita as recentes propostas anglo-irlandesas para uma regulação política no Ulster ■ O presidente mexicano recusa uma reforma constitucional que permita a auto-

nomia das populações índias de Chiapas, como reclamam os zapatistas ■ Bill Clinton presta declarações sobre um possível caso de assédio sexual a Paula Jones.

### 18 Domingo

O representante pessoal do secretário-geral da ONU para Timor-Leste chega a Lisboa, para preparar uma nova ronda de conversações entre Portugal e a Indonésia ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Paris, exigindo a realização de um referendo sobre a moeda única e o Tratado de Amesterdão ■ No Iraque, Saddam Hussein decreta a mobilização geral da população ■ Quatro mineiros morrem na Rússia, na sequência de uma explosão de gás ■ Na Serra Leoa, milhares de pessoas fogem da cidade de Tongofield, depois da sua captura pela guerrilha Kamajor ■ Morre em Lisboa a escritora Maria Judite de Carvalho.

### 19 Segunda-feira

Jorge Sampaio inicia a «Semana da Educação» ■ O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, recebe pela segunda vez o líder do Sinn Fein, Jerry Adams, na sua residência oficial ■ A CDU toma posição, em Vila Franca de Xira, contra o «sectarismo» da nova maioria, do PS, que não atribuiu pelouros a nenhum vereador eleito nas listas da Coligação ■ Boris Ieltsin regressa ao Kremlin e critica a política social do seu próprio Governo, exigindo medidas imediatas para o pagamento de salários em atraso ■ A Tailândia aprova plano prevendo a expulsão de um milhão de trabalhadores ilegais ■ A imprensa angolana refere que a polícia encontrou três depósitos onde a Unita escondia mais de mil armas.

### 20 Terça-feira

Três novos atentados registam-se no Ulster, Irlanda do Norte. Reivindicados por grupos pouco significativos no processo que opõe independentistas e unionistas, não deixam de pesar negativamente nas negociações ■ No final de um encontro com Arafat, Jacques Chirac afirma que a Europa apoia o relançamento do processo de paz na Palestina ■ Por seu lado, Clinton, em encontro com Netanyahu, não chega a acordo no sentido de soluções de paz ■ Governo do Zimbábue ordena ao exército que intervenha para controlar as manifestações e revoltas contra as subidas de preços ■ Paulo Portas garante que não entrará na corrida para liderar o PP no próximo congresso em que está prevista a saída de Manuel Monteiro.

## EDITORIAL

# Os trocos

**N**a escalada de aumento dos preços actualmente em curso têm-se ouvido as mais laboriosas explicações para enganar o consumidor e sossegar a opinião pública. Julgava-se que as famosas «rebaixas» da Telecom, que originaram agravamentos de preços até 43 por cento, eram imbatíveis em matéria de mistificação.

Ora, aí está agora a Secretaria de Estado dos Transportes a pretender explicar o generalizado agravamento das tarifas nas empresas da área da sua jurisdição com, entre outras, a necessidade de «facilitar os trocos». Com este pretexto os bilhetes de metropolitano comprados a vulso sobem 14,3 por cento, passando de 70 para 80 escudos, e os da Transtejo sobem 11,1 por cento, passando de 90 para 100 escudos.

Custa a creditar que seja o próprio Governo a justificar de forma tão cínica um agravamento de preços desta ordem quando ainda há pouco decretou aumentos de pensões e reformas de apenas de 35 e 40 escudos diários, estabeleceu o aumento do índice 100 da Função Pública em pouco mais de 40 escudos diários e tem admitido um aumento diário de menos de 70 escudos para o salário mínimo nacional.

É caso para dizer: são tudo trocos, senhores governantes!

Os aumentos dos transportes não se ficam pelos exemplos referidos, em percentagens menores, verificam-se em quase todas as modalidades, em termos tais que tanto o «Público» como o «Correio da Manhã» titularam sem hesitar: «Transportes acima da inflação».

A Secretaria de Estado dos Transportes põe também uma grande ênfase a salientar que «procurou-se beneficiar os preços dos passes intermodais e combinados», mas mesmo o custo destes cresce significativamente, desde os 2,2 por cento no escalão mais baixo até 2,4 e 2,5 por cento nos escalões mais utilizados.

A par dos transportes, aumenta também o preço da água em Lisboa. Neste caso, o Governo, igualmente se reconforta com a alegação de que o primeiro escalão (até 5 m<sup>3</sup>) não será aumentado, mas a verdade é que o 2º escalão (de 6 a 13 m<sup>3</sup>) onde cai grande parte dos consumidores tem um aumento de 3 por cento, para já não falar do 3º escalão (acima de 15 m<sup>3</sup>) que terá um aumento de 5,1 por cento.

Assim vai a escalada do aumento dos preços que o Governo PS preparava há muito e para a qual o PCP preveniu insistentemente durante a campanha eleitoral para as autarquias locais. Passadas as eleições, o Governo PS sente-se à vontade para a pôr em prática, de tal forma que, a não haver uma enérgica resposta do País, bem se pode dizer que a escalada continua.

**E**ntretanto, os dados do INE vindos a público revelam que o ano de 1997 terminou com a inflação a acelerar. Com os aumentos que agora se registam, é mais que provável que esta tendência se vá manter e até acentuar em 1998. Como referia há dias o «Diário de Notícias», «vários analistas apontam mesmo a hipótese de uma aceleração, moderada, que poderia ir até aos 2,5%».

Há que contar além disso que o ano agrícola apresenta muito más perspectivas, com as sementeiras a atingirem apenas 20 por cento do que seria normal.

É claro que o Governo, «sempre optimista», vai dizendo que está tudo sob controlo e em relação a cada aumento de preços assegura, como mais uma vez se verifica no caso dos transportes, que ele «é inferior à percentagem do aumento de salários».

Mas que percentagem? É a da Função Pública que vai querer impor aos demais trabalhadores, depois dos aumentos de preços já verificados? As negociações sobre o aumento do salário mínimo nacional arrastam-se no Conselho de Concertação Social, mas o aumento do preço dos transportes passa a vigorar no dia 1 de Fevereiro.

No quadro que está criado, é essencial partir para a contratação colectiva com claros objectivos e grande determinação para que a percentagem de aumento de salários não se reduza a simples trocos e faça justiça ao valor do trabalho na situação presente da nossa economia.

**A** propósito de trocos, o país tem-se divertido com as dissonâncias e contradições, talvez mesmo discordâncias entre o ministro das Finanças, de um lado, e outros ministros, do outro, sobre a campanha de informação acerca do «euro».

O Governo no seu conjunto tem feito apologia do esclarecimento dos cidadãos para os preparar para os novos problemas que serão trazidos pela a moeda única, sempre com o fito, afinal, de ganhar e mobilizar a opinião pública nacional para uma causa que está muito longe de estar decidida, mas que os governantes querem dar a ideia que está consumada.

Os ministros Gama e Pina Moura têm encarecido, em especial, essa necessidade talvez por estarem persuadidos da frágil implatação da ideia da moeda única entre a nossa gente, que

não foi ouvida nesta questão (em referendo, como o PCP tem exigido), nem sequer chamada a participar num debate sério sobre a matéria.

O ministro Sousa Franco, no entanto, com o seu ar desabrido e imprevisível, saiu-se há dias clamando que em relação ao «euro» «o mais importante é estar lá», que «os portugueses já estão bem informados», que «a vida e os agentes económicos é que os vão ensinar», que «a publicidade é só um factor de chamada de atenção» e por aí fora.

Ninguém se atreve com certeza a pôr em causa o ardor com que o ministro das Finanças defende a moeda única, com a qual pensa passar à história. O seu destempero deve ter, por isso, pesadas razões.

Quem quer que tenha assistido a debates sobre o «euro» no nosso país ou lá fora talvez possa compreendê-lo. Ele deve ter percebido que quanto mais se debate mais se fortalecem as objecções. Por exemplo, quando surgem perguntas sobre a diferenciação de preços e ainda mais sobre a diferenciação dos salários. Por que é que os salários em Portugal hão-de parecer meros trocos quando comparados com os que se praticam noutros países da União Europeia, se o espaço económico é o mesmo e se a moeda passar a ser a mesma?!

Sousa Franco percebe que a discussão gera a oposição e é por isso que quer impedi-la. É, afinal, pela mesma razão que o PS e o PSD têm impedido o referendo sobre a moeda única.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Sovero Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Sovero Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L1, 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para: Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## Todas as pressões

O Governo quer visivelmente trazer para a primeira linha da actualidade política a matéria da revisão da Lei eleitoral para a Assembleia da República. Além do mais, até dá jeito para afastar as atenções da subida dos preços.

O ministro António Costa fingiu há dias, no plenário de S. Bento, que fazia o balanço do «debate público» lançado formal e artificialmente em Setembro com a apresentação de um «anteprojecto de articulado» de alterações à Lei, da iniciativa governamental.

A primeira conclusão que o ministro devia ter tirado, mas não teve coragem de fazer, é a de que não houve debate nenhum porque as forças políticas estiveram mobilizadas pelas eleições autárquicas e a questão não suscita verdadeiro interesse no país.

Não conseguiu, no entanto, deixar de referir «o reconhecimento, hoje consensual, que o nosso sistema eleitoral tem provado bem», alegando que com a introdução dos «círculos uninominais» o Governo só quer «melhoramentos».

Esta falsa propaganda não se tem, no entanto, revelado muito mobilizadora, daí que o ministro Costa ande à procura de outras formas de pressão sobre a opinião pública.

Na arenga parlamentar do passado dia 14, dedicou boa parte do texto à questão da «presença de mulheres» no Parlamento, matéria omissa no «anteprojecto de articulado» governamental.

Isto é, para animar o debate sobre a alteração da Lei eleitoral, o PS e o seu Governo voltam-se agora para as mulheres, mas estas têm sobejas razões para ficarem desconfiadas.

Na verdade, apesar do PS advogar há anos a imposição de quotas obrigatórias de representação de mulheres nas listas de candidatura e de ter introduzido essa obrigação nos seus próprios estatutos, na prática, o que se tem verificado é que a «obrigação» tem sido escandalosamente desrespeitada e a participação das mulheres claramente subestimada nas listas socialistas.

Foi assim nas listas candidatas às últimas eleições para a Assembleia da República e foi assim, de forma ainda mais flagrante, nas recentes eleições para as autarquias locais, com raríssimos casos de mulheres como cabeças de lista.

São bem fundados, pois, os receios de que a introdução de círculos uninominais, onde na escolha dos candidatos iriam prevalecer moti-

vações semelhantes das que operam nas eleições autárquicas, se traduzisse, afinal, num ainda maior sacrifício de candidaturas femininas.

A experiência, nossa e alheia, mostra então que não é pela via de autoritárias imposições legais de quotas que se resolve a magna questão nacional de assegurar uma muito maior participação da mulher na vida política, na composição da Assembleia da República e à frente das autarquias locais.

Trata-se de uma questão de cultura e de vontade política.

Repare-se no exemplo da CDU que nas últimas autárquicas apresentou 83 mulheres como cabeças de lista, contra 53 nas eleições precedentes, e que mesmo perdendo a presidência de oito autarquias, aumentou de duas para três as presidências de câmaras desempenhadas por mulheres.

Não é por aqui que a proposta do Governo disfarça a intenção de pressionar por via legal mais bipolarização e bipartidarismo...

■ Carlos Brito

## Os parentes na lama?

É uma evidência que, desde o início da semana passada, se vêm alterando, progressiva e fortemente, as ideias circulantes sobre as novas tarifas telefónicas, como se atesta pelo facto notório de muitos órgãos de comunicação social que, na primeira semana deste mês, tinham acolhido bastante reverentemente as «verdades» da Portugal Telecom, terem evoluído para uma avaliação muito crítica do novo tarifário e veiculado numerosos comentários (e também saborosos «cartoons») arrasando as falácias e truques da PT e do Governo.

Assim em boa hora desrespeitando e mandando passear o conselho que, com manifesto excesso de zelo, um jornalista do «DN» (em 8/1) havia aviado no sentido de que «por enquanto, os consumidores não terão outra alternativa senão confiar nas contas da PT».

E, dizendo isto, dizemos também que não nos passa pela cabeça retirar mérito a quem quer que o tenha nesta justa batalha de opinião contra uma das mais sofisticadas operações de intoxicação e um dos mais desavergonhados assaltos aos bolsos dos cidadãos de que há memória nos últimos anos.

Mas, dizendo tudo isto, é preciso acrescentar que só uma imensa distração ou um impenitente preconceito é que pode levar alguns a, nesta matéria, pretenderem apagar o papel desempenhado e o lugar ocupado pelo PCP, a exemplo de que muitos outros estão sistematicamente fazendo a respeito da lei sobre o aborto.

Por todos, valha o exemplo de Nuno Rogeiro que, no «Independente» (de 16/1), apenas dava os «parabéns à DECO» porque «baseada em pres-

sentimentos, percebeu, antes de qualquer detective privado, que os telefones, indo ser mais baratos, vão ser mais caros (como o «Independente» revelava há uns meses, no meio da indiferença quase geral)».

Ora, a verdade é que a DECO (cuja intervenção digna e corajosa só pode merecer apreço) tomou posição no dia 14/1, e o PCP já tinha tomado posição concreta e fundamentada em conferência de imprensa realizada em 7/1, posição que, por sinal, foi enviada ao «Independente» que a recebeu com a sua habitual «indiferença geral», o que não é admirar pois, na sua edição de 9/1, aquele semanário ainda estava entretido a colocar Murteira Nabo no «top» da sua rubrica «Em alta/Em baixa», escrevendo que «esta semana baixaram as tarifas dos telefones», e que «para já, os consumidores estão a ganhar».

E, já agora, para proveito geral de quem não tem obrigação de saber e proveito particular dos muitos Rogeiros que nem querem saber, lembre-se que já em 16 de Setembro de 1997, na sequência de notícias então divulgadas, o PCP havia denunciado, em conferência de imprensa, os gravosos planos da PT, que em Outubro e Novembro o PCP editou e distribuiu dois folhetos sobre este assunto e que, durante a última campanha eleitoral, o Secretário-geral do PCP várias vezes advertiu que o Governo e a PT reservavam para depois das autárquicas um escandaloso aumento das tarifas telefónicas.

Será que a alguns lhes cairiam os parentes na lama se, ao menos uma vez por outra, fossem capazes de reconhecer que o PCP tinha razão, disse a verdade e agiu a tempo?

■ Vítor Dias

ARGÉLIA  
Terrorismo e conspiração

O que se passa na Argélia parece escapar a toda a possibilidade de entendimento. De tal modo que há mesmo quem pretenda convencer-nos (e convencer os argelinos) que só através da aberta intervenção da «comunidade internacional» nos assuntos internos da Argélia seria possível acabar com o morticínio. É certo que as pretensões intervencionistas têm sido no fundamental rejeitadas. Mas os perigos de internacionalização não podem considerar-se afastados. Há muitas razões para pensar que está efectivamente em marcha uma conspiração contra a Argélia envolvendo nomeadamente o imperialismo, os fundamentalistas islâmico/fascistas, sectores reaccionários do próprio aparelho de Estado argelino.

A dificuldade de ver claro na situação argelina é particularmente avolumada pelos elementos de obscurantismo, irracionalidade e violência demencial que nela intervêm. Seria porém um erro absolutizar a importância do factor integrista islâmico. O fanatismo religioso não tem tradições entre o povo argelino. A revolução argelina, sem dúvida radicada na cultura árabe e berbere, não teve que apelar aos sentimentos religiosos para atingir os seus objectivos anticoloniais libertadores. O Estado saído da revolução era, não obstante a referência islâmica, um Estado republicano, basicamente laico e progressista. Mas é uma evidência que o factor religioso existe, que é objecto de instrumentalização e utilizado como cobertura para a acção de clãs mafiosos e o desenvolvimento do terror fascista. E é a meu ver aqui que bate o ponto. As terríveis carnificinas e a violência sádica e gratuita que as caracteriza, visam semear o terror e o desespero e tornar «aceitável» uma ditadura de cariz fascista e a ingerência imperialista nos assuntos internos da Argélia. O que resulta tanto mais verosímil quando se verifica que os alvos da acção terrorista/integrista/fascista têm sido tudo quanto tenha uma conotação democrática e progressista, a começar pelo ensino (mais de 4.000 escolas incendiadas e destruídas), e as vítimas se encontram, além de intelectuais progressistas, sobretudo entre os trabalhadores e os camponeses mais humildes. O carácter de classe do terrorismo que sangra a Argélia torna-se ainda mais evidente quando se verifica que nem os grandes interesses das multinacionais nem a burguesia parasitária, enriquecida à sombra do Estado argelino, dos ruinosos acordos com o FMI, e das privatizações, têm sido atingidos.

O imperialismo e a reacção internacional procuram instrumentalizar sentimentos religiosos para dificultar o avanço das forças progressistas e a afirmação de alternativas de progresso social e soberania nacional. Na Argélia, como na Bósnia, Afeganistão e muitos outros países. Trata-se de uma estratégia planetária. Hoje são os taliban que se deslocam ao México para discutir com a multinacional norte-americana UNOCAL um chorudo projecto de 4,5 mil milhões de dólares (Público e Monde de 18/19.01.98). Amanhã poderão ser, se não forem derrotados, os integristas argelinos a entregar aos consórcios norte-americanos ou outros o petróleo e o gás argelino, pilar fundamental do desenvolvimento económico e social da Argélia contemporânea. Uma estratégia em que se inserem também os «programas de ajustamento» do Fundo Monetário Internacional, que têm significado para o povo argelino pesados sacrifícios, com 30% de desempregados e um aumento brutal do custo de vida, que já provocou grandes manifestações de descontentamento e de luta popular.

É aliás da profunda crise social em que a Argélia mergulhou, e que atinge sobretudo a juventude (que constitui 80% da população), que o integrismo fascista se nutre. Acreditamos contudo que, com a ajuda dos seus verdadeiros amigos, o povo argelino encontrará forças para derrotar a conspiração, superar a crise, defender a sua soberania, retomar o caminho da democracia e do progresso social. A prolongada luta de resistência contra o colonialismo francês, a heróica guerra de libertação conduzida pela FLN, a revolução argelina - deixaram sulcos profundos que nenhuma conspiração, por mais sinistra que seja, poderá irradiar. A História confirmará que não foram em vão o milhão e meio de vidas sacrificadas na luta pela conquista da independência e da dignidade do povo argelino.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

Borda d'Agua - Traz os aumentos?

## SEMANA

## Morre Maria Judite de Carvalho

Morreu no passado domingo, com 76 anos, a escritora Maria Judite de Carvalho, autora de uma diversificada obra que se estendeu do jornalismo à ficção. Foi mulher e companheira de uma vida do escritor Urbano Tavares Rodrigues - que conheceu ainda estudante de filologia românica na Faculdade de Letras de Lisboa - e que havia de ter um papel importante no estímulo para que Maria Judite de Carvalho se lançasse no mundo das Letras. A sua carreira literária começa com a publicação do livro *Tanta Gente, Mariana*, em 1959 - que se tornaria numa das suas obras mais conhecidas -, seguindo-se o livro de contos *As Palavras Pougadas* (1961), que ganhou o Prémio Camilo Castelo Branco da Sociedade

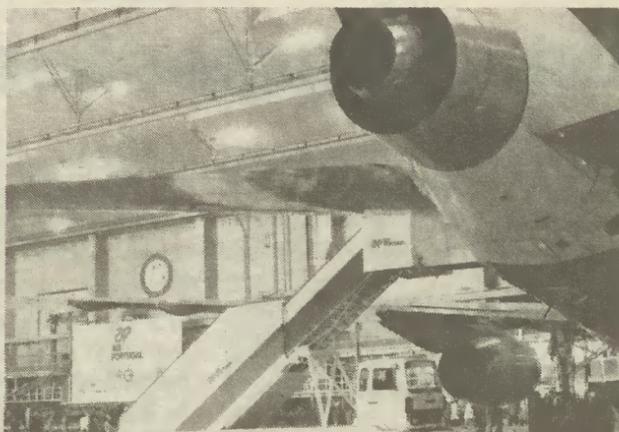


Portuguesa de Escritores. A partir daí surgem os títulos *Paisagem sem Barcos* (1964), *Os Armários Vazios* (1966), *Teu Amor por Eitel* (1967), *Flores ao Telefone* (1968), *Os Idólatras* (1969), *Tempo de Mercês* (1973), *A Janela Fingida* (Crónicas, 1975), *O Homem no Arame* (Crónicas, 1979) e *Além do Quadro* (Contos,

1984), uma vasta obra ficcional onde Maria Judite de Carvalho, numa prosa elegante, contida e despojada que percorre o conto, a novela e o romance, aborda e retrata com rara sensibilidade histórias de vida quotidiana. *Este Tempo*, publicado em 1993 e que ganhou o Prémio de Crónica da Associação Portuguesa de Escritores, reúne mais crónicas suas publicadas nos jornais, onde igualmente trabalhou como jornalista (colaborou no

*Diário de Lisboa* - dirigindo o suplemento *Mulher* -, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *O Jornal*). O livro *Seta Despedida* seria a sua última obra, galardoada com os prémios da Associação Portuguesa de Escritores, do Pen Clube e da Associação Internacional de Críticos Literários.

Ainda este mês, no passado dia 10 de Janeiro, foi-lhe atribuído o prémio Vergílio Ferreira, instituído pela Universidade de Évora e confirmando a sua grande projecção nos meios literários e científicos portugueses, mau grado a, até agora, excessiva discricção da publicação da sua obra junto do grande público.



## Greve de novo a pairar na TAP

Confrontados com a intenção do Governo em cobrar IRS sobre as ajudas de custo e refeições recebidas em 1997 por pilotos, pessoal de voo e pessoal de terra, quatro sindicatos da TAP - SPAC, SNPAC, SITAVA e STVAC, que representam 60% dos trabalhadores - emitem um comunicado conjunto onde advertem que, se lhes for cobrado este imposto cuja existência não suspeitavam, e que devia ter ficado retido na fonte, «reservam-se o direito de desencadear, de um

modo articulado, todas as acções necessárias para a defesa dos associados, com consequências imprevisíveis para a TAP». A agravar a situação, uma portaria entregue a semana passada aos sindicatos dos pilotos e do pessoal de voo pelo Ministério de João Cravinho vem de novo, segundo estes sindicatos, aumentar os tempos máximos de trabalho e reduzir os tempos mínimos de repouso, o que já fez movimentar os pilotos na contestação directa à portaria.

## Turismo português chumba exame

Um estudo da Roland Berger & Partner, encomendado em Maio de 1997 pelo ICEP (Investimento Comércio e Turismo de Portugal) para avaliar pormenorizadamente a situação do turismo no nosso país, foi esta semana divulgado no *Público* e afirma, taxativamente, que «Portugal apresenta, em receita, o pior desempenho do conjunto dos países mediterrâneos». O estudo constata que «na prática, Portugal apresentou um fraco

desempenho neste período (queda de receitas reais, queda de receitas por turista, elevada sazonalidade) distanciando-se dos seus principais concorrentes, que evidenciaram notórias melhorias de performance (em particular Espanha)». E assinala a «estagnação de receitas, na queda clara da receita média por entrada e por turista, na manutenção da sazonalidade e na baixa taxa de ocupação hoteleira (40,7% contra 58,3% em

Espanha)». Para esta importante consultora, torna-se «essencial» que se encontre «consenso para uma nova visão de turismo em Portugal», capaz de «criar condições para um crescimento da procura turística a nível mundial previsto para a próxima década», sob pena de o nosso país perder, irreversivelmente, a oportunidade de participar no previsto crescimento mundial desta importante actividade socioeconómica.



## Presidente da República na «Semana da Educação»

O Presidente da República, Jorge Sampaio, inicia no Grande Porto um conjunto de visitas a escolas do ensino básico e secundário no quadro duma «Semana da Educação», que decidiu promover. No discurso de abertura, Jorge Sampaio considerou que «a situação da educação em Portugal continua a ser muito preocupante», recordando que somos o país europeu «com mais baixas taxas de escolarização - 80% da população adulta possui, no máximo, a escolaridade básica», advertindo que «se continuarmos ao mesmo ritmo, a

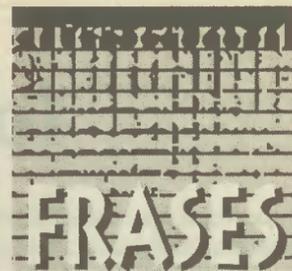
nossa posição relativa não melhorará nos próximos anos». Assinalando «as elevadas taxas de abandono e de insucesso escolar» no nosso país, que não podem ser «uma fatalidade», o Presidente da República considerou que «o Estado nunca investiu seriamente no sector educativo, mesmo quando as retóricas reformadoras foram mais enérgicas» e advertiu que «existem hoje condições para ultrapassar o subdesenvolvimento educativo - é uma oportunidade única que não temos o direito de desperdiçar».

## Promessas de dinheiro para as forças de Segurança

O ministro Jorge Coelho promete que o Ministério da Administração Interna (MAI) - sob a sua tutela desde a recente remodelação governamental - vai gastar cerca de 50 milhões de contos em dois anos (este e o próximo), para melhor ape-

trechar a PSP e a GNR. A maior fatia deste investimento será aplicada na construção e remodelação de postos e esquadras, sendo uma outra dedicada ao reforço das frotas automóveis e o aumento de meios informáticos e de comunicações das

duas corporações, que verão igualmente - segundo as promessas do ministro - aumentados os seus efectivos em mais 5145 elementos para a GNR e a PSP e mais 60 oficiais formados nas escolas superiores das duas corporações policiais.



“Não podemos dar-nos por satisfeitos nem abrandar os nossos esforços. A situação da Educação em Portugal continua a ser muito preocupante.”

(Presidente da República, Jorge Sampaio, na abertura da Semana da Educação, *Diário de Notícias*, 19.1.98)

“O Estado nunca investiu seriamente no sector educativo, mesmo quando as retóricas reformadoras foram mais enérgicas.”

(idem ibidem)

“Existem hoje condições para ultrapassar o ciclo do subdesenvolvimento educativo. É uma oportunidade única que não temos o direito de desperdiçar.”

(idem ibidem)

“Ao estado a que as coisas chegaram, não pensemos que podemos continuar a ser testemunhas de longe.”

(idem, *Público*, 20.1.98)

“O Ministério do Equipamento e a Telecom protestam contra a DECO, acusando-a, nomeadamente, de erros nas contas [das novas tarifas telefónicas] e de comparar dados não comparáveis.”

(Notícia no *Diário de Notícias*, 16.1.98)

“A proposta de tarifário implica, face aos actuais preços e mesmo para quem vier a beneficiar do plano económico, um agravamento na factura final (...) Estão assim correctas as contas da Deco que comparam o que é comparável, isto é, os dois tarifários com todas as suas implicações e sem alteração dos níveis de consumo. Se o [novo] tarifário entrar em vigor, os consumidores vão ser fortemente penalizados.”

(Comunicado da Deco, *Diário de Notícias*, 19.1.98)

“[O PP de Monteiro tem-se limitado a] dar voz a uma série de críticas esparsas e sem qualquer sentido estratégico, não chegando sequer a mostrar ao eleitorado uma razão que justifique a existência de dois partidos da direita democrática.”

(António Lobo Xavier, ex-dirigente do PP, idem)

“Mas assim como a clonagem é inevitável (“a ciência não pode parar”) e a privatização das prisões é muito provável (os custos da justiça e o aumento do crime assim o justificam), a privatização dos cemitérios poderá tornar-se um símbolo de modernidade. Não será assim? A ver vamos. Não brinquemos com o dito do ceguinho.”

(Victor Cunha Rego, *Diário de Notícias*, 20.1.98)

“Rezem para que eu possa ir e regressar a Cuba.”

(João Paulo II, idem)

## TRABALHADORES

Octávio Teixeira ao «Avante!»

# Aumentos de preços desacreditam «tecto» dos dois por cento



## Alguns exemplos

Durante os últimos dias, várias vozes se juntaram à do PCP na denúncia dos elevados aumentos reais dos preços praticados pela Portugal Telecom. Da Deco ao «Público» e a conhecidos analistas económicos, as contas permitiram concluir que a maioria dos portugueses vai ver a sua conta telefónica aumentada a partir do mês que vem, se mantiver o actual volume de conversação.

Com os transportes, as reacções ao anúncio dos novos preços apontaram imediatamente um facto evidente: a subida das tarifas ultrapassa a inflação que o Governo incluiu nas contas para 1998. Os exemplos são flagrantes:

- — os bilhetes de bordo da Carris passam de 150 para 160 escudos, aumentando 6,7 por cento; os pré-comprados sobem 3,3 por cento;

- — um bilhete simples do Metropolitano de Lisboa vai ficar 14,3 por cento mais caro, passando de 70 para 80 escudos; os pré-comprados aumentam 9,1 por cento;

- — os bilhetes suburbanos da CP (zona 1, 2ª classe) sobem 9,1 por cento, passando de 110 para 120 escudos (faltando contabilizar os efeitos da nova organização dos escalões quilométricos regionais);

- — a ligação por barco entre o Barreiro e o Terreiro do Paço passa a custar 170 escudos, aumentando 6,3 por cento (10 escudos);

- — no Porto, os STCP mantêm o preço dos bilhetes adquiridos a bordo e, contrariando os argumentos do Governo válidos para Lisboa, aumentam em 6,7 e 7,1 por cento os preços dos pré-comprados (avulso e caderneta);

- — as tarifas dos operadores privados aumentam entre 5 e 7,1 por cento, nos percursos urbanos (tarifa única de bordo) e interurbanos até 4 km;

- — os passes intermodais da Grande Lisboa sofrem aumentos de 2,2 por cento (L e L criança), até 2,5 por cento (L1).

As directivas governamentais para as novas tarifas da EPAL implicam uma penalização, superior à inflação prevista, para metade dos consumidores, segundo as fontes oficiais citadas na comunicação social:

- — os consumidores do 2º escalão (6 a 13 metros cúbicos de água) vão pagar mais 3 por cento; no escalão seguinte (mais de 15 metros) o aumento é de 5,1 por cento; as empresas e o Estado vêem a sua tarifa aumentada em 2,2 por cento.

**A**o decretar ou autorizar aumentos de preços de bens e serviços essenciais em valores muito superiores à taxa de inflação prevista para 1998, o Governo tira credibilidade aos dois por cento que desejaria impor como «tecto» salarial - sustenta o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, em declarações ao «Avante!».

Referindo-se aos aumentos dos preços da electricidade e dos telefones (que motivaram a iniciativa do PCP de promover um debate de urgência na AR, noticiado na pág. 13 desta edição), dos transportes públicos e da água em Lisboa (divulgados segunda-feira) e de «outros que aí vêm», como as portagens ou o gás, Octávio Teixeira lembrou: «Ainda antes de 14 de Dezembro, o PCP alertou para que, após as eleições, o Governo avançaria com uma escalada de aumentos dos preços dos serviços públicos.»

A escalada aí está e «vai atingir a generalidade da população», que irá sentir os aumentos de preços «já nos orçamentos familiares de Fevereiro», mais depressa do que estes se reflectirão na taxa oficial da inflação, referiu o dirigente comunista. Lembrando que subsistem «problemas relacionados com a medição da inflação», pois «em alguns casos os aumentos não têm reflexos no índice», Octávio Teixeira coloca a tónica no facto de o índice de preços no consumidor representar uma média e, como tal, conjugar várias realidades, ficando desvirtuada a realidade que é o impacto concreto dos aumentos de preços nas diferentes famílias.

«As pessoas vão sentir os aumentos quando forem fazer compras e quando lhes começarem a chegar as facturas do telefone, da electricidade, da água...», prevê aquele membro da Comissão Política do PCP, salientando que estas subidas dos preços «acabarão por ter

consequências na inflação» e tornam «muito provável» que, mais uma vez, a inflação que se vai verificar acabe por ser superior à previsão declarada pelo Governo.

Com o presente cenário, os trabalhadores portugueses ficam a perder duas vezes, frisa Octávio Teixeira: pagam mais pelos bens e serviços que sobem de preço e vêem os seus aumentos salariais contidos pelos limites da taxa de inflação prevista.

Alegar que os aumentos nos transportes têm que ser maiores «por razões operacionais», como facilitar os trocos, é «uma desculpa de mau pagador» e «um pretexto inaceitável», protesta o presidente do Grupo Par-

lamentar do Partido, contrapondo que, se esse fosse realmente o problema, o Governo poderia proceder a aumentos apenas de dois em dois anos.

Tal como as estruturas sindicais que procurámos ouvir, Octávio Teixeira regista que «o que se sabe é o que vem referido na comunicação social». Das notícias vindas a lume, o dirigente comunista alerta para as que referem alguma semelhança entre os aumentos que se anunciam para a CP e os que antes foram divulgados pela

Telecom, pois «há uma clara redução do número de quilómetros que se pode percorrer com os novos bilhetes» de comboio.

Quanto aos novos preços que a EPAL irá praticar no abastecimento de água, Octávio Teixeira cita declarações de responsáveis da empresa e do Governo, que reconhecem que uma grande parte da população sofrerá aumentos de 3 e 5 por cento, e protesta contra a opção feita, de «castigar uma parcela enorme da população, só porque tem o hábito de tomar um banho por dia».



**Aproveitar agora...** — É verdade, baixaram o preço da carne, mas cada quilo passa a ter só novecentos gramas. Ora, eu até os percebo: não querem aumentar os preços mais do que dois por cento e, como passaram tudo a números redondos, isto até facilita os trocos. Não sei onde é que eles descobrem estas invenções... Bom, vou desligar, que ainda quero fazer mais uns telefonemas. Tenho que aproveitar agora, porque o Governo já disse que em Fevereiro as tarifas vão baixar!...

(Foto de Jorge Caria)

## TRABALHADORES

# Enfermeiros subaproveitados na Misericórdia de Lisboa



O subaproveitamento é inadmissível, face à grande falta de enfermeiros no País (foto de arquivo)

## SEP mantém greve dias 29 e 30

A direcção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses mantém a greve nacional convocada para o final da próxima semana.

Uma nota distribuída segunda-feira à tarde pelo SEP refere que, «apesar do Ministério da Saúde ter enviado uma contraproposta de princípios gerais, constata-se que a mesma não abrange todas as propostas apresentadas» pela comissão negociadora sindical dos enfermeiros (que inclui também o sindicato da Região Autónoma da Madeira).

No ofício que fez chegar ao sindicato, o Ministério de Maria de Belém Roseira assu-

mia o compromisso de, até ontem, apresentar aos representantes dos profissionais de enfermagem o desenvolvimento da sua contraproposta. Esta, informou ainda o SEP, será analisada hoje, numa reunião da Comissão Executiva do sindicato.

A paralisação nacional, marcada pelos sindicatos como forma de protesto contra o facto de, até à passada quinta-feira, o Ministério não ter ainda apresentado uma contraproposta às reivindicações dos enfermeiros, limitando-se a pedir mais tempo para analisar os documentos entregues no final de Junho...

Os enfermeiros da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa declaram-se disponíveis para ficarem ao serviço da sub-região de Saúde de Lisboa, «onde certamente serão melhor aproveitados e valorizados do que actualmente» – revelou na semana passada o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

O SEP, por solicitação dos seus associados naquela instituição, reuniu com enfermeiros da Santa Casa lisboeta, com quem analisou as condições sociais e laborais em que ali prestam serviço. «O número significativo de enfermeiros presentes na reunião manifestou o seu profundo descontentamento face ao não cumprimento da carreira e ao esvaziamento do conteúdo funcional na área de gestão», relata o SEP, numa nota enviada à comunicação social pela sua direcção.

Na reunião, os profissionais de enfermagem afirmaram que «não foram tidos em consideração os contributos dados pelos enfermeiros, em Julho de 1997, para alteração do então designado "Projecto de Regulamento dos Serviços de Saúde de S. Roque", que já foi aprovado pela Mesa da Misericórdia». Apontaram ainda, segundo o SEP, «a falta de organização da gestão global de recursos humanos por parte da Misericórdia, que conduz a um subaproveitamento» dos enfermei-

ros, «ao mesmo tempo que há grandes franjas da população que não são assistidas».

«Esta política não tem criado condições de fixação dos jovens enfermeiros e tem aumentado a insatisfação e a desmotivação dos que há mais tempo trabalham nesta área», afirma o sindicato, considerando «inadmissível que, face à carência destes profissionais (faltam 12 mil no País), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não rentabilize os enfermeiros que tem ao seu serviço».

Para expressarem formalmente a sua disponibilidade para passar a trabalhar sob a tutela dos serviços públicos, os enfermeiros da Santa Casa decidiram pedir audiência ao Ministério da Saúde e à Provedora da Misericórdia lisboeta.

### Salários nas IPSS

A Fenprof protestou vivamente contra o facto de a União das Misericórdias e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social

não terem apresentado uma proposta de actualização salarial, que deveria vigorar desde o princípio deste mês. Num comunicado que distribuiu à imprensa após a reunião de dia 7 com aquelas uniões, a Fenprof salienta que «desde 1996 as remunerações não são actualizadas», subsistindo enormes disparidades entre os vencimentos dos educadores de infância e outros trabalhadores das IPSS, «cujo estatuto profissional se encontra bastante degradado».

A federação sindical apresentou, em Maio passado, a ambas as uniões uma proposta de convenção colectiva para negociação. Depois de ter negociado com a Fenprof todas as matérias não pecuniárias, a União das Misericórdias comprometera-se a apresentar uma proposta de tabela salarial no dia 7, mas «sem qualquer justificação consistente, não apresentou propostas concretas sobre as matérias com expressão remuneratória». «A situação com a União das IPSS é muito mais grave, uma vez que do CCT ainda só foram discutidos os primeiros sete artigos» e «faltam as matérias mais importantes, como seja o horário de trabalho, carreiras e enquadramentos salariais e tabelas salariais», refere ainda a Fenprof.

## SMAS de Sintra decidem parar

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra decidiram convocar uma greve para terça e quarta-feira, como forma de exigir o pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, tal como já sucede na Câmara Municipal. No dia 27 paralisa o pessoal auxiliar, no dia seguinte pára o pessoal operário - informou a Direcção Regional de Lisboa do STAL.

O sindicato divulgou ainda uma moção - aprovada no plenário de dia 15 e de seguida entregue nos Paços do Concelho, por trabalhadores que desfilarão pelas ruas de Sintra - onde é feita a denúncia da discriminação de que o pessoal dos SMAS se sente alvo e contra a qual manifesta a disposição de continuar a lutar.

No documento, é referida a condição clara de trabalhadores da Administração Local, inseridos em serviços geridos por responsáveis nomeados pela Câmara Municipal. Neste contexto, «há coisas que não se entendem»: «Se a CM de Sintra entre que os seus trabalhadores devem receber o subsídio de insalubridade, penosidade e risco; se o sr. vereador Herculano Pombo aí votou tal proposta favoravelmente, por que razão, enquanto administrador dos SMAS, representante da CM e por esta nomeado, já entende que trabalhadores a desempenharem idênticas funções, apenas porque as desempenham nos SMAS, não têm o mesmo direito?»

### Lisboa

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, manifestando o seu desagrado pelo

resultado da reunião de dia 16 com o vereador do Turismo, apelou à realização de mais uma concentração de pessoal do Parque Municipal de Campismo, de Monsanto, ontem à tarde, nos Paços do Concelho, para repudiar a forma como foi conduzido o processo de alienação da gestão do Parque a uma entidade de capitais mistos. O sindicato quer negociar as transferências de pessoal para outros serviços e o direito de utilização do Parque pelos trabalhadores da CML.



O pessoal dos Serviços Municipalizados não tem direito ao subsídio de insalubridade que é pago aos trabalhadores da Câmara (foto de arquivo)

## Professores do Centro querem outra autonomia

Cerca de duas centenas de delegados e dirigentes do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) manifestaram em Coimbra, uma «clara oposição» à proposta do Governo sobre «Autonomia e Gestão das Escolas».

Reunidos em plenário regional, no dia 16, os delegados e dirigentes do SPRC criticaram a proposta do Ministério da Educação que visa «desresponsabilizar o Estado no financiamento da escola pública e transpor para os estabelecimentos uma lógica de gestão empresarial privada».

A «contratação directa de docentes, o autofinanciamento das escolas e a colocação das despesas de pessoal na dotação orçamental anual» são alguns dos pontos previstos na «denominada segunda fase de autonomia» dos estabelecimentos de ensino que merecem a discordância do SPRC.

«O desesperado esforço para introduzir nas escolas uma lógica de gestão empresarial privada leva o Ministério da Educação a concentrar

exagerados poderes nos órgãos de gestão, em detrimento dos pedagógicos e até da direcção», refere a Lusa, citando a moção aprovada e entregue na Direcção Regional de Educação do Centro após o plenário.

Para o SPRC, «o esvaziamento dos poderes e competências do Conselho Pedagógico assume uma evidente desvalorização das questões pedagógicas e configura uma clara subalternização dos profissionais de educação».

Para o sindicato, «é inaceitável que, em nome da autonomia, o ME pretenda determinar que o primeiro regulamento interno seja elaborado por uma comissão nomeada por directores regionais de Educação que, mais tarde, ainda teriam o poder de o homologar».

Os dirigentes e delegados presentes no plenário manifestaram-se «disponíveis para participar na mobilização dos professores e educadores» contra as propostas apresentadas pelo Ministério.

## TRABALHADORES

Preocupante situação laboral e social no distrito

## Sindicatos e CTs de Lisboa exigem subida real e justa dos salários

O patronato «sente-se, em muitos campos, coberto pelo Governo, ou porque não se responsabiliza nem actua para impor a autoridade do Estado, ou porque escolhe políticas antitrabalhadores e anti-sindicais», acusam as estruturas presentes no plenário distrital de ORTs.

A reunião das organizações representativas dos trabalhadores nas empresas de Lisboa, realizada na passada quinta-feira, analisou a situação social e laboral, apontando como motivos de preocupação os casos, registados em «muitas empresas», de redução de postos de trabalho, de encerramentos, de não pagamento de salários ou indemnizações, de impedimento ao exercício dos direitos democráticos legalmente reconhecidos.

Os dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores - numa moção aprovada no plenário e entregue, após um curto desfile até ao Ministério do Trabalho (Ferro Rodrigues manteve-se, após a remodelação, no edifício da Solidariedade, perto do Instituto da Vinha e do Vinho) - voltaram a exigir «resolução urgente» para as dívidas, de cerca de 13 milhões de contos, a trabalhadores de firmas que encerraram ou faliram.

## Crescimento!

«Garante o Governo que há crescimento económico», regista-se na moção, concluindo de seguida que «legítimo se torna que desse crescimento têm de beneficiar os portugueses mais desfavorecidos, onde se incluem os trabalhadores». Exigindo que tal crescimento se reflita na criação de emprego, o encontro reclama «aumentos salariais reais e justos, abolindo quaisquer propósitos de contenção salarial», bem como a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas.

«As políticas sociais bem podem depois vir deitar remédios sobre as feridas provocadas pela política económica! Enquanto



Há várias empresas em risco de encerrar e com dívidas elevadas aos seus trabalhadores (foto de arquivo)

esta for exclusivamente favorável aos patrões, aquelas nunca serão justas!» Com tal pressuposto, os

representantes dos trabalhadores, reunidos por iniciativa da USL/CGTP e da CIL, exigem do Governo «políticas económicas geradoras de emprego com direitos e justamente remunerado»; do patronato pretendem «o fim da destruição de postos de trabalho e o respeito das leis laborais».

Na moção, declara-se «profunda oposição aos critérios de convergência para a moeda única, geradores de desemprego, desigualdades sociais, desregulamentação laboral e social», e manifesta-se a disposição de «mobilizar

os trabalhadores contra a política neoliberal da União Europeia e das transnacionais».

Decorrendo durante a semana de acção da CGTP em defesa da Segurança Social, o plenário de ORTs de Lisboa exigiu que este sistema, considerado «fundamental conquista dos trabalhadores», seja «mantido e melhorado em tudo o que lhe é essencial, não dando o Governo cobertura às pretensões neoliberais do sector financeiro, assumidas nas propostas da maioria da Comissão do Livro Branco».

## «Lock-out» da União vai hoje a tribunal

No Tribunal Judicial de Gaia inicia-se hoje o julgamento dos gerentes da Litografia União, acusados de terem praticado «lock-out» para não pagarem os salários aos trabalhadores.

Ao dar a notícia, a Agência Lusa refere que a acusação do Ministério Público surgiu em sequência de uma queixa apresentada em Setembro de 1995 pelos trabalhadores, que acusaram os gerentes de recorrerem ao «lock-out» após a exigência de que não se verificassem mais atrasos no pagamento de salários.

O pagamento dos subsídios em atraso e a não aceitação dos despedimentos sem garantias de quaisquer direitos foram outras das razões apontadas pelos trabalhadores para a alegada atitude dos responsáveis da litografia.

Segundo fonte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, nos dias 9 e 10 de Setembro de 1995, os gerentes retiraram da empresa matérias-primas, fotolitos, tintas e outros instrumentos de trabalho que viabilizavam o seu normal funcionamento.

«No dia 11 de Setembro deixaram de comparecer na empresa e, devido ao seu abandono, desde essa data a Litografia União praticamente não funcionou nem pagou salários, o que levou os trabalhadores, em Novembro de 1995, a rescindir os seus contratos de trabalho com base na lei dos salários em atraso», explicou a fonte citada pela agência.

O sindicato recorda que o «lock-out» está proibido na Constituição Portuguesa e na lei

da greve, salientando que «este será um dos poucos casos em que se verifica um julgamento pela sua prática, um acto que, por lei, é punido com prisão até dois anos e multa de 50 a 500 contos».

## Papel de Góis

Cerca de 130 ex-trabalhadores da falida Companhia de Papel de Góis reclamaram nas últimas semanas os seus direitos em tribunal, elevando a mais de um milhão de contos o total das dívidas ao pessoal.

O coordenador na Região Centro do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e do Papel disse sexta-feira à Lusa que aqueles antigos funcionários da CPG tinham os contratos suspensos ao abrigo da lei, juntando-se agora a cerca de uma centena de colegas que já tinham exigido antes os seus créditos. Segundo António Oliveira, além de salários em atraso, os papeleiros da fábrica, sediada na povoação de Ponte do Sotam, deverão receber indemnizações e ser ressarcidos de outros créditos. O sindicalista indicou que os últimos processos foram entregues na semana passada nos tribunais das comarcas de Coimbra e de Arganil.

A falência da Companhia de Papel de Góis, a mais importante do concelho, que empregou 222 pessoas daquela área da serra da Lousã, foi decretada em finais de Novembro. António Oliveira expressou «grande desilusão» com o desfecho do processo, dado que o primeiro-ministro, António Guterres, ao usar da palavra em Góis durante

o «Governo em Diálogo» no distrito de Coimbra, há um ano, «criou boas expectativas» quanto ao futuro da empresa.

No início da década, realçou, outra importante empresa do sector - a Fábrica de Papel do Boque, na freguesia de Serpins (Lousã) - encerrou as portas, lançando no desemprego cerca de 80 trabalhadores, que foram ressarcidos em «todos os seus créditos».

Na Lousã, localiza-se a mais antiga unidade papeleira em laboração contínua no País, a Fábrica do Penedo (hoje integrada na Companhia do Papel do Prado), fundada, segundo alguns documentos, em finais do século XVII.

## Concentração em Setúbal

Os trabalhadores da ex-Mecânica Setubalense, perante a falta de resposta das entidades oficiais nos processos de falência e do prédio da Bela Vista, decidiram marcar uma concentração para a próxima terça-feira à tarde, junto do Governo Civil de Setúbal. Um recurso interposto pela Segurança Social aguarda decisão judicial, o que impede o pagamento dos créditos aos trabalhadores resultantes da falência. Na massa falida deve incluir-se o prédio da Bela Vista, que o Tribunal de Setúbal considerou pertencer a uma empresa extinta em 1966 (decisão que mereceu recurso do administrador da falência). Os trabalhadores já levaram o problema à Procuradoria Geral da República, ao Governo, aos grupos parlamentares e ao governador civil.

## Trabalhadores dos bingos exigem aumentos dignos

A Comissão Negociadora Sindical da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo reúne-se hoje com a Liga dos Clubes de Futebol para negociar o novo contrato colectivo dos trabalhadores dos bingos.

Os representantes dos trabalhadores vão apresentar uma proposta definitiva para a conclusão das negociações, que foi também submetida à aprovação da Assembleia Geral de Delegados Sindicais, realizada horas antes da reunião com a Liga. Caso não haja acordo, os sindicatos prometem desencadear formas de luta.

Entretanto, na terça-feira, o Sindicato de Hotelaria do Norte (SHN) acusou a Comissão

Negociadora dos Bingos da Liga de Clubes de ter recusado negociar «praticamente todas as propostas sindicais».

«Para vigorar em 1998, a Liga apenas aceitou negociar o subsídio de refeição e a tabela salarial, tendo proposto aumentos de 3,4 e 2,9 por cento, respectivamente», refere o sindicato em comunicado.

O SHN critica, em particular, o facto da comissão negociadora ter recusado negociar um aumento mínimo obrigatório para todos os trabalhadores.

Nesse sentido, acusa a comissão de «pretender dar cobertura aos clubes que não aumentam os trabalhadores há três ou quatro anos, aos que apenas aumentam

alguns trabalhadores e aos clubes que aumentam os trabalhadores com valores ridículos e humilhantes».

«Na última reunião, a comissão negociadora demonstrou pouco interesse em chegar a um acordo, rejeitando propostas sindicais que não provocariam aos clubes acréscimo nos custos com pessoal», salienta o sindicato.

«A Liga precisa de ir mais longe no aumento da tabela salarial, principalmente nos níveis mais baixos, e no subsídio de refeição e, fundamentalmente, tem de garantir um aumento mínimo obrigatório para todos os trabalhadores», conclui o sindicato.

## Deslocalização da Ducalbi

A situação da empresa de calçado Ducalbi, paralisada desde o início de Dezembro passado e com salários em atraso desde Novembro (ver página 9), motivou um pedido de esclarecimento do euro-deputado Honório Novo no sentido de saber sobre as intenções da Comissão Europeia caso se concretize a eventual deslocalização da unidade industrial de Castelo Branco para um qualquer país terceiro.

Na pergunta escrita que dirige à Comissão, o eurodeputado comunista solicita ainda informação sobre apoios em fundos comunitários que a empresa possa ter recebido, e, a confirmarem-se esses apoios, se foram cumpridas todas as obrigações contratuais deles decorrentes, designadamente no que se refere à manutenção e promoção do emprego, bem como as relativas à continuidade da laboração da fábrica.

Honório Novo faz igualmente notar no texto que existem fortes indícios de que a administração da multinacional italiana Trenogarine, detentora da Ducalbi, queira encerrar a empresa e deslocalizar a unidade industrial de Castelo Branco para outro país.

## ALMODÔVAR Saúde «gerida à distância»

A existência de dados profundamente preocupantes em relação à questão da saúde no concelho de Almodôvar justificam, na opinião da Comissão Coordenadora Concelhia de Almodôvar da CDU, a aplicação de medidas urgentes para «evitar uma situação de ruptura nos cuidados médicos de saúde».

O Centro de Saúde de Almodôvar, que em 1990 tinha sete médicos de família, e em 1997 cinco, tem neste momento apenas três, ou seja, um médico para três mil habitantes, diz a CDU lembrando que a OMS recomenda um médico para cerca de oitocentos habitantes.

Entretanto, o Serviço de Atendimento Permanente, para além dos muitos dias em que não há urgências por falta de médicos, reduziu o seu horário de funcionamento. Uma situação que gera graves prejuízos na saúde de uma população envelhecida e obriga os Bombeiros Voluntários a maiores esforços e a um significativo número de viagens a Beja.

A CDU alerta ainda a população para o facto de não haver Director do Centro de Saúde - «gerido à distância» pela Sub-Região de Beja - e, lamentando as «graves lacunas que afectam a funcionalidade do Centro, pergunta se terão fundamento os rumores que correm sobre um eventual encerramento do Centro. Enfim, um «cortejo de carências» que leva a CDU a exigir «a rápida e eficaz intervenção» da ministra da Saúde.

## GUIMARÃES CDU marca posição

Em Guimarães, na tomada de posse para os vários órgãos autárquicos do concelho, que se realizou em 11 de Janeiro, os eleitos da CDU voltaram a defender «o direito ao discurso» por parte de todas as forças políticas democraticamente eleitas, nem que fosse por mera «delicadeza política».

Tal não aconteceu, porém, e a sessão decorreu com formato igual ao de anos anteriores. Como forma de protesto, os eleitos daquela coligação, um a um, após terem assinado o termo de posse, entregaram ao presidente da assembleia cessante um protesto escrito e abandonaram a sala. De alguma forma estragando o ar «de festa socialista» que se pretendia imprimir à cerimónia de empossamento.

## RIBEIRA QUENTE Acontecimentos «subavaliados»?

A Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP, em nota à comunicação social, não aceita que se ignorem as conclusões do Relatório da Provedoria da Justiça sobre «a insuficiência da resposta» das entidades responsáveis, nomeadamente da Protecção Civil, à catástrofe que se abateu sobre a Ribeira Quente e se fique pela «simples resposta verbal e circunstancial (de sinal contrário) do Governo Regional».

Face às considerações e acusações tecidas pela Provedoria da Justiça, seria «muito grave remeter para a confiança cega dos cidadãos a normalidade e correcção da resposta à catástrofe», afirmam os comunistas, defendendo o «apuramento rigoroso dos factos e das responsabilidades».

Para além de «responsabilidades do Governo anterior» na falta de apetrechamento da Protecção Civil em meios, equipamentos e comunicações, e de, na altura da catástrofe, terem sido desencadeados todos os esforços possíveis, o PCP considera manter-se a dúvida sobre se houve ou não «subavaliação» dos acontecimentos que então se estavam a passar, «motivando atrasos de resposta em cadeia».

Uma dúvida que, dada a resposta «insatisfatória e irrelevante» do Governo Regional, semeia insegurança. Razão por que os comunistas de S. Miguel exigem para ela os necessários esclarecimentos que, a não virem, serão institucionalmente solicitados.

## NISA CDU cumpre objectivos

Após um conjunto de reuniões da CDU para análise dos resultados eleitorais e definição de linhas de trabalho futuro, realizou-se recentemente em Niza um Plenário de Eleitos e Activistas, cujas conclusões foram publicamente divulgadas. O Plenário concluiu pela obtenção dos principais objectivos da CDU no concelho, ou seja, o reforço da votação para a Câmara Municipal, onde a CDU voltou a ter maioria absoluta; o aumento da votação para a Assembleia Municipal, órgão para o qual a CDU obteve maioria de eleitos directos; o reforço das votações nas Assembleias de Freguesia, com a obtenção de maiorias absolutas em quatro freguesias (mais uma do que as que tinha no anterior mandato).

Entretanto, para o acompanhamento da vida autárquica e a definição das formas de intervenção política, foi constituída uma Comissão Coordenadora Concelhia, integrando os eleitos da CDU na Câmara Municipal e os primeiros candidatos das listas apresentadas para cada uma das Assembleias de Freguesia.

## Matosinhos

# PCP e CDU reforçam posições

Em conferência de imprensa, realizada no passado dia 13 de Janeiro, a Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP divulgou as conclusões a que chegou sobre os resultados eleitorais no concelho. Lurdes Azeredo, Serafim Brás e Valdemar Madureira, membros da Concelhia do PCP presentes na mesa, consideraram que a CDU teve em Matosinhos «um resultado positivo, ainda que insuficiente, por não terem sido alcançados todos os objectivos pretendidos».

Como aspectos positivos, o PCP destaca o facto de a CDU ter sido a única das quatro forças com representação autárquica a aumentar a sua votação em relação a 1993 para a Câmara e Assembleia Municipais e em geral para as Assembleias de Freguesia; a perda de votação pelas outras forças políticas; o escasso número de votos (119) a que a

CDU ficou de eleger um vereador; o aumento de dois para três dos seus eleitos na Assembleia Municipal; a eleição de um membro da CDU para a Assembleia de Freguesia de Lavra e o aumento de um outro para a Assembleia de Freguesia de Perafita; as subidas percentuais de votação nas freguesias de Perafita, Lavra e Leça de Palmeira.

Como aspectos negativos, a Concelhia de Matosinhos destaca a não concretização do objectivo de eleger um vereador e a perda do eleito na Assembleia de Freguesia de Custóias.

Entretanto, a avaliação dos resultados mostra que «o PCP e a CDU reforçaram a sua posição de terceira força política»; que o PS, apesar de manter a maioria absoluta em todos os órgãos autárquicos - com a excepção da AR de Custóias - «foi a força política que mais votos e mandatos perdeu nestas eleições»; que o PSD, embora subindo de dois para três os vereadores eleitos para a Câmara, «recolheu menos votos que em 1993 e manteve no essencial as suas presenças em Assembleias de Freguesia»; e que o PP «continua a perder votos», mantendo o mesmo número de eleitos.



## PCP recebe CGTP

Uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, Secretário-geral, e por Jerónimo de Sousa e António Andrez, membros da Comissão Política, recebeu, na passada quinta-

-feira, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da CGTP, dirigida por Manuel Carvalho da Silva, Coordenador Nacional desta central sindical.

## Montijo Partido Socialista «orgulhosamente só»

A CDU, pretendendo colaborar juntamente com o PS e o PSD na gestão autárquica do Montijo, apresentou em devido tempo à presidente da Câmara uma proposta com a sugestão dos pelouros por que se poderia responsabilizar e outras formas de participação. Os vereadores da CDU não faziam «qualquer exigência de tempos inteiros ou meios tempos».

A presidente da Câmara, no entanto, deixando «cair» as apregoadas concepções de «democracia participada» ou de «cooperação entre todos», decidiu marginalizar as outras forças políticas, solicitando à Câmara as competências que a «maioria absoluta lhe atribuiu» e que lhe permitem «dominar tudo e todos», sobretudo no que respeita a admissão e dispensa de pessoal.

O mesmo aconteceu no que respeita à Assembleia Municipal e às freguesias onde o PS, através «de jogadas de bastidores em que é perito», marginalizou os eleitos da CDU e assegurou uma composição dos órgãos autárquicos que lhe é «claramente favorável». Razão por que, aliás, não irá ter qualquer desculpa para não cumprir todas as promessas que fez ao eleitorado.

A Comissão Concelhia do PCP, a quem cabe a denúncia, considera que se «perdeu uma oportunidade de constituir equilíbrios que respeitem os pesos políticos relativos de cada força», com isso perdendo «o Montijo e a sua população».

Entretanto, os eleitos da CDU saberão «encontrar formas de intervir e dar toda a sua energia, inteligência e experiência para a solução dos problemas do Montijo».

## Loures Recontagem de votos cala PS

Face à postura assumida pelo Partido Socialista a propósito da recontagem de votos em Loures, a Assembleia de Apuramento Geral decidiu, na passada quinta-feira, proceder à recontagem de votos para todos os órgãos autárquicos e não apenas para a Câmara como o Partido Socialista pretendia.

Solidária com a posição da Assembleia de Apuramento, a Comissão Concelhia de Loures do PCP emitiu um comunicado de repúdio pelas «provocações» que desde o início do processo têm vindo a ser feitas pelo Partido Socialista.

Segundo o PCP, «a Assembleia tomou tal decisão de forma a demonstrar a total transparência do acto eleitoral e como resposta ao clima de suspeição permanente alimentado pelo PS, pese embora a rejeição

A Concelhia de Matosinhos do PCP salienta o importante papel desempenhado pelos candidatos independentes nas suas listas, designadamente pelo engº José Cavalheiro que «protagonizou de forma capaz e empenhada» a candidatura da CDU à Câmara, sendo que os resultados alcançados «vão permitir o prosseguimento do trabalho realizado e contribuir para uma intervenção mais activa nas freguesias e Assembleia Municipal».

Por último, o PCP, referindo o «empobrecimento» do debate que a campanha eleitoral dos outros partidos (PS, PSD e PP) motivou com a substituição da discussão de ideias e programas pela «política-espectáculo», denuncia o «descarado aproveitamento do poder (no município e no Governo)» pelo PS.

Inaugurações quase diárias e a toda a pressa, anúncio de realizações para o próximo mandato - algumas já várias vezes anunciadas, como é o caso do Museu do Mar -, distribuição pelo candidato Narciso Miranda de subsídios (suportados pelo Orçamento municipal) a colectividades e outras instituições, são alguns dos casos de abuso do poder que os comunistas repudiam. Designadamente em relação à vergonhosa e abusiva utilização de dados informáticos de novos eleitores, candidatos a habitação social ou de menores que requereram o cartão jovem municipal, para o envio de propaganda eleitoral, o PCP espera que a Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados (CNPDPPI) tome as medidas adequadas.

Entretanto, os comunistas asseguram que irão «estar presentes e procurar defender os interesses das populações» nos órgãos autárquicos, nas empresas e nos locais de residência.

de todos os seus protestos pelo Tribunal da Comarca e pelo próprio Tribunal Constitucional».

Ao mesmo tempo, os comunistas lamentam o comportamento do PS, «que vem arrastando o trabalho de apuramento definitivo dos resultados, com os consequentes prejuízos para o normal funcionamento dos Órgãos Autárquicos do concelho e para as populações que representa».

E, tendo embora a consciência de que a decisão tomada se irá traduzir por um prolongamento dos trabalhos de apuramento, a Comissão Concelhia de Loures do PCP dá-lhe o seu acordo, esperando que a mesma «venha a pôr um ponto final na postura indecorosa que tem norteado o Partido Socialista neste processo».

## Madeira

## Orçamento Regional subestima questões sociais

O Orçamento e Plano da Região Autónoma da Madeira para 1998, apresentado pelo Governo Regional, começou a ser discutido no passado dia 13 na Assembleia Legislativa Regional. No âmbito desta discussão, a CDU desenvolveu um amplo trabalho de sensibilização das populações para este documento que, em sua opinião, é a «trave mestra das finanças regionais».

O objectivo principal da CDU foi dar a conhecer à população da Região - «normalmente arre- dada destas questões técnico-

-políticas», a existência de um projecto para o Orçamento Regional, apresentado por Alberto João Jardim e sanciona-

do pela maioria PSD, que não corresponde às necessidades da Região. Designadamente em relação às questões sociais, sempre das mais sacrificadas nos orçamentos regionais.

Assim, a CDU/Madeira desenvolveu um conjunto de iniciativas que teve o seu início com a visita do seu Grupo Parlamentar às Escolas Básicas do 1º Ciclo da Caldeira, em Câmara de Lobos (a funcionar numa garagem) e da Chamorra, no

Funchal. No decurso destas visitas, os deputados da CDU tiveram oportunidade de abordar «a falta de dignidade do actual apoio social escolar, nomeadamente no que se refere à alimentação fornecida (um simples papo-seco) e ao material escolar, e o estado deplorável em que se encontram «alguns dos espaços que são eufemisticamente chamados de escolas».

No prosseguimento destes contactos e visitas, o Grupo Par-

lamentar da CDU reuniu com a Direcção da Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Região Autónoma da Madeira e visitou em Santa Cruz, Palmeira, a área onde há 14 anos está prevista a construção de uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, sucessivamente adiada pelo Governo Regional.

A CDU realizou ainda um debate público, para apresentação das suas propostas para o OR e para discussão de alguns aspectos gerais do projecto do Governo Regional.

Entretanto, um bilhete postal, distribuído à população e endereçado ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional, alertava para a necessidade de os dinheiros provenientes dos impostos serem utilizados para o bem-estar dos cidadãos e não para benefício de «algumas famílias». E apresentava

três reivindicações: uma verba para a construção, em 1998, de 1750 casas de renda social, uma dotação digna para o apoio social escolar e uma verba para garantir o transporte público gratuito aos reformados do regime geral.

No dia 13, a réplica de um marco de correio colocado junto ao edifício da Assembleia Regional aguardava que a população ali depositasse os postais dias antes recebidos. O certo é que, às 18.30 desse dia, o marco do correio havia já recolhido 1800 postais que, depois de devidamente empacotados numa caixa dos CTT, foram entregues na portaria da Assembleia Regional para ser entregue ao seu Presidente. Como um testemunho do «descontentamento» das pessoas pelo rumo dado aos dinheiros do OR e da sua aspiração a mais «justiça social».

## Santiago do Cacém

## Manobras falsificam sentido de voto

Ao votar em 14 de Dezembro, o eleitorado de Santo André estava «longe de prever que os resultados eleitorais viessem a ser sujeitos a negociatas de bastidores, de forma a afastar a lista vencedora do executivo da Junta de Freguesia», afirma a CDU, força política mais votada na freguesia, com 35,9 por cento dos votos, contra 31,7 do PS, 21,9 do PSD e 5,5 do PP.

Conforme a CDU e o PCP já têm denunciado, o PS é

senhor de «dois pesos e duas medidas». Assim se justifica que, enquanto monopoliza competências e apregoa que «quem ganha deve governar» em localidades onde ganhou - caso do Montijo -, em Santo André aliou-se tacitamente ao PSD com o objectivo de «marginalizar e afastar os eleitos da CDU do executivo da Junta. E, neste «assalto ao poder», distribuindo «pataca a ti, pataca a mim», só não procedeu ao afastamento do Presidente da Junta de Fre-

guesia por este ter sido eleito pelo voto directo da população.

No sentido de assegurar a estabilidade e o desenvolvimento da freguesia, a CDU promoveu contactos com os responsáveis dos outros partidos para a formação do Executivo, diligências condenadas contudo ao fracasso, devido ao «revanchismo» destas forças políticas, patente, aliás, na própria tomada de posse do Presidente da Junta de Freguesia,

com a ameaça então lançada, de «... só vai fazer o que nós quisermos...». Uma ameaça que já indicia o «clima de confrontação e desestabilização» que se vão pretender instalar.

Alertando desde já a população para «este tipo de acções», a CDU promete, entretanto, que, «com serenidade mas firme e determinada», procurará cumprir o seu Programa Eleitoral, «quaisquer que sejam as dificuldades que lhe forem criadas».

## Castelo Branco

## DUCALBI não paga há três meses

O deputado comunista Rodeia Machado deslocou-se a Castelo Branco onde contactou os trabalhadores da multinacional de calçado - DUCALBI, informa a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco.

A visita, feita a pedido da Comissão Concelhia do PCP, surge na sequência das preocupações que esta estrutura comunista tem com a situação dos trabalhadores da empresa, há três meses sem receber salários e sem laborarem, apesar dos contactos que, através do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, têm mantido, nomeadamente com o ministro da Economia, o Governador Civil, a

Câmara Municipal e a Embaixada Italiana em Portugal.

Os trabalhadores queixam-se do desinteresse das entidades contactadas e dizem que, face à situação dramática que vivem, vão suspender os seus contratos, ainda que mantendo o vínculo à empresa, de forma a poderem ao menos usufruir do subsídio de desemprego.

Rodeia Machado, lembrando embora que «o PCP não é Governo» disse poder questionar «quem governa» sobre esta matéria, não compreendendo, porém, que os deputados do PS e do PSD eleitos pelo distrito não tivessem levantado a ques-

tão que se vive na DUCALBI para, pelo menos, «colocar o elenco governativo ao corrente do problema» e mostrar «solidariedade para com quem trabalha».

Ainda durante o encontro com os trabalhadores, Rodeia Machado considerou que «são bem-vindos os capitais estrangeiros e nacionais para a criação de postos de trabalho» mas, alertou, «uma coisa são os postos de trabalho e outra são os postos de trabalho não sustentados ou hipoteticamente sustentados, como é o caso». «Bastou um abanão para que tudo se desmoronasse e que cento e tal traba-

lhadores ficassem votados a uma situação crítica», disse ainda, recordando as cerca de 40 trabalhadoras ao domicílio que «não têm sequer a hipótese de auferir do subsídio de desemprego e vão ficar numa situação pior que os seus colegas que suspendem o trabalho».

Por fim, o deputado comunista garantiu que, apesar de não ter sido eleito pelo distrito de Castelo Branco, irá, no mínimo, colocar a questão na Assembleia da República, à Comissão de Trabalho de que faz parte, e apresentar um requerimento sobre esta situação ao Governo».

## Açores

## CE apoia pesca de fundo

A Comissão Europeia renovou finalmente o regime de compensação para produtos da pesca em regiões ultraperiféricas, que passou a prever apoios para a pesca de fundo nos Açores, tal como há três anos havia sido proposto no Parlamento Europeu pelo deputado do PCP, Joaquim Miranda.

Em 1994, lembra a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, na sequência do Relatório Costa Neves sobre a matéria - que apenas previa apoios ao sector atuneiro -, o deputado comunista Joaquim Miranda propôs na Comissão de Pescas uma alteração no sentido do aumento de verba e do apoio à pesca de fundo e de pequenos dermensais. Na mesma ocasião, o deputado Apolinário, do PS, propôs também um apoio à pesca de fundo mas acompanhado de uma diminuição do apoio ao sector do atum.

Na ocasião, apesar da proposta do PCP ter sido aprovada na Comissão de Pescas e integrada no Relatório Costa Neves, o Grupo Socialista e o Partido Popular Europeu optaram por aprovar a proposta do deputado Apolinário, levando a que, por falta de consenso no Parlamento Europeu, a Comissão Europeia tenha adoptado a proposta inicial de só conceder apoio ao sector atuneiro.

A DORAA, congratula-se, pois, com a medida agora aprovada e considera que a mesma corresponde rigorosamente àquilo que o PCP/Açores em 1994 havia reclamado e a que os deputados comunistas deram voz no PE. O que vem não só dar razão ao PCP como evidenciar que a falta de empenhamento dos outros partidos lesou «gravemente os interesses de um importante sector da pesca regional».

## CAMARADAS FALECIDOS

## Ernesto Morais Ferreira

Com 84 anos de idade, faleceu no passado dia 6 de Janeiro o camarada Ernesto Morais Ferreira. Membro do Partido desde a clandestinidade foi várias vezes preso, tendo sido um exemplo de luta da classe operária. Dinamizou o núcleo da União de Resistentes Antifascistas no Seixal e o seu nome está igualmente ligado à fundação das duas Associações de Reformados de Amora.

a que dedicou grande parte da sua vida. Era por todos muito estimado.

## José Filipe Teixeira

Com 75 anos de idade, faleceu no passado dia 17 de Janeiro o camarada José Filipe Teixeira. Militante do PCP desde os anos 40, esteve preso várias vezes. Pertenceu ao Secretariado das células da Gulbenkian e da Sismet.

## Luís Simões de Abreu

Faleceu no passado sábado, dia 17 de Janeiro, com 79 anos de idade, o camarada Luís Simões de Abreu, economista. Membro do Partido desde antes de 1974, estava organizado no Sector de Quadros Técnicos do Sector Intelectual de Lisboa do PCP. Participava activamente na vida do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## CDU/Guarda

## Contra «jogadas», pelo emprego

Os eleitos da CDU apresentaram no passado dia 30 de Dezembro na Assembleia Municipal da Guarda uma moção que, depois de pequenas alterações, foi aprovada por maioria, com sete abstenções, com vista à viabilização da empresa GARTÉXTIL.

A moção, dirigida ao primeiro-ministro, ao ministro da Economia e ao Governador Civil da Guarda, chama a atenção para a importância da viabilidade da empresa sob o ponto de vista do emprego directo e induzido no concelho e no distrito e acusavam a Caixa Geral de Depósitos de, como principal credor, ter agido sempre segundo «os interesses cegos do capital financeiro», levando ao estrangulamento da empresa.

Nos seus considerandos, a moção lembra ainda que a GARTÉXTIL foi a segunda empresa a nível nacional a recorrer ao Plano Mateus, tratando-se de uma empresa com capacidade e qualidade, como comprova o facto de ganhar concursos internacionais, um dos quais para equipar o exército italiano.

Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, por iniciativa da CDU, reivindicou a intervenção dos poderes instituídos para que não deixem cair a empresa «nas malhas de interesses económicos ilegítimos que com certeza se vão movimentar no sentido de eliminar uma concorrente e/ou com jogadas de subfaturação e sobrefaturação conhecidas em outras situações, fazerem sucumbir esta ou outra qualquer empresa da Região».

## Jaime Afonso da Fonseca Pires

Faleceu recentemente, com 67 anos de idade, o camarada Jaime Afonso da Fonseca Pires, natural de Pinhel e residente na Guarda onde militava desde 1974. Foi membro da Comissão Concelhia do PCP da Guarda. Ligado a diversas associações e colectividades, como a União Desportiva «Os Pinhelenses», desenvolveu um trabalho activo e abnegado quer no Partido quer nos Bombeiros Voluntários da Guarda,

# Crise na Agricultura

## Entre intempéries e más políticas agrícolas

A gravidade da situação na agricultura impõe um plano de emergência, defende a Confederação Nacional da Agricultura - CNA. Uma questão de vida ou de morte para milhares de explorações, sublinha a Confederação que, em nota distribuída à imprensa, refere vários factos que testemunham da crise do sector, fruto de intempéries e más políticas agrícolas.

Em 1997, os prejuízos agrícolas resultantes das intempéries ultrapassaram os 40 milhões de contos, afectando cerca de 200 mil explorações agrícolas. Um problema a que se veio somar o das políticas agrícolas, como é confirmado pelas primeiras

estatísticas nacionais e comunitárias que indicam que a quebra do rendimento agrícola (da ordem dos 14%) se ficou a dever, principalmente, à diminuição da produção vegetal (menos 17,3%), do consumo intermédio do sector (menos 2,5%) e do mon-

tante dos subsídios (menos 10,4%).

Um quadro em que ressalta, como particularmente negativa, a recusa do governo em apoiar, com indemnizações, os mais de 180.000 agricultores que ainda não tinham feito o Seguro de Colheita no âmbito do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas - SIPAC (que apenas abrangeu 15.000).

No ano de 98, agora iniciado, são já sensíveis também os prejuízos resultantes de chuvas contínuas, nomeadamente no azeite e nos milhos. "São as culturas de Outono/Inverno, algumas estragadas e a grande parte ainda por fazer devido à água nos terrenos. São os ciclos vegetativos alterados e a comprometer, à nascença, o presente ano agrícola. São as dificuldades e os custos acrescidos com a alimentação dos animais. São descidas nos preços à produção de vários produtos (azeite, leite, entre outros)", refere a CNA.

As estimativas são igualmente pouco animadoras: nas culturas arvenses, a nível nacional, apenas está semeada uma área inferior a 30% da área normal; prevê-se uma baixa na produção nacional de cereais de mais de 500 mil toneladas - o que repre-

senta uma quebra de 15 milhões de contos a que há que acrescentar 12 milhões de contos com importações; os prejuízos "com a presente campanha devem ser contabilizados tendo em conta as áreas semeadas já perdidas e as áreas ainda por semear (e comprometidas) na ordem dos 70% de toda a área normal".



A crise atinge a agricultura por todo o País

### Plano nacional de emergência

A CNA reclama que o Ministério da Agricultura e o Governo definam, com urgência, um **Plano Nacional de Emergência para o Sector Agrícola**, que passe por:

- Declaração de *calamidade agrícola*;
- Medidas oficiais de apoio financeiro, designadamente a fundo perdido, e reestruturação de todo o actual sistema de créditos, bonificações e moratórias para o sector "de forma a apoiar a lavoura e a deixar de canalizar os dinheiros públicos sobretudo para a Banca e para as grandes explorações";
- Reposição e antecipação de pagamentos de ajudas à produção;
- Plano nacional para melhoramento de caminhos rurais;
- Apresentação, a Bruxelas, de "um verdadeiro pacote de pedidos de apoios financeiros e outras facilidades".

## Fenprof em luta contra regime de créditos

O último projecto do Ministério da Educação sobre **Avaliação do Desempenho**, é alvo de crítica por parte da Federação Nacional dos Professores -

Fenprof, por "não dar cumprimento ao compromisso assumido de *abolição* da exigência de obtenção de *unidades de crédito* em acções de forma-

ção, para efeitos de progressão na carreira".

O que, na prática, significa que "a formação contínua continuará a orientar-se por desígnios quantitativos e económicos e não por princípios pedagógicos que tenham em conta as necessidades de formação das escolas e dos professores".

A Fenprof considera também negativa a desvalorização dos órgãos pedagógicos das escolas, "afastando-os da decisão final sobre a avaliação do desempenho dos professores".

Como positivo, a Federação regista apenas a adopção de "um número mais restrito de indicadores e elementos de avaliação".

Perante este quadro, a Fenprof continuará a mobilizar os professores para lutarem contra o regime de *créditos* e relembra o abaixo-assinado, já anteriormente entregue no ME, subscrito por mais de 30.000 educadores e professores.

## Morreu Luís Oliveira

Morreu Luís Carvalho de Oliveira, membro do Conselho Geral da ID - Intervenção Democrática.

A sua acção como democrata inicia-se antes do 25 de Abril, tendo defendido diversos democratas perante o tribunal plenário do regime fascistas.

Colaborou na revista «Seara Nova» e é autor de vários livros de análise de problemas económicos e agrários, numa perspectiva marxista.

Após o 25 de Abril deu largo apoio jurídico às UCPs da zona da Regoma Agrária do Alentejo e do Ribatejo.

Na região do Douro, de onde era originário, participou intensamente na defesa dos interesses dos vitivinicultores, designadamente na Casa do Douro e em artigos na imprensa regional. Foi presidente da Assembleia Geral da AVIDOURO - Associação Vitivinicultura da região do Douro.

### Pedofilia na Madeira

## Deputados exigem medidas concretas

**Questão-tabu na Madeira, a exploração sexual de crianças madeirenses foi recentemente denunciada pela CDU, que simultaneamente lançou um Apelo Internacional, contra a impunidade, em "defesa dos direitos das crianças".**

**Um processo que neste momento tem a sua sequência, também no plano institucional, com questões apresentadas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, pelos deputados comunistas Sérgio Ribeiro e Luís Sá.**

"Recentemente, foram apresentadas reportagens, nos meios de comunicação social, que denunciam a prática de prostituição infantil, casos de seqüências sexuais contra menores e a produção de filmes pornográficos com a participação de crianças entre os 8 e os 13 anos de idade", denuncia o deputado comunista Sérgio Ribeiro, em pergunta apresentada ao Parlamento Europeu.

Estes novos elementos, refere-se no texto, "tornam evidente a componente turismo sexual e a provável existência de uma rede internacional com centros nevrálgicos e ramificações e complicitades em vários países da União Europeia".

O deputado sublinhou a impunidade que caracteriza uma situação que se tem vindo a arrastar. "Desde há pelo menos 7 anos tem havido denúncias públicas de existência de casos de violação e exploração sexual de crianças da Região Autónoma da Madeira", mas, entretanto, nada se fez para "apurar a gravidade dos factos, não foi travado esse hediondo processo, os eventuais responsáveis não foram responsabilizados e punidos; o próprio Governo Regional tem feito declarações no sentido de desvalorizar, ou até de desmentir, o que tantos indícios comprovam".

Em causa está o recurso aos instrumentos comunitários para cooperação e coordenação de acções e, a coordenação, com as autoridades portuguesas, de "acções que tornem transparente o que tanto tem chocado a opinião pública, e contribuam para apurar responsabilidades que não se podem escamotear com o ignominioso pretexto da entrada de divisas por via do turismo e impeçam desculpabilização por difícil articulação de investigações policiais e de procedimentos judiciais".

No requerimento apresentado à Assembleia da República em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o deputado Luís Sá solicita ao governo informações sobre a avaliação feita "em matéria de pedofilia e turismo sexual na Região Autónoma da Madeira" e as diligências concretas "face à gravidade dos factos referidos".

### Timor-Leste

## Quatro jovens assassinados

A repressão continua a marcar o dia-a-dia dos timorenses e a fazer mais vítimas. Uma situação a exigir o reforço da solidariedade, nacional e internacional.

Os corpos de quatro timorenses, raptados há 11 dias, apareceram numa ribeira, na zona de Atabae, a 60 quilómetros de Díli. Os quatro mortos, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, apresentavam feridas de balas e de esfaqueamento.

O rapto de Atabae foi precedido de um sequestro de estudantes universitários timoren-

ses na cidade indonésia de Surabaya, em 21 de Dezembro, libertados após terem sido espancados e ameaçados de represálias caso denunciassem o acontecido.

Dois dias depois desapareceu o professor universitário Lucas da Costa, cujo paradeiro se continua a ignorar.

Único docente universitário timorense a trabalhar na Indonésia, o professor já anteriormente fora acusado pela polícia de proteger estudantes ligados à luta pela independência de Timor.

Uma fundação dirigida por este professor foi entretanto

proibida de continuar a conceder bolsas de estudo a estudantes oriundos de Timor-Leste.

Está entretanto em preparação, por iniciativa do Intergupo de Solidariedade com Timor, em Estrasburgo, uma reunião de ONG's, provenientes de diferentes pontos do mundo, que desenvolvem acções de solidariedade com Timor.

Um encontro, cuja dinamização está a cargo da TAPOL, uma organização que luta pelos direitos humanos na Indonésia, e que deverá realizar-se em Março.

## Democracia paritária

O Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres defendeu a concretização do preceito constitucional que prevê a participação igualitária de homens e mulheres na vida política portuguesa.

Esta uma das conclusões de uma reunião – com as mais de 40 organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos da mulher – destinada a preparar o encontro da Comissão com o Governo para analisar questões relacionadas com a democracia paritária, no âmbito da discussão pública e de preparação da nova Lei Eleitoral no Parlamento. Em comentário à realização desta reunião, o Conselho Nacional do MDM considera-a como “o primeiro passo de uma discussão pública que deverá ser aprofundada, consciente e alargada” e alerta para os perigos da proposta de introduzir na lei eleitoral o sistema dos círculos uninominais, “potencialmente, uma forma prática de afastar as mulheres, ainda mais, do acesso a lugares de decisão”.

## Professores contra desresponsabilização do Estado

Cerca de duas centenas de delegados e dirigentes do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) manifestaram, em Coimbra, uma “clara oposição” à proposta do Governo para a “Autonomia e Gestão das Escolas”.

Reunidos em plenário regional, os delegados e dirigentes do SPRC criticaram a proposta do Ministério da Educação (ME) que – afirmam – visa “desresponsabilizar o Estado no financiamento da escola pública e transpor para os estabelecimentos uma lógica de gestão empresarial privada”. A “contratação directa de docentes, o autofinanciamento das escolas e a colocação das despesas de pessoal na dotação orçamental anual” são alguns dos pontos previstos na “denominada segunda fase de autonomia” dos estabelecimentos de ensino que merecem a discordância do SPRC. “O desesperado esforço para introduzir nas escolas uma lógica de gestão empresarial privada leva o Ministério da Educação a concentrar exagerados poderes nos órgãos de gestão, em detrimento dos pedagógicos e até da direcção”, refere-se na moção aprovada e entregue na Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) após o plenário. Para o SPRC, “o esvaziamento dos poderes e competências do Conselho Pedagógico assume uma evidente desvalorização das questões pedagógicas e configura uma clara subalternização dos profissionais. Os dirigentes e delegados presentes no plenário manifestaram-se “disponíveis para participar na mobilização dos professores e educadores” contra as propostas apresentadas pelo Ministério.

## DECO denuncia telefones mais caros

A proposta de tarifário apresentada pela Portugal Telecom (PT) implica um agravamento na factura final da maior parte dos consumidores exceptuando quem beneficiar do plano económico, reafirma a DECO em comunicado divulgado a semana passada.

Face aos esclarecimentos do Ministério do Equipamento (MEPAT) e do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), a DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor) vem mais uma vez apresentar as suas contas, demonstrando que o tarifário será agravado para a maioria dos casos.

No mesmo comunicado, a DECO esclarece que “a um desagrevamento no preço da factura final corresponde, obrigatoriamente, uma redução no número de chamadas que o consumidor pode efectuar, relativamente ao tráfego que realiza com o tarifário actualmente em vigor”.

Segundo a DECO, o Ministério “introduziu uma nova versão do tarifário ao afirmar que as taxas de activação estão incluídas no número de impulsos. Desta forma o MEPAT considera as taxas de activação impulsos telefónicos, o que reforça a posição da DECO de que tal taxa constitui um consumo mínimo, proibido pela Lei dos Serviços Públicos”. No comunicado, a DECO garante ainda que a obrigatoriedade ou não do ICP ouvir as associações de consumidores sobre a proposta de tarifário e as ilegalidades presentes no mesmo tarifário estão a ser objecto de análise pelos tribunais.

## APDC denuncia ilegalidade

A Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) defende que o novo tarifário da Portugal Telecom não poderá entrar em vigor por ter por base uma convenção de preços ilegal.

A instituição, com sede em Coimbra, sublinha que a respectiva convenção não contou com a participação das associações de consumidores, tal como é estabelecido pela Lei do Consumidor (Lei 24/96, de 31 de Julho), no seu artigo 18, número 1, alínea h.

Tal preceito legal “estabelece inequivocamente que «as associações de consumidores gozam do direito de participar no processo de regulação dos preços dos produtos e serviços públicos essenciais, nomeadamente nos do serviço de telecomunicações»”, acentua.

A Associação Portuguesa de Direito do Consumo já solicitou, em Dezembro, a Procuradoria-Geral da República que instaure junto do Tribunal Administrativo uma acção de arguição da ilegalidade da convenção de preços.

# JCP questiona política educativa

Discutir o plano de actividades para este ano e abordar a actual situação política do País, foram os objectivos essenciais da reunião da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que decorreu no passado fim-de-semana em Lisboa.

No quadro das questões internas, os jovens comunistas debateram a organização e a composição da direcção, assim como os objectivos que se pretende realizar no ano de 1998.

O debate em torno das questões políticas de actualidade foi dominado por quatro temas essenciais: o ensino superior, a questão das propinas, a luta contra o desemprego juvenil e a situação do associativismo juvenil.

A JCP definiu ainda a estratégia para a sua participação em diversas actividades ligadas à juventude, sendo de realçar a sua intervenção no Fórum Mundial da Juventude, da ONU.

## JCP contesta ministro da Educação

As lutas por uma educação pública, gratuita e de qualidade, por um emprego com direitos e por uma maior intervenção no movimento associativo – foram eleitas como áreas de intervenção fundamentais da JCP para o ano de 1998.

Em documento distribuído à imprensa, os jovens comunistas dão particular destaque à luta que tem vindo a ser desenvolvida pelos estudantes do ensino superior contra a lei do financiamento.

Uma luta que “assume neste momento uma dimensão ampla-

mente nacional, havendo um grande movimento de contestação à lei e à política seguida pelo Ministério da Educação” e a que a Direcção Nacional da JCP reafirma a sua solidariedade e apoio.

Numa nota particularmente crítica em relação ao Ministro da Educação, o documento repudia veementemente a forma como a ministro “tem vindo a público tecer considerações sobre a contestação dos estudantes à sua política”, ignorando ou recusando-se a ver – como foi referido na conferência de imprensa – “os milhares e milhares de estudantes” actualmente envolvidos em iniciativas de grande envergadura.

“É assim claro para a Direcção Nacional da JCP – sublinha-se na nota à comunicação social – que o ministro da Educação, pela política que segue e pela sua postura arrogante que agora se acentua, não tem condições para continuar à frente da Pasta da Educação.”

Considerando embora como louvável a iniciativa do Presidente da República da Semana da Educação, os jovens comunistas condenam, entretanto, a decisão de “excluir as questões do ensino superior da Presidência Aberta sobre Educação”, num momento “em que milhares de estudantes discutem e lutam contra uma lei que condiciona o futuro do ensino superior”.

O documento da JCP refere ainda outras questões, defendendo nomeadamente, de par de aumentos salariais, que “se acabe com o mecanismo económico que permite a discriminação salarial dos trabalhadores menores de 18 anos”.

A urgência de “se inverter a lógica de uma Secretaria de Estado da Juventude (SEJ) que gasta mais naquilo que faz do que nos apoios ao movimento juvenil”, é outro dos problemas abordado pelos jovens comunistas que questionam sobre a falta de contactos com as organizações juvenis e sobre a organização do Festival Mundial da Juventude.

Por último, o documento sublinha o interesse da JCP “na discussão do aborto”.

“Não recuamos na luta pela despenalização até às 12 semanas, acompanhada do incremento do Planeamento e da Educação Sexual nas escolas”, afirma-se na nota da Direcção Nacional que considera ainda que “o projecto de lei do PCP é o único capaz de resolver o problema de saúde pública que o aborto constitui, e o drama pessoal de milhares de mulheres portuguesas”.



O ano de 1997 foi marcado por múltiplas manifestações estudantis

## Por uma organização mais forte

- Reforçar a acção política e a afirmação das propostas da JCP.

Como intervenção prioritária, a JCP assume três áreas:

- Por uma educação pública, gratuita e de qualidade, o que envolve a luta e mobilização dos estudantes, nomeadamente do ensino secundário, e o reforço do movimento associativo “como meio privilegiado de mobilização e acção dos estudantes”.

- Pelo emprego com direitos, passando pela planificação de acções em empresas com um número significativo de jovens trabalhadores, mobilização para a luta em torno de questões

que põem em causa os direitos dos trabalhadores, como é o caso da flexibilidade, polyvalência e salários. E ainda, contribuir para o êxito de realizações concretas, como a Conferência da Interjovem e a preparação do 3º Congresso dos trabalhadores estudantes.

- Por uma maior intervenção no movimento associativo, também contribuindo para o êxito do Encontro Nacional de Juventude, “enquanto espaço de encontro do movimento jovem e oportunidade de lançamento de linhas de reivindicação junto do governo”.

O ano de 1998 comporta ainda

uma série de factos e realizações para as quais a JCP considera necessário preparar uma intervenção.

É o caso da realização do Fórum e Festival Mundial da Juventude em Portugal, do debate reaberto em torno da questão do aborto, ou do previsível agravamento dos problemas sociais. A necessidade de dar particular atenção ao debate ideológico, num momento em que se assinalam os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista e os 30 anos de Maio de 68. Por outro lado, no Ano Internacional dos Oceanos, os jovens comunistas sublinham a importância de dar “atenção a iniciativas de defesa do ambiente”.

O documento da JCP conclui com um apelo a todas as organizações e militantes para que “se empenhem no sentido da concretização destas linhas de trabalho” e para que, no imediato, se trabalhe para a realização de encontros concelhios e distritais, que envolvam os militantes, e para a concretização de uma grande iniciativa nacional, a decorrer no primeiro trimestre deste ano, que comporte as áreas desportivas, culturais e políticas, “afirmando desta forma a JCP”.



Conferência de imprensa na JCP, em Lisboa

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## AR aprova projecto de lei do PCP

## Ampliar legitimidade das associações sindicais

O Parlamento aprovou o projecto de lei do PCP que amplia a legitimidade da intervenção judicial das associações sindicais. Para além dos seus subscritores, o diploma acolheu os votos favoráveis do PS e do PEV. As bancadas do PSD e PP abstiveram-se.

Trata-se de uma iniciativa legislativa de grande alcance sobretudo pela importância que assume no plano da intervenção e do papel das associações sindicais na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Para a bancada comunista, esta é, aliás, uma matéria de sempre. Ainda na última revisão constitucional foi objecto de uma proposta no sentido de a Lei Fundamental enunciar essa legitimidade de as associações sindicais intervirem em juízo em defesa de interesses colectivos e também em defesa de interesses individuais sem-

pre que estes, como referiu no debate a deputada comunista Odete Santos, "pudessem influenciar o estatuto legal do colectivo de trabalhadores".

Pois é este princípio, que não teve na altura acolhimento constitucional por oposição do PSD, que ganha agora consagração legal. No articulado do diploma - foi Odete Santos a realçá-lo -, sublinhado é o papel das associações sindicais no "acesso ao Direito e aos Tribunais para assegurar interesses colectivos dos trabalhadores, mesmo em situações em que estão em causa direitos

individuais, pela repercussão que o reconhecimento ou a negação de um Direito individual tem sobre o colectivo dos trabalhadores".

Estão neste caso, como exemplificou a parlamentar do PCP, as situações em que se discute a cessação de um contrato de trabalho, a existência e a validade do contrato de trabalho, o horário de trabalho, a remuneração, a categoria profissional, as férias e descanso semanal.

Em qualquer destes cenários, de acordo com a proposta agora aprovada, havendo declaração escrita do trabalhador de que não pretende accionar pessoalmente, a associação sindical que o representa pode exercer a acção judicial em sua substituição.

Destaque merece ainda a

consagração da legitimidade das associações sindicais prope-rem acções judiciais em áreas em que manifestamente estão em causa interesses colectivos. Entre os exemplos citados por Odete Santos estão os direitos e liberdades sindicais, os ataques patronais contra representantes eleitos dos trabalhadores, as acções que ponham em causa o exercício do direito à greve, ou a diminuição de direitos dos trabalhadores em resultado da aplicação de qualquer instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.



A iniciativa legislativa do PCP insere-se numa política de reforço dos direitos dos trabalhadores

## Cabos Ávila

## Urge uma tomada de posição do Governo

A solução capaz de resolver a difícil situação em que se encontra a empresa Cabos Ávila passa pela nomeação de uma gestão competente que garanta a sua viabilização. Esta ideia voltou a ser reafirmada pelo Grupo Parlamentar do PCP no decorrer da audição parlamentar realizada por sua iniciativa, faz amanhã oito dias, na qual participaram os secretários de Estado da Indústria e do Emprego. Cabe assim ao Governo, enquanto credor com uma posição maioritária na assembleia de credores, adoptar urgentemente as medidas que assegurem aquele objectivo, pondo assim fim à dramática situação que atinge a

fábrica e os seus 230 trabalhadores.

Esta exigência de uma tomada de posição do Governo no sentido de dotar aquela fábrica de condutores eléctricos de uma gerência que dê garantia de competência e de empenho sério na sua viabilização tem sido, de resto, uma constante por parte do Grupo comunista desde que a crise se agudizou na empresa, nomeadamente após a cessação da sua laboração no início de Dezembro.

Ainda na semana transacta, em intervenção no período antes da ordem do dia, o deputado António Filipe voltou a abordar o assunto, lembrando

que não se trata de uma "querela familiar a dirimir entre parentes", mas sim de uma "questão política e social em que o Governo tem responsabilidades que não pode deixar de assumir".

Referiu concretamente estarem em causa não apenas a sobrevivência de uma empresa importante para o sector de actividade e para a região em que se insere, mas também, acima de tudo, a subsistência de postos de trabalho de que dependem 230 trabalhadores e suas famílias, os quais, recorde-se, não recebem salários desde Outubro de 1997.

Neste contexto, para o deputado do PCP, o Executivo "não pode encolher os ombros", tendo a obrigação de tomar decisões que ponham termo à paralisação da empresa e permitam o regresso ao trabalho em condições de normalidade.

Entendendo que a cessação de actividade da Cabos Ávila por "atitude deliberada e inaceitável da gerência" não pode manter-se por mais tempo, sob pena de virem a ocorrer consequências irreversíveis para o seu futuro e respectivos postos de trabalho, António Filipe reiterou a solidariedade da formação comunista aos trabalhadores, saudando-os pela "coragem e dignidade" que têm revelado na condução da sua luta.

## Incompatibilidades dos autarcas

O Grupo Parlamentar do PCP discordou das alterações propostas pelo PS, PSD e PP ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de autarcas. Em debate na semana transacta, o projecto de lei subscrito conjuntamente por aqueles partidos revoga algumas disposições introduzidas em 1995 na Lei das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. Revogada é concretamente a disposição que impede os autarcas de terem assento em empresas públicas de natureza municipal ou regional que prossigam fins de interesse público. Este foi, aliás, um dos motivos invocados pelos seus subscritores para justificar a apresentação do diploma. Embora reconheça a existência de fundamentos válidos nesta questão, para a qual de resto a própria Associação Nacional de Municípios chamou a atenção em nota pública, o Grupo comunista entende, todavia, que "nada justifica a solução radical" agora proposta.

Com efeito, como tratou de explicar João Amaral, teria sido possível encontrar "uma fórmula de alteração à lei" capaz de dar resposta ao problema colocado, isto é, legislar uma excepção que permita aos autarcas voltarem a exercer funções em empresas públicas de natureza municipal, "sem

prejuízo da manutenção do princípio essencial da exclusividade".

Esta mesma solução poderia ser adoptada, como salientou João Amaral, no que diz respeito ao exercício de actos médicos com carácter de gratuidade, garantindo assim também um regime de excepção, e, deste modo, tal como o anterior, resolver o problema, sem necessidade de revogar todo um regime de incompatibilidades.

Foi precisamente nesta questão que residiu a discordância da bancada comunista, que não entende que seja revogada para os autarcas a legislação sobre incompatibilidades, já em vigor há dois anos, quando é certo que teria sido possível encontrar as referidas fórmulas de excepção, sem ter de regressar como agora foi proposto à legislação que permitia as acumulações.

Recorde-se que o diploma que estabelece o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos foi alterado em Agosto de 1995 pela conhecida "Lei das Incompatibilidades", tendo-se alargado o regime de incompatibilidades para os titulares daqueles cargos por razões que se prendem com a ética e a transparência da vida política.

## Contra o trabalho infantil

25 anos depois da Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Trabalho Infantil (Nº 38), Portugal vai, finalmente, ratificar aquele documento. Nada há que justifique um tal atraso, que não pode deixar de nos envergonhar, sustentou no Parlamento a deputada comunista Odete Santos, no debate ocorrido sobre a matéria na passada semana.

Esta é de resto uma questão sobre a qual de há muito é conhecida a posição do PCP, que em variadíssimos momentos adoptou posições no sentido de serem incrementadas medidas efectivas que ponham cobro à exploração do trabalho infantil.

Odete Santos fez questão de evocar algumas dessas acções e propostas, recordando nomeadamente o facto de já há cerca de dez anos ter sido o Grupo comunista o único partido a apresentar na Assembleia da República um projecto de lei destinado a combater o que classificou de verdadeira forma de escravatura neste final do século XX.

Preconizava então no seu articulado algumas das soluções que a nível internacional têm vindo a ser defendidas, nomeadamente a criação de uma Comissão Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Infantil e comissões locais, envolvendo as respectivas comunidades, representantes

dos sectores da educação e da Inspeção do Trabalho.

Entre as causas para a manutenção deste fenómeno da exploração do trabalho infantil, segundo Odete Santos, está em primeiro lugar a pobreza e a exclusão social, a que acrescem o insucesso escolar e o abandono precoce das escolas, bem como a exploração desenfreada do trabalho por parte de algumas empresas.

A parlamentar comunista dirigiu ainda uma saudação especial a todos os participantes na Marcha contra a escravatura das crianças, iniciada em Janeiro deste ano e que confluirá em Junho próximo de todas as partes do mundo para a Suíça.



A situação na Cabos Ávila não pode manter-se por mais tempo, sob pena de ocorrerem consequências irreversíveis para o futuro da empresa e dos seus trabalhadores

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Em causa novos tarifários nas telecomunicações

## PCP exige revogação dos aumentos



Totalmente inaceitável e escandalosa, assim considera o PCP a decisão que levou ao aumento do tarifário das telecomunicações

Não há qualquer justificação plausível, nem económica nem socialmente, que explique os anunciados aumentos da electricidade e das telecomunicações. Para o Grupo Parlamentar do PCP, que suscitou um debate de urgência no Parlamento sobre esta matéria, os aumentos conhecidos e perspectivados são mesmo "politicamente insustentáveis". E, do seu ponto de vista, uma coisa é certa: para além de penalizarem as famílias, constituem mais um factor de agravamento nas condições de competitividade das empresas.

A demonstração fê-la o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, sem réplica credível, quer da bancada do PS quer da secretária de Estado, Leonor Coutinho, que não foi além da mera tentativa de questionar números e percentagens.

E o ponto de partida de toda a argumentação aduzida pelo presidente da formação comunista, solidamente documen-

tado e com um discurso onde não faltaram os dados, foi precisamente o de que não se descortinam razões sérias para os aumentos da electricidade e dos telefones. É que, lembrou, as empresas que prestam esses serviços essenciais têm já hoje os preços mais caros da Europa e apresentam nos resultados do seu exercício lucros de muitas dezenas de milhões de contos anuais, "com taxas de lucro que provocam a inveja e a gula da generalidade das suas congéneres europeias".

Detendo-se concretamente nos preços da electricidade - que em termos reais são no nosso país cerca de 50 por cento superiores aos da média dos países da União Europeia, o que significa que temos a energia eléctrica mais cara da Europa -, Octávio Teixeira estabeleceu uma comparação entre a nossa realidade e a dos vizinhos espanhóis, concluindo, por exemplo, que do lado de lá da fronteira o preço deste bem baixou para as empresas

cinco por cento, enquanto que para as empresas portuguesas essa redução não foi além de 1,3 por cento.

Não menos elucidativos são os valores estabelecidos para os consumos domésticos, com os espanhóis, com preços de partida mais baixos, a beneficiarem de uma redução de três por cento em 1988, ao passo que as famílias portuguesas suportam mais um agravamento de 1,5 por cento.

Mas se os aumentos da electricidade na perspectiva da formação comunista são comprovadamente injustificados, no que se refere aos preços dos serviços telefónicos, aí, no dizer de Octávio Teixeira, a questão é "totalmente inaceitável" e assume foros de escândalo, por qualquer ângulo que se aborde o problema, "económico, social, político, legal e ético".

Octávio Teixeira, que já depois do debate requereu ao presidente da Comissão de Economia uma audição parlamentar para analisar com urgência esta matéria, manifestou o seu repúdio pelo novo tarifário, que, sublinhou, vai penalizar fortemente o consumidor residencial, com um agravamento das chamadas de menor duração e locais que varia entre os 10,6 por cento, os 47,4 por cento e os 121,1 por cento.

"Mas igualmente com fortes aumentos de preços para a

maioria das chamadas regionais e interurbanas. Nem o acesso à Internet escapa. E, para cúmulo da desfaçatez, até o denominado «pacote económico» para os que nos consumidores se traduz, afinal, num aumento real que se cifrará entre os 15 e os 26 por cento", esclareceu.

As críticas do presidente do Grupo comunista não escapou, por outro lado, o que classificou de "sórdida" campanha de publicidade enganosa levada a cabo pela Telecom, perante o silêncio cúmplice do Governo, a quem acusou de ser indiferente aos interesses legítimos dos consumidores e de ser "directa e activamente responsável pela incompreensível «taxa de activação»", cuja criação, enfatizou, "não tem qualquer suporte legal e nem sequer está prevista na Convenção de Preços".

Exigindo do Governo medidas que impeçam a entrada em vigor do novo tarifário, Octávio Teixeira disse ainda não estar em causa a "introdução de aperfeiçoamentos e simplificações no sistema", mas sim o facto, fez notar, de essa reestruturação "servir de pretexto e de biombo para levar a cabo uma orientação política e um pacote de aumentos de preços que visam penalizar os orçamentos familiares e que consubstanciam um novo imposto sobre os portugueses".

## Mercado cervejeiro Abuso monopolista vitima pequenos distribuidores

O Grupo Parlamentar do PCP pondera a possibilidade de interpelar directamente o Governo no sentido de este prestar esclarecimentos sobre as medidas que pensa adoptar com vista a contrariar as graves consequências que resultam do processo de monopolização ocorrido no mercado cervejeiro. A iniciativa do Grupo comunista poderá materializar-se no quadro da quinzenal sessão de perguntas ao Governo ou no âmbito da Comissão de Economia, revelou ao "Avante!" o deputado comunista Lino de Carvalho.

Este anúncio foi feito após uma reunião do parlamentar do PCP com uma delegação da Associação de Concessionários e Distribuidores de Cerveja, dirigida pelo seu presidente, no decorrer da qual foi confirmada a existência de fortes problemas no sector, resultantes de um processo de liquidação dos pequenos distribuidores.

Agradecendo o acompanhamento que tem sido prestado pelo Grupo comunista ao problema, bem como as diligências por si já feitas, de que tomaram conhecimento através das páginas do nosso jornal, os presentes

solicitaram novas formas de intervenção que permitam sensibilizar o Governo para o problema.

A actual situação teve início logo após o processo de privatizações no sector, o qual, longe de dinamizar o mercado, como o Governo então invocou, provocou uma concentração monopolista das empresas cervejeiras Unicer e Centralcer.

A actuação destas empresas no mercado, configurando um abuso da sua posição dominante, em grave violação da lei da concorrência, tem sido objecto de fortes críticas por parte dos pequenos distribuidores, sujeitos ora às condições leoninas impostas por aquelas, ora a medidas que os cilindram pura e simplesmente.

A denúncia de toda esta situação e consequente pedido de esclarecimentos, recorde-se, foi recentemente objecto de um requerimento subscrito pelo deputado comunista Lino de Carvalho, no qual interroga o Governo sobre as medidas que pensa adoptar com vista a pôr termo à actuação de abuso dominante por parte da Unicer e Centralcer.

## Novos concelhos na forja

A Assembleia da República deu na semana transacta o pontapé de saída para a criação de novos municípios, com a aprovação, por unanimidade, de um projecto de deliberação do PSD que visa a apreciação de todas as propostas de elevação a concelho. Cabe agora à comissão especializada, no prazo de trinta dias, definir os critérios que presidirão à análise dos projectos de criação de novos municípios.

Esta foi uma decisão pela qual de há muito o Grupo Parlamentar do PCP se vem batendo

e que, em rigor, como assinalou João Amaral, poderia e deveria ter sido adoptado há 16 anos. Com efeito, lembrou, remonta a 1982 a primeira discussão sobre Vizela - "quando ocorreu a primeira traição às promessas feitas aos vizelenses", frisou -, momento esse em que ficou claro o apoio do Grupo comunista à criação de novos municípios, sempre que estes "sejam viáveis, correspondam a efectivas necessidades de representação política e se baseiem numa vontade das populações claramente expressa".

Critério este que já então, como agora, permitiu ao PCP apoiar em coerência a criação do município de Vizela, perante a oposição e as promessas incumpridas, quer do PSD quer do PS quer do CDS. Foi a este facto que João Amaral não pôde deixar de aludir no debate, para concluir que a resolução agora aprovada não produz efeitos automáticos e, por conseguinte, importa "continuar firmemente a reivindicar a criação do concelho de Vizela".

## Segurança nuclear

### Não hipotecar o futuro

Questões associadas à problemática da energia nuclear, sobretudo de natureza técnica mas também de ordem ética e política, estiveram em foco no Parlamento. O motivo próximo foi um projecto de resolução visando aprovar a Convenção sobre Segurança Nuclear realizada em 1994, em Viena, no decorrer da qual foram definidas garantias mínimas no plano da segurança das centrais nucleares.

Embora o nosso país não possua qualquer central nuclear nem é previsível que as venha a ter, esta é uma matéria que em todo o caso não pode deixar de nos merecer atenção, como observou o deputado comunista José Calçada, pela razão simples de que este é um problema que supera as fronteiras nacionais, a que acresce a circunstância de os nossos vizinhos espanhóis revelarem "uma particular tendência" para edificarem instalações deste tipo ou similares junto à nossa fronteira ou em bacias hidrográficas de rios internacionais.

A importância da questão reside, por conseguinte, no facto de a aprovação da Convenção representar necessariamente um reforço de todos os mecanismos relacionados com a nossa capacidade negocial neste domínio.

Para este aspecto chamou a atenção o deputado comunista José Calçada, pondo simultaneamente em relevo o facto de a energia nuclear, quer na sua aplicação pacífica, quer na militar, ser não apenas "mais uma forma de energia, mas uma forma de energia qualitativamente diferente", que, desde o seu aparecimento, vem colocando ao homem "problemas ético-políticos quase insuportáveis".

Foi assim, designadamente, depois de Hiroshima, mais exactamente no início da década de 60, quando o movimento pela paz e contra a corrida armamentista transforma o debate em torno de energia nuclear "num palco privilegiado para a afirmação quer da consciência social e ético-política do cientista, quer do carácter não neutral da própria investigação científica e tecnológica".

Num momento em que muitos países abandonam ou suspendem projectos de energia eléctrica com origem nuclear, importa, pois, manter viva a consciência, como lembrou o parlamentar do PCP, de que os problemas não terminam com a desactivação, persistindo questões como a de saber o que fazer com os detritos nucleares, "perigosamente radioactivos, que hipotecam o futuro".

## COMUNIDADE EUROPEIA

# Presidência britânica da UE

## Das Ilhas nada de novo

Desde Janeiro e durante os próximos seis meses, a presidência rotativa da União Europeia estará a cargo da Grã-Bretanha. Seguindo a praxe, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, deslocou-se na semana passada a Estrasburgo, onde apresentou ao Parlamento Europeu as prioridades e objectivos para o semestre.

Após durante longos anos ter cultivado uma atitude peculiar face à União Europeia, que tanto irritou os demais parceiros, a atitude do novo governo britânico, protagonizada por Tony Blair, era esperada com alguma expectativa. Além da mudança de governo operada e do dito "novo estilo" introduzido pelo New Labour, as declarações relativas à Europa, que denotavam uma menor hostilidade, permitiam esperar uma Inglaterra mais cooperante.

Para o melhor e para o pior as previsões cumpriram-se. Se é verdade que a Grã-Bretanha desde sempre cultivou uma atitude de desconfiança e por vezes de hostilidade face à "construção europeia", também é verdade que esse mesmo cepticismo obrigou aqueles que queriam (e querem) avançar para uma UE federal depressa e em força a, por vezes, hesitar, a ponderar outras opções, a, pelo menos, abrandar um pouco o ritmo.

Nada disto obviamente desculpa-biliza a selvagem política neoliberal levada a cabo por Thatcher de desmantelamento do sector público,

com a destruição de qualquer estrutura de apoio social e o esvaziamento dos sindicatos. E também é verdade que foi o Reino Unido quem, até há bem pouco tempo, inviabilizou a introdução de um capítulo social no Tratado da UE, o que serviu de alibi à incapacidade da União de lidar com o agravamento das condições sociais...

Robin Cook não desiluiu, começando por lembrar as promessas feitas: "Quando o governo New Labour foi eleito em Maio prometemos que transformaríamos as nossas relações com os nossos parceiros na Europa. Prometemos que a Grã-Bretanha seria um parceiro-chave e empenhado na Europa. Prometemos isto porque acreditamos que quando a Europa trabalha em conjunto se pode fazer melhor por todos os países europeus."

### De boas intenções...

Claro que de boas intenções está o inferno cheio e impunha-se demonstrar que, na prática, as coisas

iam (vão) mudar. No entanto, o discurso britânico mudou só em relação a si próprio, adoptando um tom "euroentusiasta" e transformando-se em apenas mais uma voz do actual coro europeu. Todas as prioridades e estratégias enunciadas vêm garantir a prossecução de projectos como a moeda única e o alargamento ou a desregulamentação do mercado laboral.

Aos parlamentares europeus, o MNE britânico disse que a Grã-Bretanha assume a presidência da UE num momento em que esta se prepara para dar "dois passos históricos", a União Económica e Monetária e o alargamento a Leste. "A presidência britânica trabalhará para dar a estes dois projectos o melhor arranque possível", disse Cook. O objectivo de "assegurar o êxito do lançamento da UEM" está, assim, à cabeça das prioridades da actual presidência.

Considerando o desemprego um dos principais problemas que afectam os cidadãos europeus, a presidência britânica propõe-se dar uma resposta conforme - seguir as deci-

sões do conselho extraordinário sobre o Emprego, que assentam na promoção de "conceitos-chave" como empregabilidade, adaptabilidade, espírito de iniciativa e igualdade de oportunidades. Recorde-se que, neste mesmo Conselho, ficou previsto que cada Estado-membro elaboraria Planos de Acção para combater o desemprego sem que, no entanto, tenham sido atribuídas verbas adicionais para a criação de postos de trabalho nem ninguém tenha assumido metas claras, ao contrário, por exemplo, do que sucedeu em relação à moeda única.

Apesar de tudo, um aspecto interessante introduzido por Cook tem a ver com a adopção de um Código de Conduta europeu para a exportação de armamento. Se considerarmos que há vários países da UE a abastecer Jacarta de armamento, como a Alemanha e a Suécia, a adopção de este Código poderia, finalmente, alterar o actual estado de coisas.

Uma pequena gota num mar de objectivos e intenções cujos resultados são por de mais conhecidos.

### PARLAMENTO EUROPEU



## Em Plenário

Estes foram alguns dos principais temas discutidos e votados na última sessão plenária do PE.

**O euro e o consumidor** - perante a aproximação da data prevista de introdução do euro, o PE debruçou-se sobre as consequências de tal medida para os consumidores. O relatório aprovado considera que tal será positivo, pois os consumidores beneficiarão, entre outras coisas, da ausência de câmbios quando viagem na UE. Sérgio Ribeiro, deputado do PCP, criticou o facto de, além de desejar que tal não aconteça, o relatório não esclarecer como é que os consumidores não suportarão os custos do euro. Por outro lado, o deputado do PCP lembrou que os consumidores "são sobretudo assalariados", pelo que tem a maior importância estudar os reflexos da introdução do euro nos salários reais.

**Pesca - Compensar a ultraperifericidade** - o Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a proposta do Conselho que institui um regime de compensação para produtos da pesca em regiões ultraperiféricas, como os Açores, a Madeira, as ilhas Canárias e o departamento francês da Guiana. A nova proposta passa a abranger a pesca de espécies de fundo no Açores e a pesca de peixe espada e de cavala na Madeira, além de renovar as compensações para o sector atunheiro. Na sua intervenção, Honório Novo lembrou que os sectores agora apoiados já reclamavam compensações há três anos. Por isso, "é bom não esquecer a responsabilidade das autoridades regionais que então não deram seguimento às necessidades destes sectores junto da Comissão".

**Caminhos-de-ferro** - a partir do livro Branco da Comissão sobre "uma estratégia para a revitalização dos caminhos-de-ferro europeus" o PE discutiu um relatório que pretendia aprofundar a temática. No entanto, se a proposta da Comissão já era má, o relatório não melhorou as coisas. Face ao degradar da situação no sector, a Comissão nada propõe em relação às causas, nem pensa em alternativas. Limita-se a advogar o aprofundamento e aceleração da privatização no sector, no que é seguida pelo relator do PE. Os deputados do PCP votaram contra esta proposta e intervieram em plenário no sentido de denunciar a estratégia proposta pela Comissão. Os demais deputados portugueses votaram a favor da proposta em discussão.

**Redução da dívida dos países ACP** - a UE pretende elaborar uma resposta para fazer face à dívida dos países pobres altamente endividados de África, Caraíbas e Pacífico. O deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, salientou que não se falou em "extinção" de dívida, mas apenas de "redução". As causas da doença não são atacadas, nem se investe num tratamento que leve à cura, apenas se vai mantendo o paciente vivo aliviando-se-lhe as dores.

Três temas da actualidade marcaram o debate político desta sessão, para o qual o Grupo onde estão integrados os deputados do PCP contribuiu com propostas de resolução:

**Curdistão** - a propósito da fuga forçada do seu país, crítica à opressão das autoridades turcas sobre o povo curdo, propondo a promoção de iniciativas a nível internacional que viabilizem uma solução para o problema.

**Massacre de Chiapas** - solicitação da realização de inquéritos sobre o sucedido, responsabilização dos autores do massacre e aplicação dos acordos de Santo André, que preconizam a melhoria das condições de vida da população indígena.

**Comércio de armas** - proposta de maior controlo sobre os mecanismos existentes de exportação de armamento e da realização de uma Conferência, sob a égide da ONU, que permita a elaboração de uma Convenção Internacional tendo em vista o controlo e a redução do comércio de armamento.

Resumo da Sessão Plenária do Parlamento Europeu Estrasburgo, 12 a 16 de Janeiro

## Alemanha Ofensiva contra o euro

**A batalha contra o euro já chegou ao plano jurídico. No Tribunal Constitucional de Karlsruhe, na Alemanha, foram entregues várias queixas com o objectivo de impedir a entrada em vigor da moeda única. A iniciativa é de quatro destacados economistas e juristas, entre os quais se conta Karl-Albrecht Schachtschneider, professor de direito público na universidade de Erlangen-Nuremberg.**

A argumentação de Schachtschneider assenta em três pontos: a união monetária, no estado actual, violará o princípio constitucional de propriedade; o princípio da estabilidade, e portanto o Estado social, já que para o professor o princípio social de estabilidade não respeita apenas ao nível dos preços, mas também ao

emprego, ao equilíbrio externo e ao crescimento; e também ao princípio da democracia.

A queixa apresentada no Tribunal Constitucional conta ainda com as assinaturas de Wilhelm Hankel, presidente do Banco central de Hesse, Joachim Starbatty, professor de Economia na universidade de Tubingen, e Wilhelm

Nölling, antigo senador das finanças e depois presidente do Banco central do Land de Hamburgo, e actual membro do conselho central do Bundesbank.

Numa recente entrevista ao jornal «Libération», Wilhelm Nölling afirma que a Alemanha cederá uma parte da sua soberania a «uma instância supranacional que não tem a mínima legitimidade democrática», e sublinha que «no seu conjunto o modelo de Maastricht não funcionará, porque a promessa de uma união política não se concretizou». Reportando-se aos problemas sociais em França, Wilhelm Nölling interroga-se: «O que é que a França espera deste jogo com a Alemanha? Pôr a mão no controlo do dinheiro? O preço

que pagará por isso será uma concorrência desenfreada com a nossa máquina industrial (...). E conclui: «Quer-se (a união monetária) por razões políticas, e que a economia se desembrulhe! É absurdo. O euro agravará a concorrência, o desemprego e os conflitos sociais.»

Recorda-se que uma sondagem divulgada há dias pelo semanário «Der Spiegel» revelou que 56% dos alemães estão contra a adopção do euro, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano passado. À medida que se aproxima a data prevista para a entrada em vigor da moeda única, são cada vez menos os alemães que se manifestam a favor da substituição do marco: apenas 39 por cento contra 44 por cento no final de 1996.

## França

### Milhares de pessoas exigem referendo sobre a moeda única

**Vinte mil pessoas saíram domingo à rua, em Paris, para exigir um referendo sobre a construção europeia e a moeda única. Desafiando a intempérie que se abateu sobre a capital francesa no fim-de-semana, os manifestantes reivindicaram que seja dada «a palavra ao povo» sobre uma matéria que sabem ser decisiva para o futuro do país.**

«Euro igual a zero», uma das palavras de ordem mais ouvidas, acompanhou a exigência de «união, acção e revogação» do Tratado de Maastricht, a que os numerosos desempregados presentes na manifestação acrescentaram a sua convicção de que «o euro é contra os mínimos sociais».

A jornada pelo referendo - realizada um dia após a manifesta-

ção dos desempregados franceses, que no sábado voltaram a exigir na rua uma efectiva política de criação de emprego e de medidas de apoio aos jovens à procura de trabalho e aos desempregados de longa duração - manifesta não só as preocupações com a construção europeia que está a ser preparada à revelia dos povos, mas igualmente a

consciência crescente de que é preciso intervir em defesa dos valores que dão significado à Europa social.

Convocada pelo Partido Comunista Francês e pelo Movimento dos Cidadãos, a manifestação serviu para reafirmar, como sublinhou o secretário-geral do PCF, Robert Hue, que o modelo de Europa que os franceses defendem é o que «recusa que o planeta seja o campo de batalha duma guerra onde os mercados financeiros e os países mais poderosos sacrificam os homens e as nações aos dogmas do dinheiro-rei». É tempo de deixar de falar da «Europa social, democrática, pacífica», para «passar à

sua construção», disse Hue, «porque, de decepção em decepção, a Europa transformou-se em muitos casos em sinónimo de desemprego, de desregulamentação, de concorrência entre assalariados e camponeses, sinónimo de tecnocracia, sinónimo de restrições orçamentais, de cortes nos orçamentos sociais».

Para o secretário-geral do PCF, «as coisas começaram a mexer, em todos os países. Face ao eurodesemprego, assistiu-se às eurogreves, às euromanifestações». (...) «Não é o momento de afrouxar o esforço. A Europa social, a Europa da democracia, a Europa da paz não se fará sem a intervenção dos povos.»

## Cuba

## A visita de João Paulo II

O papa João Paulo II iniciou ontem a sua primeira deslocação a Cuba, numa visita que terminará no domingo. No total, realizam-se quatro missas e são pronunciados nove discursos públicos.

Para Fidel Castro, não se trata de uma visita política, apesar de João Paulo ser o chefe de Estado do Vaticano. «Esta é uma visita pastoral, quer dizer, não é uma visita política. Além disso, o papa é um convidado do país, um convidado do governo», afirmou recentemente no Parlamento. «Não temos a menor intenção, em todas as nossas conversações com os emissários do Vaticano, de dar conteúdo político à visita», acrescentou.

O sucesso da visita pastoral é objectivo do dirigente cubano: «Faremos o máximo para que a visita seja um êxito e para que o papa se possa sentir plenamente satisfeito. Temos consciência de quais são os nossos deveres».

Quanto à condenação por João Paulo II do bloqueio dos EUA contra Cuba, Fidel Castro salientou que não foi posta nenhuma condição. «Por um elementar sentido de dignidade, o nosso país não podia fazer isso, não pode-

mos organizar e fazer o máximo esforço por uma visita e acompanhá-la com a solicitação de uma declaração contra o bloqueio». Referindo-se ao papa, defendeu que «ele deve sentir-se absolutamente livre para fazer as declarações que considere pertinente fazer».

No sábado passado, Fidel apelou à população para assistir às missas e às cerimónias que decorrem durante a visita, não «por disciplina», mas por respeito por João Paulo. Pediu ainda para que ninguém ceda a provocações ou exiba qualquer cartaz. «Ninguém deve exprimir a menor reacção de protesto face a nenhuma declaração», afirmou.

«Vemos como uma honra a visita do papa, vemo-la como um gesto de coragem. Vem a Cuba, nada menos que a Cuba», sustentou Fidel no Parlamento. «Faremos tudo o que seja humanamente possível para que se sintam bem e satisfeitos com a visita e conheça, como muitos outros visitantes, o nosso país e o nosso povo», declarou.

Na opinião do líder cubano, «trata-se de uma personalidade que tem uma grande influência em todo o mundo ocidental e particularmente na América Latina». «O papa é uma das personalidades mais relevantes no mundo actual. É por isso que a visita despertou um grande interesse a nível internacional».

Mais de mil jornalistas foram creditados pelas autoridades de Havana. Cinco das mais importantes cadeias televisivas norte-americanas cobrem o acontecimento. Uma delas pediu alojamento para 200 funcionários.

## Helms-Burton na ordem do dia

A cláusula da lei Helms-Burton que penaliza as sociedades que realizem negócios com Cuba continua suspensa. Na sexta-feira, pela terceira vez, o presidente dos Estados Unidos prorrogou por mais seis meses a sua

suspensão, o que significa que os cidadãos norte-americanos continuam a não poder recorrer à justiça contra empresas que compreendem bens expropriados pelo governo cubano após a revolução de 1959.

Esta cláusula, se entrar em vigor, proibe ainda a entrada nos EUA dos principais dirigentes dessas companhias, bem como aos seus familiares, tendo como objectivo explícito dissuadir quaisquer investimentos em Cuba.

Foram recentemente apresentados no Congresso projectos de lei para o levantamento de algumas cláusulas, nomeadamente aquelas que se referem a medicamentos e alimentos.

Para Charles Rangeel, o representante do Partido Democrata de Nova Iorque e um dos autores de um desses projectos, a visita de João Paulo II oferece uma oportunidade «para nos empenharmos de forma construtiva nos progressos concretos nas relações americano-cubanas».

O embargo dos EUA continua a ser alvo das críticas internacionais. Na semana passada, a subsecretária dos Negócios Estrangeiros italiana, Patrizia Toia, considerou que Cuba, ao contrário das pretensões norte-americanas, «não pode ficar isolada do contexto internacional». «O isolamento é uma estratégia míope que não dá frutos e que não ajuda a resolver os problemas», acrescentou.

Médio Oriente  
Uma nova tentativa

Termina hoje, em Washigton, a cimeira entre a Autoridade Palestiniana e Israel, cujos representantes se reuniram separadamente com o presidente norte-americano, Bill Clinton.

Os palestinianos partiram para a iniciativa com esperança. «A conferência constituirá um ponto de viragem não só para os palestinianos e israelitas, como para toda a região», afirmou Yasser Arafat na semana passada.

No entanto, a sua atitude não tem nada de ingénua e, perante todos os obstáculos levantados pelo governo hebraico, o gabinete de Arafat lançou um apelo «ao presidente Clinton para que salve o processo de paz, em perigo pelos autores da ocupação e da colonização israelita». «A minha grande esperança é que Clinton convença Netanyahu a respeitar os compromissos», afirmou o presidente palestiniano.

Do lado israelita não se esperam novidades de peso. No dia 14, Benjamin Netanyahu decidiu manter o controlo da maioria do território da Cisjordânia, alegando «interesses nacionais primordiais». A Rússia condenou de imediato esta decisão por contrariar o espírito dos acordos de Madrid e o movimento geral na região.

Entretanto, a Comissão Europeia apontou como as principais causas do «impasse» do processo de paz as «decisões do actual governo israelita», acrescentando que a estabilidade económica dos territórios palestinianos é um factor fundamental para a estabilidade do Médio Oriente, tão ou mais importante que «a abertura do aeroporto de Gaza, a luta contra o terrorismo ou a segurança de Israel».

Num comunicado aprovado por unanimidade no fim de Dezembro mas só agora divulgado de forma a não prejudicar o processo de paz, a Comissão Europeia considera indispensável um maior envolvimento político da União Europeia na mediação entre as duas partes. Esta posição é justificada com o financiamento disponibilizado para a Palestina: 336 milhões de contos doados entre 1994 e 1998.

De acordo com dados da UE, devido ao bloqueio israelita o índice de riqueza «per capita» dos palestinianos sofreu uma redução de 35 por cento, enquanto o desemprego aumentou de 20 para 42 por cento e as perdas comerciais ascenderam a cerca de 300 milhões de dólares por ano. O investimento privado representa hoje um quarto do que era em 1993.

## As expectativas

Quando a presente edição do «Avante» começar a circular estará já em decurso a visita que João Paulo II realiza à República Cubana. A viagem pontificia tem garantida uma vasta cobertura mediática e em torno dela estão criadas amplas expectativas especulativas que, como sempre, só o futuro real virá confirmar, ou não.

Se nos situarmos rigorosamente na análise noticiosa que nos vai chegando, com exclusão de qualquer tentativa de previsões a curto prazo, poderemos detectar alguns aspectos que, com efeito, parecem singularizar esta viagem no enorme lote das restantes outras 80 já anteriormente efectuadas pelo actual papa.

Numa primeira análise, desapaixonada, avultam os aspectos que parecem favorecer claramente os legítimos interesses, direitos e aspirações do heróico povo cubano.

Por um lado, como é notório, as negociações, diplomáticas ou de outra ordem, que precederam a concretização desta visita papal, arrastaram-se por longo tempo, com avanços e recuos, compromettimentos e concessões. Feito agora o balanço provisório do processo que permitiu uma aproximação final de pontos de vista, o resultado apurado parece consagrar um êxito da diplomacia cubana. Com efeito, se nos situarmos a partir dos objectivos conhecidos das políticas da Secretaria de Estado do Vaticano, facilmente concluiremos que a visita de João Paulo II teria perspectivas políticas muito mais favoráveis se tivesse tido lugar logo após a desagregação dos estados socialistas do Leste europeu.

Não foi assim e agora a viagem do papa decorre em quadros internacionais - políticos, económicos, confessionais e sociais - já bem diferentes.

Também a imagem de uma igreja triunfante, que o Vaticano, há cerca de dez anos teria facilidade em transmitir à opinião pública, sofreu um grande desgaste. Na Europa, a igreja institucional não conseguiu avançar em termos pastorais e revelou-se, em muitos casos, corrupta e incapaz de solucionar os seus problemas internos. Aliás, é cada vez mais evidente que à progressão do neoliberalismo, político e económico, tem correspondido a degradação da imagem de uma igreja católica europeia cada vez mais descrente de si própria. Nos outros continentes, o governo do Vaticano, não obstante os excessos de autoridade revelados nas acções duramente centralizadoras de João Paulo II e da Opus Dei, não foi capaz de evitar a afirmação popular de uma outra igreja de novo tipo, eclesialmente apoiada nas leituras da Teologia da Libertação. Independentemente dos aspectos mediáticos, João Paulo II vai ser um estranho entre os seus.

Há um outro aspecto interessante que concorreu para debilitar o peso político que o Vaticano

poderia alcançar junto da opinião pública, sobretudo da latino-americana. Desde há 35 anos que o povo cubano é vítima de um dos mais ferozes crimes contra os mais básicos direitos humanos. O bloqueio económico de que é alvo traduz-se em fome, em doença, em sofrimento e morte. Perante esta afrontosa situação, o magistério de João Paulo II tem recorrido ao artifício das meias palavras, das exortações, e pouco mais.

Como poderá a igreja institucional apresentar-se, agora, como campeã dos liberdades dos povos?

Bem ao invés, a imagem do regime cubano não tem deixado de se valorizar junto da opinião pública comum. Quem, afinal, continuará a aceitar que a Revolução Cubana é o «império do mal», se é justamente o povo de Cuba, os seus órgãos dirigentes e o seu Partido, a força que, na América Latina mais organizadamente se bate em defesa dos mais altos valores morais tão gratos às populações humildes, como os da Pátria, da Liberdade e da Justiça Social? Também esta verificação irá contribuir para o reforço do peso relativo da presença oficial cubana nos resultados palpáveis desta viagem do papa.

Vários outros factores poderiam ser aqui referidos, a acentuar os contornos originais desta digressão por terras cubanas. A instabilidade que sempre acompanha as sucessões dos papas e as alterações, cada vez mais próximas, das hierarquias católicas; as pressões, que começam a ser notícia, exercidas por «lobbies» dominantes da administração norte-americana, agora favoráveis à adopção de alternativas à política de bloqueio, após verificarem que a sua manutenção constitui um autêntico sorvedouro financeiro, insustentável para a economia dos EUA; a percepção que, mesmo os mais ferozes grupos «anticastristas», intimamente ligados às oligarquias financeiras, de que a presente política norte-americana é responsável pela perda em série de grandes negócios, desviados para grupos capitalistas rivais menos fundamentalistas, etc.

Tudo isto parece favorecer, na presente conjuntura, as justas reivindicações da sociedade cubana, certamente presentes nas negociações que sempre decorrem nos bastidores das viagens de João Paulo II.

Mas não nos deixemos tentar por optimismos excessivos. Todos os contactos com o Vaticano, na sua forma actual, contêm um elevado índice de riscos potenciais. A Secretaria de Estado tem séculos de preparação e é reconhecidamente perita na prática das políticas paralelas.

Só o tempo revelará que importância se poderá creditar a esta visita a Cuba dos mais altos dirigentes católicos.

■ Jorge Messias

## Mineiros russos em greve

Na quinta-feira, três dias antes de se registar mais um acidente fatal numa mina russa, 240 mil mineiros da região siberiana de Kmerov estiveram em greve exigindo o pagamento dos salários em atraso e o aumento do financiamento do sector pelo Estado. O primeiro-ministro, Viktor Chernomyrdin, e o vice-primeiro-ministro Anatoli Chumbais prometeram duplicar os investimentos naquele que é o vale carbonífero mais importante do país, num valor que ascenderá aos 3500 milhões de rublos.

## Saddam exorta à mobilização total

O presidente do Iraque, Saddam Husein, decretou a mobilização total da população na «guerra santa» contra as sanções impostas em 1990 pelas Nações Unidas, após a Guerra do Golfo. O ministro da Saúde, Oumid Medhat Mubarak, adiantou que durante estes sete anos um milhão e meio de pessoas morreram em consequência do embargo.

## Curdos acusam Turquia de aniquilação

O Parlamento Curdo no Exílio acusa as autoridades turcas de continuarem a tentar «esvaziar o Curdistão da sua população». «Há 14 anos que o Estado turco está a levar a cabo uma guerra sistemática de aniquilação contra o povo curdo. Os grupos civis de defesa são os principais alvos. Quase quatro mil aldeias e vilas foram incendiadas e demolidas. Pomares, campos de cultivo e bosques foram também queimados. Milhões de pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas e condenadas a uma vida de miséria», afirmam os representantes do povo curdo, num nota à imprensa. Quanto à questão dos refugiados, o Parlamento Curdo defende uma solução política baseada no diálogo entre todas as partes envolvidas e apela ao mundo para não ignorar a «barbárie» turca.

## Clinton presta declarações sobre Paula Jones

Acusado de assédio sexual por Paula Jones, o presidente norte-americano Bill Clinton prestou declarações sobre o caso no sábado passado, em Washington. De acordo com o jornal Washington Post, pela primeira vez Clinton não negou que se encontrou com Paula Jones num quarto de hotel.

■ Carlos Nabais

# Tigres asiáticos nas garras do FMI

**A** profunda crise económica que se instalou nas chamadas economias emergentes da Ásia veio provar mais uma vez o fracasso das teses neoliberais que, após a queda do bloco socialista, anunciavam os anos noventa como a segunda grande época do capitalismo mundial, logo a seguir ao final do século XIX.

Como refere a edição mensal de Janeiro do *Monde Diplomatique*, num artigo assinado pelo jornalista Philip Golub, «a globalização financeira, concebida pela revolução conservadora americana e britânica no início dos anos 80, autonomizou a esfera financeira, submetendo a economia real à sua lógica».

Em consequência, explica o mesmo autor, o divórcio entre as moedas e a realidade económica nunca foi tão grande na história contemporânea, bem expresso no aumento vertiginoso do volume dos fluxos internacionais de capitais que não se fez acompanhar de um aumento correspondente do valor das transacções comerciais.

Assim, hoje são diariamente transaccionados 15 biliões de dólares nos mercados de divisas, contra apenas 18 mil milhões no início da década de 70, dos quais apenas três por cento correspondem ao valor dos bens e serviços realmente transaccionados.

Philip Golub observa igualmente que «demitindo-se da sua principal responsabilidade - a regulação da violência nas relações sociais tendo em vista o bem comum - e consentindo severas mutilações na sua soberania, os Estados reduziram não só o espaço democrático, através da submissão da evolução social, económica e política à contingência dos interesses particulares, como também eles mesmos se privaram dos meios de influenciar o sistema internacional».

Num universo financeiro caracterizado pela anarquia monetária e não pela auto-regulação como pretendem os defensores do neoliberalismo, a mundialização engendra crises financeiras com graves reacções em cadeia que são frequentemente comparadas a doenças epidémicas ou a catástrofes naturais.

## História de uma crise

Provocado pela retirada maciça de capitais especulativos, o sismo financeiro asiático é hoje visto como o mais grave dos últimos anos, cujos reflexos põem em causa não só o crescimento dos países da região como constituem sérias ameaças às economias ocidentais.

Despoletada na Tailândia, a onda de choque cedo se propagou aos países vizinhos e a sua intensidade não parou de crescer, submergindo no passado mês de Outubro todo o sudeste asiático. Pouco depois era a Coreia do Sul - a 11ª economia mundial - que ficava à beira da bancarrota e os efeitos negativos fizeram-se sentir ainda em praças financeiras periféricas como as do Brasil e da Rússia. Chegou-se a pensar que o Japão - segunda economia mundial e primeiro credor do planeta - pudesse ser seriamente afectado, possibilidade que de resto ainda se mantém.

Ao contrário do que se podia esperar, desta vez as técnicas tradicionais de gestão da crise, como a intervenção dos bancos centrais ou a suspensão automática das cotações, de nada valeram e os mercados bolsistas dos países atingidos continuaram a sofrer drásticas desvalorizações.

Para evitar o afundamento dos sistemas bancários, países como a Tailândia, Filipinas, Indonésia e a Coreia do Sul foram obrigados a aceitar a intervenção do Fundo Monetário Internacional e a submeter-se aos implacáveis programas de reestruturação de efeitos recessivos, que já hoje suscitam o protesto das populações devido aos impactos económicos e sociais desastrosos.

## Sem solução à vista

Mas mesmo a intervenção financeira do FMI, a mais importante desde a criação do Fundo em 1944, não foi capaz de deter ou mesmo atenuar as desordens asiáticas. Recorde-se que os empréstimos do FMI à Tailândia, Indonésia e à Coreia do Sul totalizam cerca de 210 mil milhões de dólares.

Contudo, apesar deste volumoso programa de emergência, uma nova vaga especulativa no passado mês de Dezembro, provocada por

uma série de falências no sector privado, esteve na origem da queda espectacular dos mercados da Coreia. A moeda coreana, o won, atingiu o mais baixo nível de sempre face ao dólar norte-americano, sendo precisos dois mil wons para comprar um dólar, contra os 890 wons necessários em Julho de 1997 para um dólar.

Apesar desta enorme desvalorização, o FMI impôs que a Coreia mantenha uma taxa de inflação de 5 por cento, quando, em contrapartida, a taxa de juro de curto prazo atingia, em Dezembro, 25 por cento, ou seja, o mais elevado nível desde há 16 anos. Em resultado, às empresas fortemente endividadas e sem possibilidades de recorrer ao crédito, apenas resta a declaração de falência que, por seu turno, se traduz no aumento do volume de créditos incobráveis pelos bancos.

Estes são sinais de uma grave crise que pode terminar numa deflação, ou seja, na baixa de preços, de salários, de lucros e do crescimento, conduzindo a uma grave recessão económica.

## Japão pode ser arrastado

Segundo os analistas, a possibilidade do Japão ser arrastado na crise asiática é real. De facto, os bancos nipónicos, os maiores credores da região, têm sofrido fortes revêzes nos últimos meses não só devido à crise asiática, como às próprias dificuldades internas. Segundo estimativas da imprensa japonesa, o sistema bancário japonês contabiliza mais de 600 mil milhões de dólares em créditos incobráveis ou dificilmente cobráveis. Deste modo, a falência de mais bancos nos países emergentes acarretaria efeitos semelhantes no país do sol nascente.

Acontece que se o Japão começar a desinvestir no mercado americano para fazer face às suas necessidades internas e relançar a sua economia, as consequências serão imprevisíveis. É que desde os anos

80 que o Japão é o maior credor dos Estados Unidos, detendo qualquer coisa como 320 mil milhões de dólares em obrigações do Estado Federal, ou seja 8,5 por cento do total.

Por outro lado, a continuação da depreciação do yen (no final de 1997, a moeda japonesa atingiu o seu mais baixo nível desde há cinco anos), dada como certa nos próximos meses, irá aumentar a competitividade das exportações japonesas, aumentando ainda mais o excedente comercial do Japão.

Neste clima, é natural que as tensões comerciais nipónico-americanas se agravem, tanto mais que Washington já advertiu o Japão no sentido de adoptar medidas energias para diminuir o seu excedente comercial e abrir o seu mercado interno.

Há mesmo quem veja no actual comportamento dos Estados Unidos a tentativa de instrumentalizar a crise para dela tirar unilateralmente vantagens estratégicas e comerciais. A verdade é que até ao momento, a administração norte-americana entende que devem ser o Japão e os países do sudeste asiático a suportar o principal ónus da desordem vigente. Segundo declarações do secretário americano do Comércio, William Daley, o Japão terá de sair da recessão através de «factores de crescimento endógeno», ou seja, à sua própria custa.

Assim se explica que a administração de Clinton tenha recusado desbloquear os fundos de emergência reclamados pela Coreia do Sul e que o Congresso tenha tentado impor sanções comerciais aos países da Ásia e ao Japão para os obrigar a reduzir os seus excedentes, grande parte dos quais são absorvidos pelos Estados Unidos, hoje o maior devedor do planeta.

A intervenção do FMI é também vista como uma forma dos Estados Unidos promoverem na Ásia uma economia liberalizada ao máximo, aberta ao exterior, com um Estado reduzido à sua expressão mínima. O chamado modelo asiático, caracterizado até aqui por uma articulação entre o Estado e o mercado que funcionou como factor de desenvolvimento, tem provavelmente os dias contados.

## Sinais de abrandamento

Cautelosamente, os especialistas do FMI admitem que o crescimento mundial em 1998 poderá sofrer uma ligeira baixa, passando de 4,3 para 3,5 por cento. Contudo, neste momento ninguém sabe ao certo quais serão os reais efeitos da crise asiática nas economias e as instâncias internacionais não querem agitar ainda mais os mercados com previsões pessimistas, ainda que estas sejam plausíveis.

Os países da UE mostram-se confiantes de que as consequências serão marginais, tendo em vista que as suas exportações para a Ásia não ultrapassam nove por cento do total. Contudo, muitos bancos europeus poderão sair prejudicados já que são grandes credores de países asiáticos, estimando-se que ali tenham investido cerca de 360 mil milhões de dólares.

Entretanto, os gigantes asiáticos como a Hyundai ou a Samsung já anunciaram o cancelamento de grandes investimentos em países como a

Grã-Bretanha ou os Estados Unidos. Esta semana, a Hyundai suspendeu a construção da nova fábrica de automóveis na Escócia, que representava um investimento de mil milhões de dólares. Ao mesmo tempo, a Samsung anulou investimentos de 500 milhões de dólares na Texas e adiou outro de 450 milhões na Grã-Bretanha.

Outros grandes projectos como a construção do TGV na Coreia, ou a venda de submarinos e fragatas francesas à Tailândia correm igualmente o risco não se efectuarem.

Também os países produtores de matérias-primas serão afectados. A Indonésia reduziu em 50 por cento as importações de alumínio, 20 por cento de cobre e diminuiu as necessidades em níquel. Por seu turno, a Coreia do Sul já renegociou em baixa os contratos de fornecimento de petróleo com a Arábia Saudita.

## Tempestades sociais

Os pacotes de austeridade impostos pelo FMI, e cujos efeitos os portugueses ainda num passado recente sentiram na pele, estão já a provocar forte contestação popular que ameaça transformar-se numa das maiores crises sociais dos últimos anos no sudeste asiático.

Na Coreia do Sul, desde o início do ano que se registam greves contra o novo Código de Trabalho, que instaurou a flexibilidade, a precarização do emprego e os despedimentos colectivos, os quais até aqui eram proibidos no país.

As tensões sociais aumentam igualmente na Indonésia, onde a inflação atingiu em Dezembro os 11 por cento e o orçamento para 1998 prevê um crescimento nulo e uma taxa de inflação na ordem dos 20 por cento. A desvalorização a pique da rupia (cinco mil para um dólar) encareceu os produtos importados, sendo que a seca do ano passado afectou o abastecimento de arroz e açúcar.

Com o desemprego a aumentar, a situação poderá ficar fora de controlo se a Malásia, também atingida pela crise, concretizar as recentes ameaças de repatriar as centenas de milhares de trabalhadores indonésios ilegais. Refira-se que a Malásia estima o número de imigrantes ilegais em mais de um milhão, sendo que um número igual está registado a trabalhar em fábricas, na construção civil e plantações, onde, com as novas condições, muitos deles se tornaram excedentários.

Também a Tailândia já anunciou que vai expulsar um milhão de estrangeiros, medida que irá afectar em especial a vizinha Birmânia, de onde é oriunda a maioria destes trabalhadores. Durante este ano, dois milhões de tailandeses ficaram sem emprego.



## Cenários de guerra

Num universo financeiro globalizado e sem regras, uma crise numa longínqua região como é o sudeste asiático pode ter consequências graves mesmo para as economias industrializadas. Basta pensar que a mobilidade dos capitais especulativos entre um extremo e outro do planeta é instantânea e que a única «regra» é tentar obter o melhor negócio possível.

Com a queda das bolsas asiáticas, muitos especuladores poderão ver ali excelentes oportunidades para adquirir a preços de saldo empresas em dificuldades. Entretanto, a Europa, interessada em garantir uma forte taxa de câmbio ao futuro euro, precisa de atrair o máximo de capitais oferecendo-lhes rendimentos atractivos.

Porém, a forte desvalorização das moedas asiáticas vai reforçar a competitividade das exportações desta região, desequilibrando ainda mais a já muito deficitária balança comercial dos Estados Unidos, factor que a prazo irá reflectir-se sobre o valor do dólar norte-americano. Ora, um dólar fraco arrastará consigo a alta das taxas de juro norte-americanas, o que a acontecer representaria uma inevitável declaração de guerra ao euro.



## O gigante chinês

Até ao momento, a China não parece atingida pelo terramoto financeiro que tem derubado, uma após outra, as economias asiáticas de crescimento rápido.

Alguns analistas explicam que tal se deve ao facto da China se encontrar bem protegida dos especuladores pelas importantes reservas em divisas, avaliadas em cerca de 125 mil milhões de dólares, bem como pelo seu fraco endividamento público interno (cerca de 5 por cento).

Por outro lado, a convertibilidade da moeda chinesa, o yuan, é fortemente limitada, o que a coloca ao abrigo dos especuladores, enquanto o seu mercado de capitais não está demasiado exposto ao mundo exterior e serve sobretudo para financiar essencialmente o seu desenvolvimento. Não obstante, os investimentos estrangeiros afluem maciçamente e sem o carácter especulativo a curto prazo.

A solidez da economia chinesa é ainda constatável pelo forte crescimento económico, superior a 9 por cento ao ano, pela ausência de tensões inflacionistas (taxa actual de inflação ronda os dois por cento) e por uma balança de transacções correntes que apresenta excedentes na ordem dos 66 mil milhões de dólares.

Já antes da actual crise financeira, os investimentos directos estrangeiros, responsáveis por grande parte das exportações dos países emergentes asiáticos, tinham sido reorientados para a China.

Segundo o economista Stephen Cohen, num artigo publicado na edição deste mês do *Monde Diplomatique*, «em 1991, a Tailândia recebia 10 por cento dos investimentos destinados à Ásia, a China 20 por cento; em 1994, a Tailândia descia para 1,3 por cento e a China atingia os 67 por cento. A Malásia viu a sua parte descer de 20 por cento para oito por cento». O investimento externo na China continuou a subir em 1997, segundo noticiou na terça-feira o jornal «China Daily», aumentando 23,72 por cento relativamente ao ano anterior, num total que ronda os 52 mil milhões de dólares.

Apesar desta conjuntura favorável, a crise acabará inevitavelmente por ter alguns efeitos na economia chinesa, nomeadamente nas suas exportações, cuja competitividade pode ser posta em causa pela desvalorização das moedas asiáticas.

Refira-se ainda que a China necessita de uma taxa de crescimento superior a 8 por cento para criar 30 milhões de empregos por ano, para uma população de mil e duzentos milhões de pessoas.



EM FOCO

# O futuro das últimas autárquicas

■ CARLOS LUÍS FIGUEIRA  
Membro da Comissão Política

**O**S RESULTADOS obtidos pela CDU nas autárquicas de Dezembro último desencadearam por parte dos analistas habituais uma torrente de considerações e conclusões acerca do papel que gostariam de destinar ao PCP na sociedade portuguesa, numa apressada linha de simplificação e de completa ausência de escrúpulos.

Decretando mais uma vez o funeral político do PCP através da afirmação sentenciosa do nosso irreversível declínio eleitoral, procuram consagrar no imaginário colectivo a tese que no futuro tudo se decidirá, inevitavelmente, através da escolha representada pelo conjunto de duas forças de bloco central constituídas pelo PS e PSD que não se diferenciando no essencial (como alguns até já admitem), inevitavelmente restaria aos eleitores a opção de decidirem o seu voto pela variedade dos estilos: entre o sisudo ou o risonho, o laranja ou o rosa, o véu ou o veludo. O supérfluo, o transitório, o ocasional.

Nesta linha, o articulista do Expresso, à mistura com as catilinárias anticomunistas do costume, avança mesmo com conselhos e receitas acerca do comportamento e posicionamento do PCP na sociedade, para nos atribuir as funções do grilo na fábula do Pinóquio, ou seja, um papel próximo dos bons rapazes conferindo-nos a tarefa de chamar a atenção do PS sempre que as mentiras ou diabruras da sua governação se justificassem.

Em toda esta orquestração está presente um objectivo que não sendo novo ao qual se procura, na conjuntura, dar redobrado impulso. Cavalgando ao máximo nos resultados negativos obtidos pela CDU em Dezembro último, explorando factores psicológicos e sentimentos compreensíveis de abatimento e injustiça que muitos dos resultados negativos justificadamente contêm, tentarem colar-nos a um declínio eleitoral sem reverso, arrumando-nos na prateleira de um Partido marginal, de protesto, de sindicalismo de causas perdidas.

Num outro plano e ainda em torno dos resultados eleitorais, M. Alegre aproveita para dar alguns recados acerca do nosso relacionamento com a sociedade e particularmente sobre o nosso posicionamento face ao PS e designadamente a ala esquerda deste partido de que ele se arroga destacado representante. Trata-se de facto de uma questão de inegável interesse.

A este respeito, e sem prejuízo de uma abordagem mais detalhada, chamaria desde já a atenção para o seguinte. De que PS estamos a falar e que posicionamento têm assumido os reclamados sectores de esquerda face ao Governo de A. Guterres, Secretário-Geral do PS

Entendamo-nos. Estamos ou não perante a ascensão ao poder no Partido e no Governo da Nação dos sectores mais à direita do PS? Realiza ou não este Governo de maioria PS uma política fundida e ao serviço dos interesses do grande capital, política aqui ou ali matizada pelo estilo em relação à executada pelos governos de Cavaco Silva, na qual cabem pequenos detalhes na área social como o rendimento mínimo que todavia não podem ofuscar a global ofensiva contra direitos sociais em relação ao mundo do trabalho?

É ou não, antes de mais, o julgamento e posicionamento face a esta política que tem de balizar comportamentos? Nesse sentido que tem feito a reclamada esquerda do PS para além de fazer passar a ideia de inevitabilidade da execução desta política? Ou será, como M. Alegre insinua, que se deve ao radicalismo e à ausência de modernidade do PCP o facto do PS a realizar sabendo-se, como a história recente o comprova, que este PS no poder sempre caminhou pelos seus próprios passos para alianças e políticas de centro direita?

Em tal contexto, seriamente, que relacionamento se pode reclamar senão o da ala esquerda do PS se demarcar claramente desta política e sem preconceitos, nem sofismas, associar-se e participar com o PCP e outros sectores de esquerda na construção de uma alargada frente alternativa às opções e políticas executadas por este Governo, num movimento inverso àquele que M. Alegre sugere?

Embora ficando aquém do que nos propúnhamos obter nas eleições de Dezembro último, perdendo posições importantes, nada autoriza, à estrita luz dos resultados obtidos, consagrarem-se teses definitivas sobre resultados futuros e muito menos a escamotear o facto da CDU ao ficar com a presidência de 41 municípios e dando um contributo inestimável para a vitória da Coligação em Lisboa, acrescido de múltiplas posições obtidas em diversos órgãos de Poder Local, permanecer como uma grande força autárquica no plano nacional.

O carácter destas eleições, a sua diversidade e especificidade exigem, tal como foi assinalado pelo Comité Central do PCP, um exame profundo sem precipitações nem superficialidades. No conjunto dos resultados há sinais contraditórios em

relação a subidas, porque as houve e até significativas, ou descidas, ao maior ou menor grau de abstenção obtido. Nuns casos perde-se a maioria subindo significativamente, enquanto noutros, descendo, se conserva mais confortavelmente a maioria que já se dispunha. Importa discernir, e tal só é possível através de uma discussão mais profunda, o somatório das causas, não caindo na tentação de procurar uma só causa para justificar os insucessos ou sucessos obtidos e muito menos sermos empurrados para uma discussão afunilada na pessoalização e na autoflagelação numa linha que nos conduziria inevitavelmente para a ausência de discernimento e para a desorientação.

A complexidade e dificuldade da situação política que vivemos, no plano interno e externo, dificulta a afirmação e o apoio a um

**Enfrentámos uma campanha com uma enorme desproporção de meios nos quais pesou e não foi pouco o aproveitamento por parte do PS do aparelho de Estado para favorecer as suas candidaturas**

o responsável pela Federação do PS dá um bom contributo para as desfazer quando em entrevista recente afirma que nunca o PS teve tantos meios ao seu dispor para disputar eleições ao mesmo tempo que desvenda os esforços que fez, em estreita articulação com membros do Governo, para privilegiar investimentos públicos em autarquias de maioria PS. O desfavorecimento que tivemos por parte dos grandes meios de comunicação sofreu novo impulso. O PS, contrariamente ao que sempre afirmou, teve como grande objectivo estratégico assaltar posições nossas em importantes municípios, promovendo noutros o seu esvaziamento em benefício do PSD contra posições nossas ou, ao invés, caso de Vila Real de Santo António, onde o PSD se esvaziou em benefício do PS permitindo a este ganhar a autarquia, num processo que escandalosamente termina

com a eleição dos três únicos elementos eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António para a presidência e mesa da respectiva Assembleia, facto só possível porque contaram com os votos do PS.

É certo e lucidamente que temos de analisar outros factores que pesaram nos sucessos e insucessos obtidos. Causas, cuja natureza poderá decorrer da gestão praticada, da ligação às populações, do papel desempenhado pelos eleitos no exercício do poder, do carácter diferenciador da nossa gestão, das prioridades definidas, do conteúdo e da acção política desenvolvida ao longo do mandato pelos nossos eleitos, do contributo que tal gestão deu para o alargamento da influência política e social do PCP.



projecto alternativo de esquerda que nós corporizamos. Permanecem ilusões acerca da política deste Governo. Existem meios poderosos para fixar as alternativas num bloco central de forças que em alternância e sem diferenças substantivas se revezem no poder. Procura-se desvalorizar, escamotear, deformar, desacreditar, propostas e projectos políticos alternativos que ponham em causa a natureza e objectivos das políticas seguidas quer pelo PSD quer pelo PS. Oculta-se e deforma-se a natureza da luta contra esta política. Promove-se a acomodação justificada pelo carácter inevitável das soluções praticadas. Ridicularizam-se e deformam-se valores associados ao combate às desigualdades sociais por uma sociedade mais justa e liberta da desenfreada exploração que se pratica. Dá-se o desemprego de milhares de trabalhadores e a perda de direitos sociais como uma fatalidade à qual não se pode fugir.

Enfrentámos uma campanha com uma enorme desproporção de meios nos quais pesou e não foi pouco o aproveitamento por parte do PS do aparelho de Estado para favorecer as suas candidaturas. Aliás, se dúvidas ainda houvesse a este respeito,

O conjunto das discussões que se estão a realizar por todas as organizações darão sem dúvida um inestimável contributo para o acerto da acção futura, reflexão na qual tem de se incorporar o contributo de muitos dos que não sendo do PCP conosco estiveram e vão continuar a estar nesta como noutras batalhas futuras.

Debate, reflexão, que não podem ser dissociados do aprofundamento do conteúdo das propostas e projectos que o PCP apresenta para a sociedade, projectos de poder e de políticas alternativas. Processo no qual assume particular importância o reforço da base organizativa e da militância política, a promoção de iniciativas que melhorem a nossa ligação à sociedade, visando o reforço da nossa influência política e social, sem a qual não haverá política alternativa, num percurso não só de combate às ideias dominantes mas de construção de condições para uma alteração da correlação de forças que hoje predominam na sociedade portuguesa.

Porque as eleições e os seus resultados sendo inegavelmente importantes constituem não mais que um elemento da batalha política mais geral em que estamos empenhados e temos de continuar a travar.

# O papel e o lugar dos comunistas e do PCP

**D**epois da minha anterior colaboração nesta «tribuna» (*Atenção, Camaradas*, 24 de Dezembro de 1997), ocorreram factos e/ou vivências que vieram confirmar o que me tinha levado a tratar aquele tema e a fazer aquele alerta. Por isso os retomo, com a intenção de os desenvolver no sentido que procuro traduzir no título que escolhi. Os novos factos e/ou vivências terão reforçado, a meu juízo, a pertinência da reflexão. Aliás, sou levado a acrescentar que considero que esta reflexão – sobre o papel e o lugar dos comunistas e do PCP – deveria ser-nos intrínseca, e que os estímulos externos apenas deveriam... estimular uma reflexão interna permanente.

Como algum eventual leitor ainda eventualmente se lembrará, na minha anterior colaboração referia-me à revista

(obrigado, amigo Correia da Fonseca, pela chamada de atenção!), logo seguido por reacções diversas no número seguinte da prestigiada publicação. Também na comunicação pela rádio tropecei no tema: o *Musique Trois*, canal francófono de música clássica, que costumo ouvir no trânsito complicado de Bruxelas, estragou-me uma manhã com uma longa entrevista odiosa porque o entrevistado destilava ódio a coberto de uma ligeiríssima camada de aparente erudição histórica muito bem manipulada para ser bem manipuladora. No canal «culto»...

Em Portugal, e a partir duma leitura distorcida dos resultados das autárquicas, nestas escassas semanas que nos passaram de 1997 a 1998, os comunistas e o PCP, a sua importância no panorama político português e a perspectiva da sua evolução também mereceram inusitada atenção. Para além de comentários com que nem há tempo (e paciência) para perder, um artigo de Manuel Alegre no *Expresso* punha questões e perspectivava evoluções por forma e em termos que mereciam resposta. Deu-lha Aurélio Santos de maneira que estimo exemplar, num «actual» da página 3 do «Avante!» de 8 de Janeiro, que termina com uma advertência séria: «o PCP não tem vocação para muleta do PS, nem de ser, como o sr.

vel que se pretenda fazer esquecer que esse espaço se mede por 41 municípios (e mais Lisboa) e por muitas centenas de mandatos. Sabendo-se que fazer passar os desejos por realidade é arma política, percebe-se o porquê da inaceitável manipulação.

## Outros factos e/ou vivências

Atento para não cair no engano que outros denunciou como arma inaceitável, no curto intervalo entre as duas colaborações na «tribuna» houve factos e/ou vivências de sinal contrário que merecerão referência por reforçarem a tese de que a campanha que se estará a fazer resulta precisamente da necessidade desses outros passarem ao ataque uma vez que a realidade está a contrariar que – para eles! – seria desejável.

O nosso grupo no Parlamento Europeu, o Grupo Confederal da Esquerda Unida Europeia/Esquerda Verde Nórdica, alargou com a entrada de um novo membro, o prestigiado deputado Ken Coates, saído do Partido Trabalhista depois de conflito prolongado com a direcção de Tony Blair, pelo afastamento deste das origens operárias, sindicais, de esquerda, do partido, como, aliás, já o tínhamos lido, em português, num artigo que Coates publicou na *Vértice* há mais de dois anos. Não me vou alongar sobre a personalidade do novo membro, mas deixo o significado adicional de, com a sua entrada, o grupo ter passado a ter 8 países representados quando, em 1994, só estavam organizadas em grupo três representações nacionais da esquerda agora no CEUE/EVN, os PC de Portugal, Grécia e França.

Por outro lado, este período, que inclui Natal e Ano Novo, foi – e está a ser – marcado pela luta social dos desempregados em França, com grande impacto e claramente de classe, e em que o PCF, apesar da participação de ministros comunistas no governo, estará a mostrar ter aproveitado a lição do começo dos anos 80 e tem sabido, como as forças sindicais de classe, estar presente e interveniente nessa luta.

Por último, nestes dias também se viu a novidade de referências ao PC belga na comunicação social, o que há muitos anos não acontecia. Surpresa? Decerto o será para quem, no contexto mediático, aceitara por bom o passamento do PCB, expressão local das certidões de óbito que abundaram, e se habituara à presença simpática e quase só resistência cultural de grupos, associações e partidos esquerdistas. Mas não foi surpresa para quem participou nas comemorações do 75º ani-

versário, em Charleroi, e tem tido sinais de esforços e iniciativas para recuperar um espaço que tem estado vazio e que é preciso preencher.

## Falta de espaço?

O caso é que se tem procurado colocar a questão desta forma: teria deixado de haver espaço para os comunistas, e seu partido, e assim aconteceria porque a esquerda, a existir, se esgotaria numa miscelânea, por vezes promíscua, de social-democracia com esquerdismo. Como também se vê defender, com sobrançeria e «modernidade», que deixou de ter sentido falar em direita e esquerda, em ideologias. Haveria, sim, que encontrar soluções para os problemas, não tendo estes dimensão social, muito menos origem em relações sociais de classe.

Como tanto temos insistido, mas nunca será de mais, o ataque às ideologias é ideológico e visa instituir a ideologia única, o pragmatismo como ideologia. A questão do espaço político, do espaço de intervenção política, está ligada com este tema, que é, ao fim e ao resto, o da luta de classes no plano das ideias. O manancial conceptual do marxismo é um verdadeiro arsenal para esta luta. Há, na verdade, um espaço de interpretação e intervenção insubstituível, em que se confrontam e afinam conceitos como os de classes sociais, de relações sociais de produção, de necessidades, força de trabalho e uso da natureza para a sua satisfação, de valor, mais-valia e apropriação, de pauperização. Não definidos de uma vez por todas, não hierarquizados e articulados entre si hoje como ontem. Com uma base material e materialista, e sempre aferidos pelo critério da prática social. Exigindo estudo permanente, em permanente ligação com as realidades e com as massas.

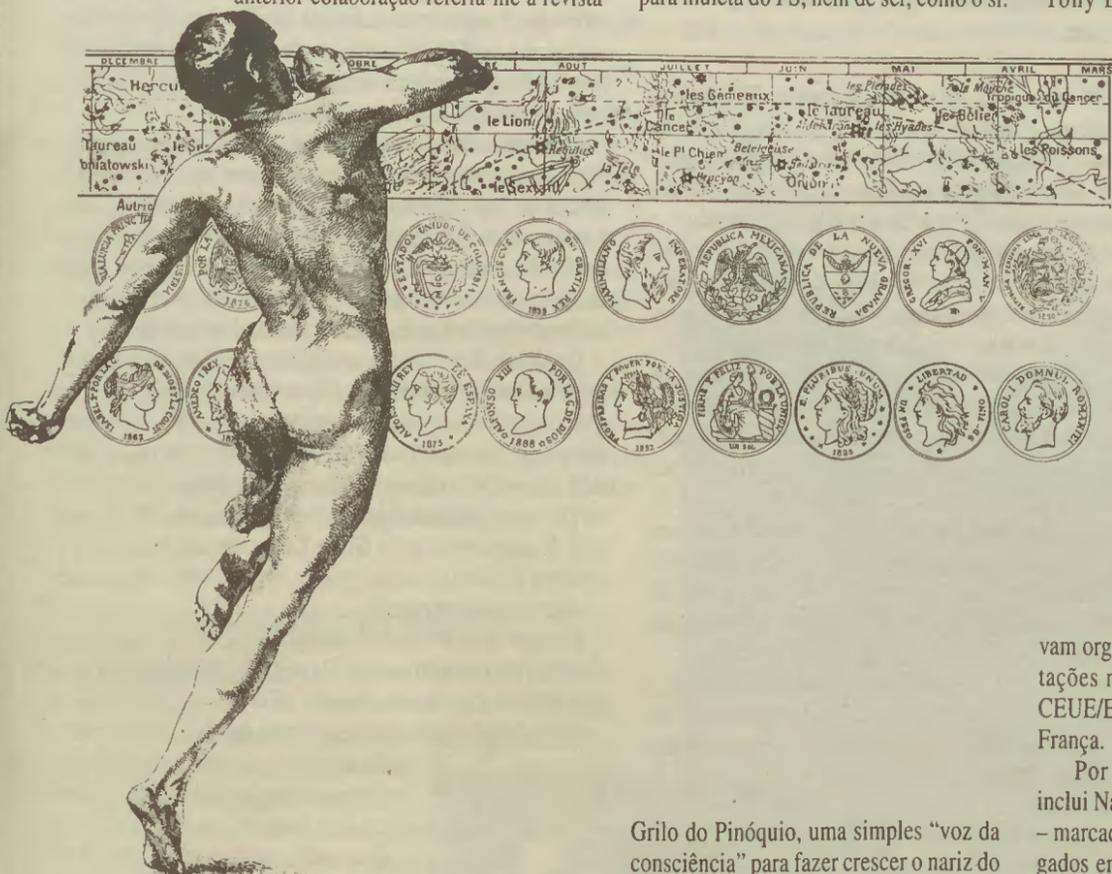
Teria passado dos factos e vivências para uma reflexão teórica deles afastada? De modo nenhum o quero. É a realidade, e o critério da prática social, que comprova (ou reprova) o fundado das teorias e das suas aplicações. E o que me parece é que não faltam factos e vivências que, pelo que são de ataque e campanha e pela positiva, vêm comprovar que há um espaço de reflexão e de intervenção que é dos comunistas, e dos seus partidos, e que esse espaço é incompressível e insubstituível. E que de nós depende alargá-lo ou deixar que se vá reduzindo até que a própria realidade, quem a faz no dia-a-dia, exija que seja recuperado, obrigando a retomar, na teoria e na prática, os conceitos que são indispensáveis para a interpretação e para escorar a intervenção.

Estamos perante tarefas que ilustram vitalmente que a iniciativa tem de prevalecer sobre a resposta. Por mais oportuna que esta seja, estará sempre atrasada em relação àquela. A nossa experiência pede a iniciativa de afirmar e alargar o nosso lugar e papel no espaço que é o nosso, e para que, como o mostram experiências de outros, não se tenha de vir a lutar para o (re)ocupar por ter ficado vazio ou por ter estado a esvaziar-se na ausência de intervenção adequada ou mesmo de resposta oportuna.

TRIBUNA



■ Sérgio Ribeiro



Televif e à significativa insistência com que ela contribuía para o que interpreto como campanha anticomunista. Essa campanha teria a sua razão de ser por a vida ter mostrado, muito mais rapidamente do que se esperaria, que aquilo que se decretara morto e enterrado (man)tinha e reforçava, com surpresa e incómodo a exigir reacção, um papel e um lugar na interpretação do mundo e na luta para a sua transformação.

Na capa de um dos números da revista, lá vinha «Estaline cúmplice de Hitler», com tratamento «à maneira» no interior. Mas não só. Neste curto intervalo, o recém-publicado «Livro negro do comunismo», a que também me referia no anterior escrito, teve largo tratamento no *Le Monde Diplomatique* de Dezembro

Grilo do Pinóquio, uma simples «voz da consciência» para fazer crescer o nariz do PS». Curioso (e triste!) é que, dois dias após a saída do «Avante!», o director do *Expresso*, em editorial, plagiava redutoramente Manuel Alegre e, ainda cheio de originalidade!, remetia o PCP para o inevitável papel de vir a ser o grilo pinóquio do PS...

Entre parênteses, e para que não haja confusões, não tenho reservas quanto à avaliação de que os resultados das autárquicas foram insatisfatórios, globalmente negativos para a CDU. Mas a objectividade dessa avaliação, e o seu reconhecimento, sendo um facto político relevante, não autoriza leituras distorcidas que, com tanta pressa e oportunismo, quase dizem ter passado a insignificante o espaço do PCP e ser irreversível o seu declínio. E quanto se trata de autárquicas, é inaceitá-

## Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

# O Abril que não morre

**F**omos amigos e companheiros de resistência intelectual na trincheira do *Diário de Lisboa*, quando a Redacção, na Rua Castilho, dava para as tardes doiradas do Parque Eduardo VII e o sol, que nos trazia o vento, os pássaros e a liberdade, sobre a rotina dos elaxons, dos peões, das correrias, lá em baixo, vinha bafejar de esperança e alegria a viola do Nuno, ou o nervosismo das suas mãos na máquina de escrever. Deste seu romance, onde tanto se projecta (transformado embora pela fantasia e fabulatória) das suas vivências de adolescente e jovem, através do bairro popular das primeiras aprendizagens e depois, pela vida fora, através de uma sucessão de mulheres, deslumbramentos, amores, a tropa (fandanga), a descoberta do Che, do Zeca Afonso, das lutas operárias, deste romance emotivo, desalinado, vibrante, só posso falar com afecto.

Um *Homem à Tarde* (na hora ainda soalhenta em que começa o declínio da luz e da própria vida) é o romance de educação (sentimental e política) de um poeta da existência, que não perde a juventude.

O narrador, colado à personagem central ao longo do texto, dela se retira por vezes para a questionar.

Desse desdobramento resulta uma quebra da ilusão literária, com um toque de auto-ironia.

Irene, Teresa, Maria, Susana, Matilde, Jacinta, uma constelação de amores, diversos na natureza, na fundura e na duração. Mas o protagonista envolve-se sempre com ternura nos seus casos e acidentes, ou paixões. E, quando há divergências, desencontros, rupturas, este João revolucionário, sonhador, firme na prática militante, aberto a todas as diferenças e sempre generoso – de compreensão e calor – com as mulheres que um dia se lhe entregaram, parte sorrindo, de asas molhadas como os namorados de Chagal (e deixa esses sorrisos) para a restante vida. E nunca envelhece por dentro.



O repórter que Nuno Gomes dos Santos foi durante tantos anos, convicta e euforicamente, está presente neste *Homem à Tarde* em mil observações do quotidiano citadino e nas referências aos músicos e cantores, aos políticos, aos escritores, às figuras tutelares de uma época. Marx, Lênine, Mao Tse Tung, Salazar, Marcelo, Spínola, Vasco Gonçalves e o Ary, o Zeca, o Alegre e o Adriano. O Álvaro Cunhal. A Revolução de Abril inscreve-se nas páginas deste livro com uma frescura apaixonada, sem pompa. Não há aqui demagogia, há exaltação sincera. Rememoração rápida, comovida, entusiástica. Porventura ingénua. Mas essa ingenuidade é o próprio sabor do romance, que igualmente estrondeia em risadas e em piruetas ao evocar os tempos idos. É também chagaliano o final. João não morre: sobrevoa a cidade em direcção ao sol poente. E por aí vai. Livro bem escrito, recheado de pigmentos de calão, impressionista, com frases despenteadas e poéticas à José Gomes Ferreira, frequentes metáforas e extrapolações de sentido e um tom ora bem humorado ora afirmativo, ou a escorrer saudade, singelamente, quando alude aos dias de Abril.



■ Carlos Nabais

# O quadrado argelino

**N**ão deixa de ser estranho o súbito interesse que a chamada comunidade internacional passou a demonstrar recentemente pelos graves acontecimentos na Argélia, os quais, também subitamente, passaram a ter grande destaque nos telejornais e nas primeiras páginas da imprensa.

Na passada semana (15 Jan.), a estação francesa TV5 transmitiu um debate que juntou um apreciável número de personalidades argelinas e francesas, que se dispuseram a discutir a situação naquele país, demonstrando, como é natural, pontos de vista diferentes e mesmo contraditórios sobre a realidade em questão.

No meio de testemunhos impressionantes e de opiniões divididas entre a necessidade ou não da «ajuda» da comunidade internacional, um dos intervenientes recordou, com pertinência, que os actos terroristas não são novidade nenhuma na Argélia.

É um facto. Muito antes das eleições de 1991, já o país era fustigado por actos terroristas levados a cabo por fundamentalistas islâmicos. Facto é também que depois da anulação do sufrágio e ilegalização da Frente Islâmica de Salvação – FIS – a violência alastrou e se agravou até aos nossos dias.

Na altura, a comunidade internacional não hesitou em apoiar a atitude do governo argelino de não reconhecer o resultado eleitoral. Mandando a «democracia» às urtigas, o poder do FIS foi considerado indesejável e perigoso para os interesses do Ocidente, entretanto convertido às virtudes do gás natural.

De imediato, porém, as embaixadas e cidadãos estrangeiros começaram a ser alvos prioritários da FIS e a grande parte das representações diplomáticas abandonaram simplesmente o país, ou reduziram ao mínimo a sua presença. A prova é que de 500 mil vistos anuais, a França passou a emitir 50 mil vistos a cidadãos argelinos, como referiu no debate o ex-ministro francês da Cultura, Jack Lang, agora presidente da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, dando conta da necessidade de criar novos consulados e reatar os contactos entre os dois países.

Assim, durante quase uma década, o terrorismo fundamentalista vitimou dezenas de milhares de pessoas, sendo particularmente violento e tenaz contra jornalistas e intelectuais. Que se saiba, nunca nenhum Governo ocidental ofereceu os seus préstimos para combater o flagelo. Nunca ninguém falou em comissões de inquérito internacionais;

nunca ninguém questionou quem realmente matava, parecendo para todos ponto assente que os responsáveis estavam há muito identificados e davam pelo nome de FIS.

Inesperadamente, porém, hoje levantam-se as mais diversas dúvidas: correm rumores acusatórios de que o Governo argelino está implicado nos atentados; considera-se escandaloso que o exército não consiga garantir a segurança dos cidadãos (num território que é quatro vezes maior que a França e que tem um reduzido quadro de efectivos) e insiste-se na necessidade imperiosa de uma intervenção internacional para pôr cobro ao terrorismo e dar apoio humanitário às vítimas dos massacres.

Ao mesmo tempo que «despertam» para os horrores do terrorismo, os Governos ocidentais parecem ignorar que é nos seus países que os altos dirigentes da FIS e respectivos séquitos residem e se organizam. É na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Estados Unidos, entre outros, que lhes é permitido desenvolver «legalmente» as suas actividades e propagar os seus pontos de vista em extensas entrevistas a prestigiados jornais de grande difusão.

Um desses dirigentes fundamentalistas, sediado em Inglaterra, participou telefonicamente no debate transmitido pela TV5. Fez questão de «humanamente» condenar o terrorismo, afirmando que a sua Frente nada tem a ver com ele. (Não disse porém que o AIS – Associação Islâmica de Salvação – o braço armado oficial da FIS apenas suspendeu as suas acções no passado mês de Outubro). E acrescentou que o GIA – Grupo Armado Islâmico – se encontra dividido em vários grupos, os quais estão, supostamente, fora de qualquer controlo.

Contudo, deixou um aviso: segundo a FIS, a única solução para Argélia é uma solução política. Ou seja, pretendendo não ter qualquer influência nos acontecimentos, a FIS reivindica a abertura de negociações bilaterais, ostentando como moeda de troca a pacificação do país. Para quem diz nada controlar, estas afirmações são no mínimo suspeitas. Das duas uma: ou a FIS está a fazer bluff ou então continua como sempre por detrás dos ataques terroristas que manipula friamente para alcançar o poder.

Quanto aos verdadeiros motivos que levam a «comunidade internacional» a interessar-se pela Argélia e receitar-lhe como cura uma «intervenção humanitária», não são menos suspeitos, tanto mais que as ingerências estrangeiras resultam por norma no estabelecimento de novas correlações de forças políticas no terreno. Acontece que na Argélia a alternativa ao actual Governo é o poder islâmico medieval, representado pela FIS. É certamente nesse intuito, que os seus dirigentes surgem agora a condenar o sangue derramado, pretendendo branquear um passado de violência declarada e guerra fratricida.

Será esta versão soft da FIS a nova aposta do Ocidente?



■ Eugénio Rosa

# Especulação bolsista continua a não pagar impostos

No artigo que publicámos no «Avante!» de 11.12.1997, afirmámos que os rendimentos resultantes da especulação bolsista continuavam a não pagar impostos, nomeadamente IRS, apesar das reafirmadas preocupações do governo, e nomeadamente do Secretário de Estado de Assuntos Fiscais (veja-se o seu artigo no Expresso de 10.1.98), sobre a justiça fiscal. E porque aquele artigo já estava demasiadamente extenso, não pudemos provar a nossa afirmação.

Hoje, neste artigo, utilizando disposições do Código do IRS e casos reais, vamos mostrar ao leitor como essa grave injustiça fiscal continua a verificar-se sem que o governo PS mostre qualquer interesse em a fazer desaparecer, ou, pelo menos, em a reduzir.

Em primeiro lugar, até para que se possa ter uma ideia da importância dos valores que estão isentos do pagamento de impostos, interessa recordar alguns dados que publicámos no artigo anterior, e que foram retirados do relatório do Governo que acompanhou o Orçamento de Estado de 1998.

Assim, de acordo com aquele relatório (pág. 32), "a capitalização bolsista (só de acções) representa já 37,4% do Produto Interno Bruto", ou seja, o valor destas acções cotadas na bolsa atinge 6.614 milhões de contos. Como, segundo o mesmo relatório, "o índice de cotações da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL30) aumentou 65,5% entre Dezembro de 1996 e Setembro de 1997 (até Dezembro de 1997 ultrapassou os 70%), aquele aumento significa que em sete meses apenas as acções cotadas na Bolsa registaram um aumento calculado em cerca de 2.617 milhões de contos.

A questão importante que se coloca é esta: as elevadas, para não dizer gigantescas mais-valias, obtidas sem qualquer esforço, que resultam de transacções na bolsa, pagaram impostos? Para responder, sem margem a dúvidas, a esta importante questão vamos ver o que estabelece o Código do IRS.

## Mais-valias obtidas na Bolsa não pagam IRS

De acordo com o nº 2 do artº 10 do Código de IRS, "as mais-valias provenientes da alienação (venda) de: (a) Obrigações e outros títulos de dívida; (b) Acções detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses "são excluídas dos rendimentos de categoria G", portanto não estão sujeitas a pagamento de IRS.

Assim, se uma pessoa comprou em Julho de 1996 um lote de acções por 2.000 contos e as vendeu em Setembro de 1997 por 3.400 contos, tendo uma mais-valia (lucro) de 1.400 contos, como teve as acções em seu poder mais de 12 meses, aquele lucro não paga nada de IRS; dito de outra forma, aquela mais-valia, eventualmente especulativa, está isenta de pagamento de IRS, de acordo com o estabelecido no nº 2 do artº 10 do Código do IRS. Pelo contrário, se um trabalhador, fruto do seu trabalho, teve o mesmo rendimento anual, ou seja, de 1.400 contos, já teve de pagar IRS. Premeia-se o especulador e penaliza-se quem trabalha. É esta a verdade.

E o que acontece àqueles que têm em seu poder as acções menos de 12 meses? De acordo com o Código, deviam pagar IRS pelas mais-valias obtidas. Mas dizemos deviam, porque na maior parte das vezes isso não sucede. E não acontece porque o controlo feito pela Administração Fiscal sobre essas transacções é escasso ou praticamente inexistente. Foi precisamente isso que nos esclareceram num banco, onde manifestámos interesse em fazer aplicações em acções, e onde perguntámos se as

mais-valias eventualmente obtidas em períodos inferiores a um ano pagavam impostos. E tenha-se presente que os bancos conhecem muito bem esta realidade, pois são eles que devem informar a Administração Fiscal das transacções verificadas, para esta poder depois controlar as declarações dos contribuintes. Se aquela declaração não se fizer, ou sendo feita, o cruzamento da informação do banco não for realizada com a constante da declaração do contribuinte, então não existirá qualquer controlo.

Em resumo, por disposição legal ou por falta de controlo efectivo da Administração Fiscal, milhões de contos de mais-valias realizadas nas bolsas portuguesas não pagam um tostão de IRS. Seria bom, para a credibilidade do próprio Governo, que num dos seus próximos artigos o Sr. Secretário de Estado de Assuntos Fiscais informasse o País de qual foi o valor das transacções de títulos verificadas nas bolsas portuguesas em 1997, qual a parcela que pagou IRS, e qual foi o valor de IRS arrecadado pelo Estado.

Comparemos esta situação profundamente injusta sob o ponto de vista social, com uma outra que eventualmente poderá já ter atingido muitos trabalhadores.

## Mais-valias de prédios de habitação pagam IRS

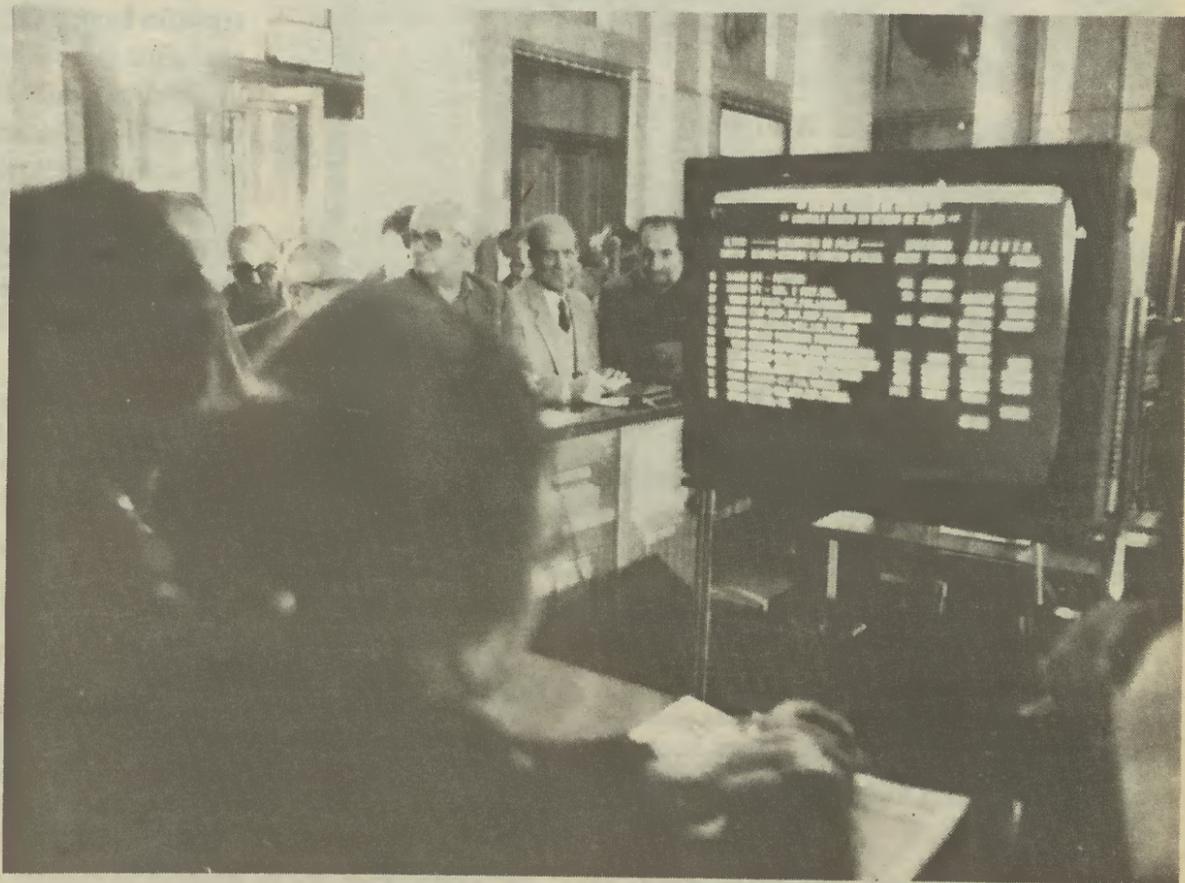
Suponha-se agora que uma família trabalhadora recebeu de herança ou adquiriu com muito esforço um aparta-

mento, e que possui um outro onde habita. Admita-se que ela é obrigada a vender o apartamento que herdou ou adquiriu, para fazer face a uma doença grave de um familiar ou para ter um pequeno pecúlio para fazer face a qualquer dificuldade futura.

## Dois pesos e duas medidas

É evidente que existe um tratamento profundamente diferente para as mais-valias obtidas na bolsa e as mais-valias obtidas com a venda de imóveis

É difícil compreender este tratamento desigual das mais-valias especulativas, que beneficiam fundamentalmente os especuladores da bolsa, e que ou estão isentas de IRS, ou que, por falta de controlo efectivo, acabam por não pagar IRS, e as mais-valias de imóveis, em muitos casos representando o único bem adquirido ou recebido de herança, por famílias trabalhadoras, que pagam



sempre IRS, se não forem investidas em imóvel para habitação própria ou do agregado familiar.

De acordo com a alínea a) do nº 1 do artº 10 do Código de IRS, as mais-valias resultantes da "alienação onerosa de direitos reais sobre imóveis" estão sujeitas a pagamento de IRS, seja qual for o tempo que esse imóvel esteja na posse do seu proprietário.

Portanto, se um trabalhador recebeu de herança ou adquiriu um apartamento e depois o vende, se o valor da venda não for utilizado na aquisição de um outro imóvel para a sua habitação ou do seu agregado familiar, a mais-valia obtida paga IRS (nº 5 do mesmo artigo).

É também difícil compreender a manutenção de um tratamento fiscal, que favorece quem especula e penaliza quem trabalha (as mais-valias de transacções na bolsa não pagam IRS, enquanto os rendimentos auferidos pelos trabalhadores ou as mais-valias obtidas pela venda de um imóvel já têm de pagar IRS), por parte de um Governo que se diz interessado em implementar uma maior justiça fiscal, e que tem feito tantas declarações nesse sentido. Ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Carlos dos Santos, que em inúmeros artigos de opinião publicados na imprensa não se tem cansado de elogiar a política fiscal do governo de que faz parte, nomeadamente a sua vertente de justiça, deixo esta questão para reflexão e eventuais comentários.

DESCLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS SECRETOS

# Washington torna planos terroristas contra Cuba

O governo norte-americano abriu recentemente à consulta do público 1500 páginas de documentos dos arquivos secretos. Na fraseologia oficial a desclassificação desses papéis significa que, a partir de agora, se tornaram inofensivos, ou seja, que a sua consulta por qualquer cidadão não afecta a segurança nacional dos EUA.

Esses documentos referem-se às acções encobertas realizadas entre 1962 e 1964, com conhecimento da Presidência, pela CIA e por serviços especiais do Pentágono.

O interesse maior dos segredos que deixaram de ser está no facto de a sua revelação vir confirmar (e ampliar) acusações formuladas na época pelos comunistas e outras forças políticas progressistas e então desmentidas com indignação por Washington.

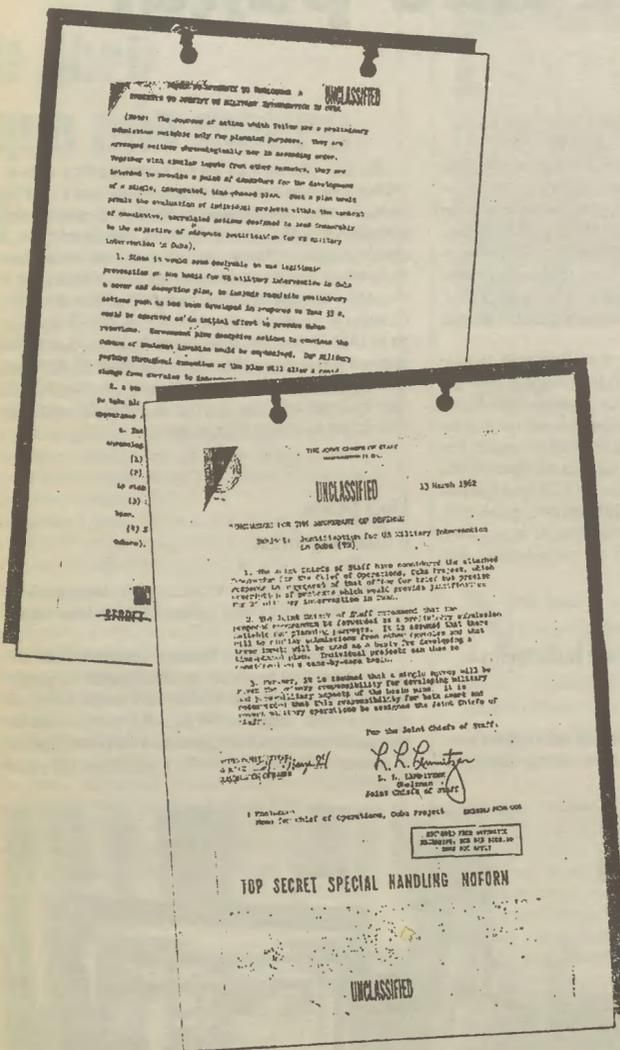
O governo dos EUA não se tem comportado apenas como polícia do mundo. A sua aspiração ao domínio militar, económico e político do planeta é completada por outra: a Casa Branca

proclama também o seu direito a controlar o tempo e a fabricar a história. É ela quem decide que história deve ser conhecida e quando.

Os textos que divulgamos nesta edição do «Avante!» são esclarecedores do diabolismo de uma estratégia criminoso que, ao romper com valores eternos da condição humana, só encontra precedentes no III Reich.

Para mal da humanidade, essa estratégia mantém-se. Dentro de alguns anos, a Administração norte-americana procederá a nova desclassificação de documentos secretos. Saberemos então que as «provocações» contra Cuba prosseguiram, foram ampliadas e contam com a aprovação dos sucessivos presidentes dos EUA.

O conceito da história e da política perfilhado pela monstruosa engrenagem que controla o poder nos EUA emerge bem iluminado nos fragmentos do Memorial do ex-chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da mais poderosa potência do planeta.



## O Memorial de Lemnitzer

Os parágrafos que a seguir se reproduzem constam do Memorial enviado a 13 de Março de 1962 ao secretário de Estado Robert McNamara pelo almirante L. Lemnitzer, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA.

Constituem uma proposta preliminar tendente à elaboração de um plano único, integrado, que englobaria todas as acções concebidas para justificar uma intervenção militar dos EUA em Cuba.

1. Porque seria proveitoso utilizar provocações legítimas como base para uma intervenção militar dos EUA em Cuba, poderia executar-se um plano que suscitasse reacção cubana. Insistir-se-ia numa agressividade que levasse os cubanos a crer na iminência de uma invasão (...)
2. Seria planeada uma série de incidentes bem coordenados, que ocorreriam na Base de Guantanamo e nas suas proximidades. Seriam concebidos de maneira a sugerir que tinham sido executados por forças cubanas hostis.
  - a) Incidentes que levassem a um ataque credível (sem ordem cronológica):
    - (1) Difundir boatos (muitos). Utilização da rádio clandestina.
    - (2) Fazer atravessar a cerca da Base por cubanos (amigos) de uniforme para simular um ataque.
    - (3) Capturar cubanos (amigos) que efectuem sabotagens dentro da Base.
    - (4) Provocar distúrbios próximo da entrada principal da Base (seriam utilizados cubanos amigos).
    - (5) Provocar explosões dentro da Base; iniciar incêndios.
    - (6) Incendiar uma avioneta dentro da Base aérea (sabotagem).
    - (7) Lançar granadas para o interior da Base. Provocar danos nas instalações.

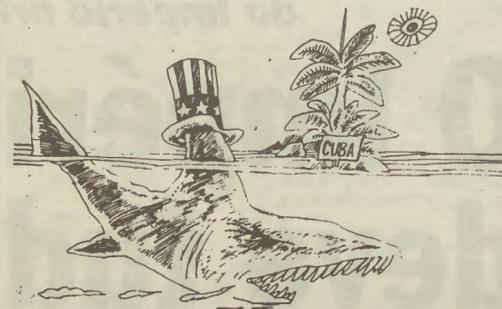
3. Uma acção «Recordai o Maine» poderia ser coordenada de diferentes maneiras:
  - a) Poderíamos fazer explodir um navio norte-americano na Baía de Guantanamo e acusar Cuba.
  - b) Poderíamos fazer explodir uma embarcação telecomandada (sem tripulantes) em águas cubanas. Poderíamos fazer esse incidente ocorrer nas imediações de Havana ou Santiago de Cuba em consequência de ataques cubanos por ar ou por mar, ou ambos. A presença de aviões ou barcos cubanos investigando o acontecimento poderia precisamente levar a crer que o barco fora alvo de um ataque. A proximidade de Havana ou Santiago aumentaria a credibilidade, principalmente entre pessoas que tivessem ouvido a explosão ou observado o incêndio. Os EUA poderiam levar a cabo uma operação de resgate por mar e ar para «evacuar» os sobreviventes de uma tripulação inexistente. A lista das vítimas

- (8) Capturar formações de ataque que se aproximem pelo mar ou que se encontrem nas imediações da cidade de Guantanamo.
- (9) Capturar grupos de milicianos que assaltem a Base.
- (10) Sabotar um barco no porto; provocar grandes incêndios com nafta.

4. Poderíamos desenvolver uma campanha de terror contra a Cuba comunista na área de Miami, assim como noutras cidades da Florida e em Washington. Essa campanha poderia concentrar-se nos refugiados cubanos que procuram asilo nos EUA. Poderíamos afundar um barco carregado de cubanos que se dirigisse à Florida (de maneira real ou simulada). Poderíamos promover atentados contra a vida de refugiados cubanos nos EUA, indo ao extremo de ferir alguns para que esses atentados fossem amplamente divulgados pela imprensa.
5. Poderia simular-se um ataque de Cuba a uma nação do Caribe. Aviões cubanos B-26 ou C-46 poderiam durante a noite incendiar plantações de cana. Poderíamos lançar, para que fossem encontrados, depois, materiais incendiários de origem soviética. Essa acção seria acompanhada de mensagens «cubanas» e de carregamentos de armas «cubanas» que seriam encontrados ou interceptados numa praia.
6. A utilização de aviões MIG pilotados por norte-americanos poderia ser outra fonte de provocação. A perseguição a aviões civis, o ataque a barcos e a destruição de aviões norte-americanos telecomandados por aviões MIG cubanos poderiam ser utilizados como acções complementares. Um F-86 bem pintado poderia persuadir passageiros de outros aviões de que haviam visto um MIG cubano,

nos diários norte-americanos provocaria uma oportuna vaga de indignação nacional.

# Washington torna públicos planos terroristas contra Cuba



Miguel Urbano Rodrigues

guardado e o nome mudado. O piloto que cumprira essa missão retomaria a sua identidade e regressaria à actividade normal. Dessa forma, piloto e avião desapareceriam.

c) Aproximadamente à mesma hora em que o avião fora supostamente derrubado, um submarino ou um barco pequeno lançaria ao mar fragmentos de um avião F-101, pára-quadras, etc., a umas 15 ou 20 milhas das costas cubanas. Ao regressar à Base de Homestead, os outros pilotos contariam uma história verdadeira até onde sabiam. Seriam enviados navios e aviões para a zona do incidente e seriam encontrados os fragmentos do F-101.

## Anexo

1. O Estado-Maior Conjunto declarou previamente que poderia empreender-se uma intervenção militar unilateral dos EUA em

principalmente se o piloto do avião comercial chamasse a atenção para o facto. A principal desvantagem deste plano seria o risco de segurança inerente à obtenção ou modificação de um avião. Entretanto, com os recursos de que dispomos, poderíamos fazer boas cópias de aviões MIG em três meses.

ria directamente para um campo auxiliar da Base Aérea de Elgin onde seriam evacuados os passageiros e se restituiria à aeronave o seu estatuto original. Pelo seu lado, o avião telecomandado prosseguiria o seu voo de acordo com o plano. Ao sobrevoar Cuba, transmitiria pelas frequências internacionais de socorro,

O muito democrata John Kennedy sabia de todas as provocações que a sua administração preparou contra Cuba. Em baixo, à esquerda, um grupo de prisioneiros capturados pelas Forças Armadas cubanas na invasão da Baía dos Porcos. À direita, uma vista da base de Guantanamo, ainda nas mãos dos EUA



7. Tentativas de assalto contra aviões e embarcações civis poderiam constituir também medidas de flagelação desenvolvidas pelo governo cubano. Do mesmo modo, devem ser estimuladas as deserções tanto na aviação civil e militar como nas forças navais cubanas.
8. É possível forjar um incidente que demonstre de maneira convincente que um avião cubano atacou e derrubou um avião civil em voo charter entre os EUA e a Jamaica, a Guatemala, o Panamá ou a Venezuela.
  - a) O destino poderia ser traçado de modo a que o avião sobrevoasse o território cubano. Os passageiros poderiam ser estudantes universitários em férias ou qualquer grupo de pessoas reunidas num voo charter não programado.
  - b) Na Base Aérea de Elgin, um avião seria pintado e numerado para ser transformado numa réplica fiel de um avião civil registado como propriedade de uma organização pertencente à CIA em Miami. A uma determinada hora, a cópia seria substituída por um avião real e dela se aproximariam alguns passageiros seleccionados, que seriam registados com nomes falsos. O avião real seria depois substituído por um avião telecomandado.
  - c) O voo dos aviões seria programado de tal forma que ambos coincidissem no sul da Florida. No ponto de encontro dos dois, o avião com os passageiros desceria a uma altura mínima e segui-

9. É possível simular um incidente segundo o qual pareceria que aviões MIG cubanos destruíram um avião norte-americano em águas internacionais mediante um ataque não provocado.
  - a) Uns 4 ou 5 aviões F-101 seriam despachados da Base Aérea de Homestead na Florida para as proximidades de Cuba. A sua missão seria mudar de rumo simulando serem aviões faquires num exercício de defesa anti-aérea no sul da Florida. Esses aviões realizariam mudanças nos voos de acordo com o programado. As tripulações receberiam instruções para se manterem a umas 12 milhas das costas cubanas; mas teriam de levar cargas explosivas a bordo para serem utilizadas na hipótese de ocorrerem acções ofensivas vindas de aviões MIG cubanos.
  - b) Durante estes voos, um piloto, prevenido de antemão, situar-se-ia a uma distância prudente dos demais aviões. Já próximo da Ilha de Cuba esse homem transmitiria pela rádio que fora atacado por aviões MIG e em consequência disso iria cair no mar. Nada mais diria. Seguiria então directamente para Ocidente voando a baixa altitude e aterraria numa base segura. Aí o avião seria

2. A 7 de Março de 1962, o Estado-Maior Conjunto sugeriu da maneira que se segue a necessidade de uma acção positiva no caso de os actuais esforços para fomentar uma rebelião interna em Cuba não terem êxito:
 

«... a conclusão de que nos próximos 9 ou 10 meses, é impossível conseguir que se produza um conflito interno credível exigirá da parte dos EUA a decisão de empreender «provocações» contra Cuba que sirvam de justificação a uma acção militar norte-americana positiva.
3. O Departamento de Estado também está preparando acções capazes de justificar uma intervenção norte-americana em Cuba.»

São supérfluos os comentários. Os leitores do «Avante!» tirarão as suas conclusões do Memorial do almirante Lemnitzer. O texto traz à memória outros memoriais, de Goebels e Goering, elaborados durante a crise dos Sudetas e a preparação da invasão da Polónia.

## EM FOCO

10 **Formação,  
trajectória  
e fim  
do Império britânico**

# O Império deve tudo a Portugal



**A**s vitórias de Sir Arthur Wellesley na Roliça e no Vimeiro levaram a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lordes a votarem-lhe agradecimentos. Fez-se justiça a quem a merecia. Só aos portugueses, os escravos lusitanos, como lhes chamou Byron, ninguém pensou em homenagear. E mesmo na Irlanda, nação escrava também, realizaram-se homenagens ao general britânico que venceria Napoleão. As cidades de Limerick e Derry presentearam-no com o título de cidadão livre... E declararam que a tradicional simpatia dos irlandeses pela causa da França estava terminada. A guerra e a crescente convicção do povo britânico de que possuía condições para vencê-la, galvanizava, agora, todo o país. O Império conseguiria o seu objectivo central – dominar o Mundo, o mundo inteiro.

## Mãe «Britannia»

As bases do desenvolvimento económico cresciam. Londres urbanizava-se em todas as direcções e já contava um milhão de habitantes. Liverpool enriquecera com o comércio colonial, o desenvolvimento dos Bancos e o tráfico de escravos. Os navios «negreiros» não tinham falta de trabalho. O comércio tripartido parecia não ter fim – tecidos contra escravos, escravos contra algodão, algodão contra novos tecidos. Disse o insuspeito Trevelyan que o criminoso comércio do algodão, dos tecidos e dos escravos se ajudava mutuamente em todos os sentidos. Enquanto isso, as pequenas localidades onde as primeiras indústrias haviam desabrochado ganhavam, rapidamente, a categoria de cidades. As taxas de criminalidade e de mortalidade começavam a conhecer alguma estabilização após a grave crise dos últimos cem anos provocada pelo dramático aumento do consumo de «gin». Esta bebida, hoje internacionalmente comercializada, era considerada como produto excitante que permitia às classes marginalizadas «embriagarem-se por um "penny"» ou «morrerem embriagados por dois "pence"». A Grã-Bretanha esquecia no «gin» a barbaridade das condições que prevaleciam em muitas partes do país. Fora em 1799, somente, que a servidão conhecera um fim relativo nas minas de carvão da Escócia.

A Companhia das Índias Orientais, entretanto, propagava o consumo do chá em oposição ao do álcool. Toda a Grã-Bretanha, então, começou a adoptar o uso do novo estimulante. Surgem reclamações das indústrias cervejeira e de destilação. O chá passava a ser a bebida própria dos pequenos-almoços porque os preços da cerveja se haviam tornado inacessíveis. No geral, porém, via-se progresso em todas as frentes – trabalhava-se na construção da ponte do Strand, em Londres; Thomas Telford já tinha aberto 920 milhas de razoáveis estradas com 1200 pontes; ia-se generalizando a iluminação a gás nas cidades. As lojas enchiam-se, gradualmente. «Gentlemen» compravam bolos e chocolates e o almoço custava-lhes entre 6 e 8 dinheiros. Mas o grande mundo novo de 1808 só aparecia às três da tarde. A hora de jantar era entre as seis e as oito. Funcionava, regularmente, uma barcaça de transportes no canal de Paddington. Em plena Tyburn Turnpike, circulavam rebanhos de carneiros, placidamente. Corriam cães em Cavendish Squares. Burgueses, de calção e chapéu de bicos, passeavam. O dólar de prata estava a 4 xelins. Wodsworth, o grande poeta, vivia na Dove Cottage onde recebia eminentes personalidades da vida literária – Southey, que visitara Portugal e escreveria uma «História da Guerra Peninsular», Coleridge, Sir Walter Scott. E Turner, aquarelista, mestre dos raios de luz e de radiantes perspectivas sob a neblina, que nascera em Maiden Lane (Londres) em 1775, um ano antes de Constable, entrava na estrada da glória.

## «O lado de cá do inferno»

Em Manchester, crianças de sete anos, e menos, faziam um dia de trabalho que ia das cinco da manhã às seis da noite. Nas minas de carvão de Northumberland, os vagões carregados de minério eram empurrados por meninas de dois anos. Em certas ruelas da capital, sítios escuros onde se agradecia a chegada da morte, era impossível passar. Multidões de pedintes, muitos de chapéu alto mas roto e disforme. Crianças andrajosas. Vendedores ambulantes. Marinheiros. Polícias, soprando apitos, furiosamente, corriam atrás dos ladões. Das escadarias da St. Paul's Cathedral fazia-se usos incivilizados. Prostitutas devoradas pela raiva das condições na grande cidade ofereciam-se: *Come on mylord, let us drink a glass together*.

O «foudling Hospital» era onde se recolhiam os milhares de recém-nascidos deixados ao abandono, de Rotherhite até ao ventre da própria City. Das prisões, disse o fundador da Igreja Metodista, Wesley, que «eram o lado de cá do Inferno». Quem mais sofria eram os reclusos por crimes de dívidas. As prisões de Newgate, Fleet, Southwark abarrotavam e os crimes contra a propriedade eram puníveis com o enforcamento. Os infames navios-prisões, descritos por Charles Dickens de maneira inesquecível, eram a última palavra da repressão penal britânica naquela época. E enquanto isso, a Londres elegante e afluente, a que mandava em tudo e de tudo tirava partido, passeava-se por Hyde Park, frequentava os clubes de Mayfair e os teatros, especialmente, o Theatre Royal em Drury Lane.

## A guerra aprofunda-se em Portugal

Caído o pano sobre os acontecimentos da primeira invasão francesa do território português, Napoléon gritou: «Soldados! Preciso de vós! A hedionda presença de leopardo inglês na Península Ibérica contamina a Espanha e Portugal. Aterrorizado, ele terá de fugir diante de vós. Levemos as nossas águias triunfantes até aos Pílares de Hércules! E, aí, teremos também de vingar certos ferimentos... Soldados! Tudo o que tendes feito, tudo o que ides fazer pela felicidade do povo francês e pela minha glória ficará eternamente gravado no meu coração.» Já um poderoso exército com efectivos de 200 000 homens atravessava os Pirinéus Ocidentais. No comando, Nicholas Sault, o homem que decidira quase tudo em Austerlitz. Ao ocupar Burgos, dispersa o exército espanhol da Estremadura comandado pelo jovem marquês de Belvedere. A 11 de Novembro de 1808, o marechal Victor derrota Blake em Espinosa. A 23, Llanes destrói Castañón e Palafox em Tudela.

O contingente britânico que estacionara em Portugal após a partida de Wellesley, procura tomar medidas que lhe permitam opor-se ao alargamento da ocupação da Península pelos franceses. A defesa de Lisboa fica entregue a Cradock. A esquadra vai colocar-se ao largo da Corunha. Mas os franceses já estão em Valladolid. A junção das forças britânicas comandadas por Sir John Moore, Beresford, Fraser e Hope, com a divisão de Baird, faz-se com extremas dificuldades. Sir John Moore toma a fatal decisão de, em vez de reintegrar-se em Portugal, marchar sobre a Corunha, e Sault lança-se-lhe no encaço com patrulhas saídas da zona de Tordesillas. O exército britânico sofre dolorosas perdas e, a 16 de Janeiro de 1809, dá-se a batalha da Corunha. Dias depois, Castlereagh escreve a Wellesley, que se encontrava em Dublin, nos

termos seguintes: «Charles Stewart, o nosso embaixador em Lisboa, chegou a Londres com aterradoras notícias da situação do exército que chegou à Corunha, a 11, logo seguido de Sault, a 13. Os transportes de tropas estavam em Vigo e não apareceram antes de 14. Paget está também em Londres e trouxe notícias da batalha que se desenrolou na segunda-feira, 16 de Janeiro, na qual os fran-

ceses foram batidos e obrigados a retirarem-se com perdas consideráveis; mas Moore foi morto e Baird gravemente ferido tendo-lhe um tiro de canhão arrancado um braço pelo ombro. O exército embarcou durante a noite de segunda-feira e a manhã de terça. Havia vento favorável quando zarparam da Corunha. Tiveram sorte, apesar das perdas sofridas. Não me parece que tivessem podido sair com honra deste episódio se os franceses não os tivessem atacado. Esta declaração é secreta.»

Uma vez mais, o pânico ganha a alma do povo português. Sault, com 30 000 homens, prepara-se para invadir o nosso país. Ney fica na Galiza enquanto Victor derrota o duque do Infantado em Uclés e marcha sobre a Estremadura espanhola. Sir John Cradock só tem 10 000 homens na capital portuguesa. Surgem gritos de alarme em todo o território nacional. Do Brasil, o príncipe-regente que, apesar de haver abandonado Portugal à sua sorte, continua a dar ordens, pede à Inglaterra, submissamente, que lhe dê um general para fazer frente à nova invasão napoleónica. Os britânicos dão-lhe o já conhecido Beresford. O velho Portugal, gasto e cansado, prefere Wellesley. E grita: «Basta!» Mas os uniformes azuis das tropas de Sault já estão nas margens do rio Minho.

## Sofrimento do Portugal, pobre e cansado

Também em Inglaterra se conhecem tempos de ansiedade. Certo, os exércitos de Victor e Lapisse dispersam-se em terras de Espanha e não parecem dispostos a atravessar a fronteira portuguesa para juntarem-se a Sault. Mas este, só por si, merece o respeito que se deve a quem esteve nas vitórias de Austerlitz, Eylau e Friedland. Para defender o Império britânico é preciso defender Portugal. Os portugueses, entretanto, preparam-se para garantir a independência que tanto sangue custara no passado. De que forças dispõem? Algumas tropas estacionadas no Alentejo, comandadas pelo general Francisco de Paula Leite; uma parte da Legião Lusitana (tropas recrutadas entre os emigrantes em Londres) colocada na região das Beiras sob o comando inglês do coronel Robert Wilson; em Trás-os-Montes está o general Silveira; no Minho, Bernardim Freire de Andrade.

Está em curso, portanto, um terrível conflito. O povo português prepara-se, apesar de empobrecida e desorientado. Começa a recolher armamento para a sua defesa – velhos pistolões e mosquetes, espadas ferrugentas, varapaus, forquilhas, foices e outros objectos próprios do trabalho agrícola. Braga está sublevada. Grupos de civis pretendem chamar a si o desencadeamento de operações militares para que não estão preparados nem possuem chefias. A 5 de Fevereiro, Bernardim Freire estabelece posições em Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha. O quartel-general vai para Valença. Mas as multidões enfurecidas pretendem lutar. Há uma imensa concentração de povo na margem sul do rio Minho. Desvairada, incitada por padres irresponsáveis e sedentes do sangue de inocentes, a turba entende a luta patriótica como a defesa de valores obscurantistas que os franceses ameaçam – a da santa religião e de monarquia absoluta que o príncipe regente representa.

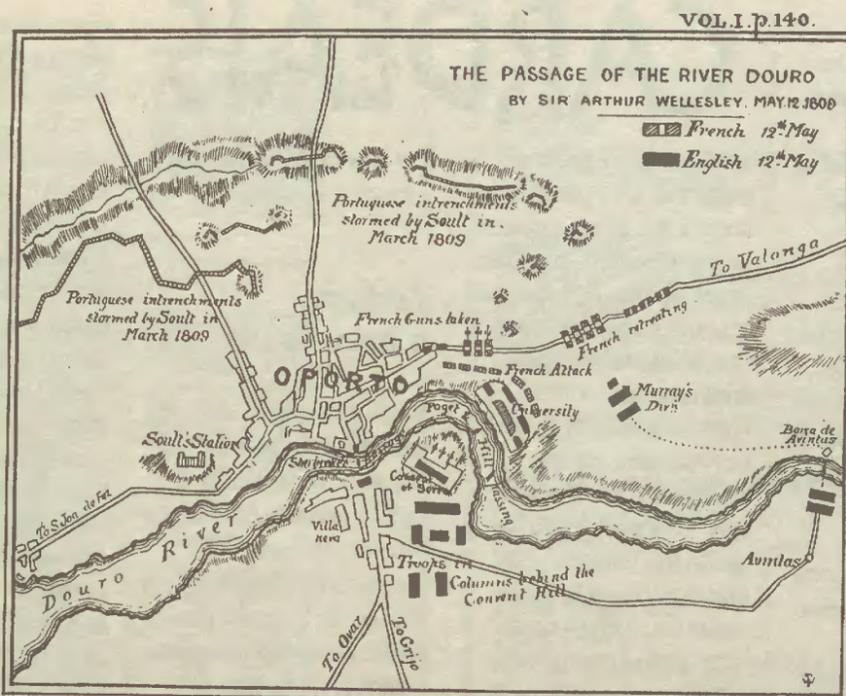
Sault, finalmente, consegue atravessar o rio apesar da resistência popular e do regimento de Infantaria nº 21 comandado pelo tenente-coronel Champalimaud. As pequenas forças do general Sil-

veira retiram-se para Chaves. Mas esta cidade acaba por render-se, a 12 de Março. Bernardim Freire tenta defender Braga quando o marechal napoleónico chega ao cruzamento entre Vila Real e a capital minhota que abre para o Porto. Numa conjuntura de enlouquecimento generalizado, o nobre chefe militar que era Bernardim Freire não consegue unir as chamadas «forças populares» para o que poderia ser a organização de uma defesa minimamente estruturada. A febre insurrecional estende-se aos seus próprios efectivos e decide retirar para o Porto. Mas é detido pelas milícias populares e cai nas mãos do pior dos inimigos – aquele que não vê porque não sabe e porque não quer ver. Levam-no para Braga onde a confusão é total e se disparam tiros. Soult, porém, entra na cidade onde não lhe oferecem resistência. Mas os fanáticos assassinaram o general.

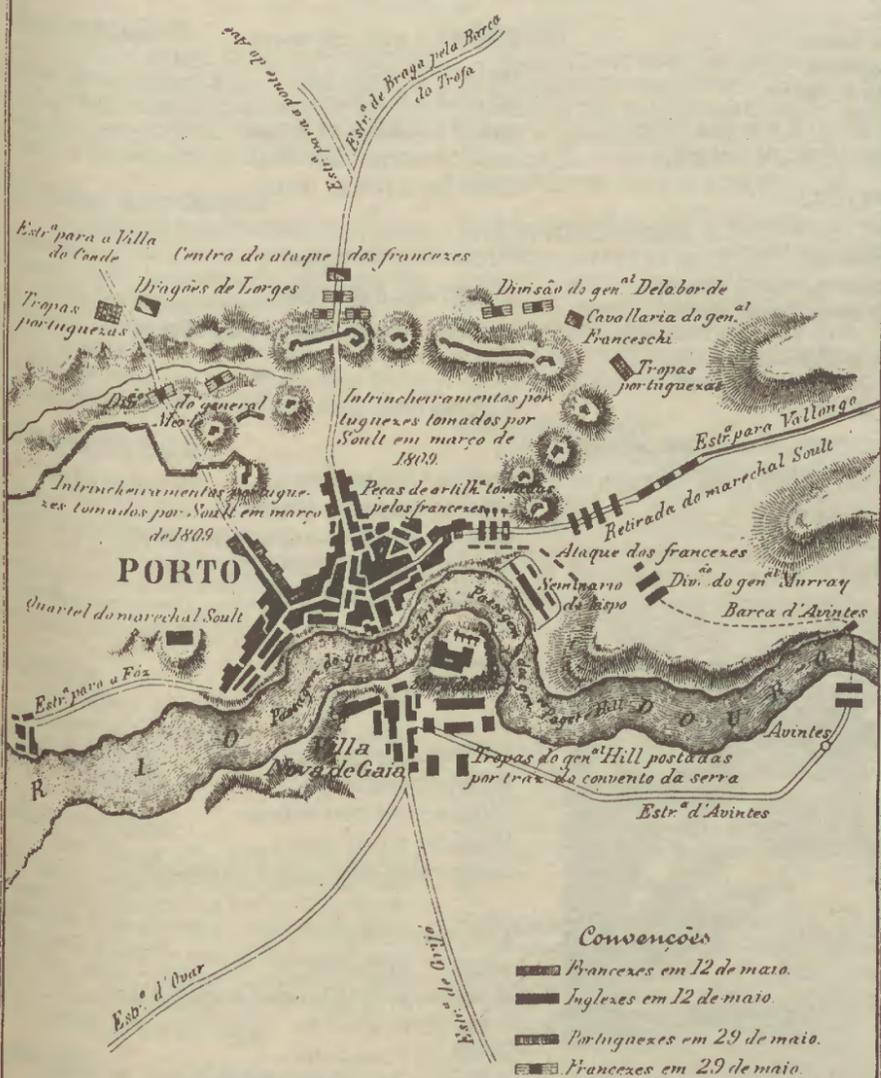
## Delírio e catástrofe na Cidade Invicta

William Carr Beresford, sob ordens urgentes do governo britânico, tinha chegado a Lisboa a 2 desse mesmo mês de Março de 1809. Organizou o seu quartel-general em Tomar e começou a tarefa que lhe fora destinada – a da reorganização do aparelho militar português. Impôs a mais impiedosa disciplina e, seleccionando os melhores soldados, formou os famosos regimentos de caçadores cujo papel na Guerra Peninsular viria a ser considerado por Wellesley como fundamental, heróico, digno das reais qualidades históricas das forças armadas portuguesas. E Wellesley, chamado a Londres para consultas, reconhece que, para os interesses britânicos, a defesa de Portugal é essencial. Recomenda o envio de uma nova «Task Force» para o nosso país com pelo menos 30 000 homens.

Com Soult já a caminho do Porto, esta cidade vive horas delirantes. Andam em busca de jacobinos. A ira do povo é criminosamente conduzida contra aqueles a quem chamam amigos dos franceses. Cometem-se inanepráveis barbaridades e o tribunal «revolucionário» da Rua do Olival não tinha mãos a medir. As sentenças e execuções lavravam-se e tinham lugar rapidamente. Ser acusado de jacobino, segundo Pinheiro Chagas, era uma sentença de morte. Arrastam pelas ruas o cadáver do brigadeiro Luís Oliveira da Costa. Na confusão, o bispo do Porto, D. António José de Castro, presidente da Junta da Regência, não mexe um dedo. A 29, Soult entra na Cidade Invicta. O bispo fugira para a Serra do Pilar. Mas o povo em pânico total foge diante da cavalaria napoleónica dos generais Delaborde e Franceschi, gritando: «Entraram no Porto!» Esta fuga, assumindo infernais proporções deu lugar à tragédia da ponte de barcas e a loucura colectiva acalma-se, de repente, quando a catástrofe se consuma.



## PASSAGEM DO RIO DOURO E TOMADA DA CIDADE DO PORTO POR SIR ARTHUR WELLESLEY CONTRA O MARECHAL SOULT em 12 de maio de 1809.



### Convenções

- Franceses em 12 de maio.
- Ingleses em 12 de maio.
- Portugueses em 29 de maio.
- Franceses em 29 de maio.

## O regresso de Sir Artur

Ocupada também Vila Nova de Gaia, colunas francesas sob o comando dos generais Heudelet e Lorges avançam sobre o Minho. Mas Silveira (Francisco da Silveira Pinto da Fonseca) desce da sua zona de operações e chega a Penafiel. Tropas de Delaborde conseguem desalojá-lo. Silveira, então, apoia-se em Amarante. O povo está decidido a não permitir que os franceses atravessem a ponte sobre o Tâmega. «Não passarão! Não passarão!» O alarme resultante das notícias recebidas leva o governo britânico a tomar decisões drásticas.

Sabe-se que Lapisse, ido do Salamanca, está perto de Almeida. E Victor, que derrotara Cuesta na zona do Guadiana, ocupara Badajoz a 1 de Abril, Wellesley, exprimindo a inquietação sentida por todos os meios políticos da Grã-Bretanha, escreveu a Castlereagh de maneira clara: «Se os exércitos franceses se unirem na ocupação de Portugal, chegarão a Almada e tomarão posse do porto de Lisboa. A nossa esquadra terá de afastar-se. As tropas de Cradock não poderão ser reembarcadas.» As movimentações das tropas napoleónicas em Espanha inquietavam White-

hall profundamente – Mortier estava na velha Castela, Sebastiani em Ciudad Rodrigo, St. Cyr controlava a Catalunha, Kellermann estacionava em Valladolid, e Zaragoza tinha caído. Para toda esta problemática e verdadeiramente perigosa situação, a Inglaterra só tem uma resposta: mandar Wellesley, de novo, para Portugal.

O general chega a Lisboa a 22 de Abril onde é calorosamente recebido. Por essa altura, Amarante continua a sua histórica resistência enquanto o coronel Trant, nomeado governador militar de Coimbra por Beresford, avança em direcção ao Porto com tropas portuguesas. Chega a Lisboa, também, o célebre general Sir Rowland Hill com 12 000 homens que se juntarão aos 10 000 do comando de Cradock que ocupa Leiria. A 27, Sir Arthur decide avançar em direcção ao Norte de Portugal. Leva consigo cerca de 6000 soldados portugueses e a quase totalidade das forças britânicas sob o seu comando. Ordena a organização de medidas defensivas em toda a zona do Tejo, porque Abrantes e Santarém podem correr perigo. Não perde de vista o que se passa em Espanha mas exprime a mais céptica das opiniões quanto à organização militar dos espanhóis. E afirma: «Quando possuem um exército, falta-lhes um general mas, se por acaso tivessem um general, fugir-lhes-iam as tropas.»

## Organização do exercito britânico em Portugal (Campanha do Porto) durante a segunda invasão francesa O exército seria, depois, reorganizado em divisões

- 1 – Brigada de Cavalaria (General Sir Stapleton Cotton)  
14° e 16° regimentos de “Dragões” ligeiros, dois esquadrões do 20°, um destacamento de 3° regimento “Hussards” da Legião Lusitana; da brigada do general Fane, incorporava o 3° regimento de “Dragões” (Guardas) e o 4° regimento;
- 2 – Infantaria - 1ª Brigada, do Major-General Rowland Hill  
3° regimento “Buffs”; 48° e 66 regimentos; uma companhia do 5° batalhão do 60° regimento;
- 3 – 3ª Brigada, do Major-General Tilson  
5 companhias do 5° batalhão do 60° regimento; 1° batalhão de granadeiros portugueses; 87° e 88° regimentos;
- 4 – 5ª Brigada, do Brigadeiro-General Campbell  
1° batalhão do 10° regimento português; uma companhia do 5° batalhão do 60° regimento; 7° e 53° regimentos;
- 5 – 7ª Brigada, do Brigadeiro-General Cameron  
2° batalhão do 10° regimento português; uma companhia do 5° batalhão do 60° regimento; 9° e 83° regimentos;
- 6 – 6ª Brigada, do Brigadeiro-General Sir Charles Stewart  
1° batalhão do 16° regimento português; 1° batalhão de tropas diversas, 29° regimento;
- 7 – 4ª Brigada, do Brigadeiro-General Santag  
2° batalhão do 16 regimento português; uma companhia de 5° batalhão pertencente ao mesmo regimento; 2° batalhão de tropas diversas; 97° regimento;
- 8 – 2ª Brigada, do Major-General Mackenzie  
27°, 45°, 31° regimentos;
- 9 – KGL (King's German Legion), Legião Alemã, do Major-General John Murray
- 10 – A artilharia pertencente a este exército (reduzida) era comandada pelos Brigadeiros-generais Langwerth e Driberg.

## Aviões para a «paz»...

A propaganda da Casa Branca tem procurado fazer passar a ideia de que o presidente Bill Clinton anda «descontente» com o comportamento do governo israelita de Benjamin Netanyahu pelo seu não cumprimento dos acordos de paz com os palestinianos, fazendo circular comentários a interpretar, por exemplo, como uma pretensa «admoestação» de Clinton a Netanyahu o facto de aquele não ter recebido pessoalmente este último durante uma sua recente deslocação aos EUA. A mesma propaganda tem dado a entender que Clinton se prepara para «exigir» a Netanyahu uma retirada mínima de 4% dos territórios árabes ocupados, sob pena de deixar de «anular» as críticas internacionais ao actual governo de Israel. Isto é o que, ultimamente, tem dito ou induzido a Casa Branca, numa aparente estratégia de dar ao

presidente Clinton uma imagem mais avançada na mediação do conflito que a aberrante prepotência israelita continua a impor na região. Mas a única acção concreta, e portanto relevante, levada ultimamente a cabo pelos EUA em relação a esta crise, foi o fornecimento a Israel, esta semana, dos primeiros dois ultramodernos aviões de combate norte-americanos F-15I, de um lote de 25, e que têm, não apenas capacidade para o transporte de 11 toneladas de mísseis e bombas, como uma autonomia que lhes permite alcançar o Irão ou o Iraque sem escala. Como se vê, Bill Clinton está verdadeiramente «descontente» com o governo israelita pelo seu não cumprimento dos acordos de paz...

### ... e farroncas para a «guerra»

E nem de propósito: exactamente quando a

# PONTOS CARDEAIS

administração Clinton se preparava, em segredo, para armar ainda mais e melhor o regime supermilitarizado de Israel, ao mesmo tempo que entretinha o pagode mundial com boatos sobre o seu criticismo ao comportamento do governo de Netanyahu, eis que aparece Saddam Hussein em mais um *show off* belicista, apelando a (também mais uma) «mobilização geral» contra o «inimigo» norte-americano e o seu aliado israelita.

É o que se chama um *timing* perfeito. Com tão oportuna emergência de mais uma farronca à Saddam, quem ousa duvidar da «urgência» em dotar Israel com novos caças de combate que tenham autonomia para atingir o Iraque sem escalas? Israel, cujo governo, entretanto, não se coíbiu de «explicar» os novos aviões com a impune arrogância do costume, afirmando que «somos pela paz, mas há

que estar preparado para a guerra»...

### Turismo a brincar

Surgiu esta semana na imprensa um estudo da empresa Roland Berger & Partner, encomendado em Maio de 1997 pelo ICEP (Investimento Comércio e Turismo de Portugal) para avaliar pormenorizadamente a situação do turismo no nosso país, onde se afirma, taxativamente, que «Portugal apresenta, em receita, o pior desempenho do conjunto dos países mediterrâneos», assinalando-se a «estagnação de receitas, na queda clara da receita média por entrada e por turista, na manutenção da sazonalidade e na baixa taxa de ocupação hoteleira (40,7% contra 58,3% em Espanha)». Acrescentam ainda estes

especialistas que Portugal se arrisca a «perder o barco» no surto de desenvolvimento mundial da indústria turística que se prevê para os próximos anos. Ao mesmo tempo que este diagnóstico era traçado por uma empresa especialista na matéria e que não brinca em serviço, o ministro Jorge Coelho proclamava alegremente, num jantar de correligionários realizado nos Algarves, que este ano «seria de ouro» para o turismo nacional. Como não vamos supor que, ao contrário da Roland Berger & Partner, o ministro Jorge Coelho brinca em serviço, inclinamo-nos para desconfiar que está, apenas, a brincar com a gente...

### Sem capacete

Uma «breve» saída esta semana nos jornais dava conta de uma ocorrência extraordinária: as autoridades de uma cidade brasileira decidiram **proibir** o uso de capacete a todo e qualquer motociclista que

circule pelo seu território, sujeitando-se os prevaricadores às penalidades que, no resto do Brasil em particular e no resto do mundo em geral, são unanimemente aplicadas a quem **não use** capacete.

Obviamente, que as autoridades desta cidade brasileira tinham uma explicação para tão insólita medida. E apresentaram-na, como mandam as regras da novel democracia: foi proibido o uso de capacetes, para se conseguir identificar os numerosos motociclistas que, naquela cidade, se dedicam ao assalto e ao assassinio utilizando como meio de transporte e fuga as... motocicletas.

A isto chegou a crise brutal que o capitalismo selvagem não pára de fazer alastrar pelo mundo: agora até se proibem regras elementares de segurança... em nome da própria segurança. Os cidadãos desta cidade perderam a segurança do capacete, mas os seus dirigentes parece que já perderam foi a cabeça...

## PONTOS NATURAIS

Mário Castrinho

# Versos da Costa Nova

### Segredo

Aquele palheiro às riscas verticais que aparece em todos os bilhetes postais da Costa Nova era o nosso palheiro.

O vento entrava por todas as frinchas e os passos e as vozes e o mar era tudo tão próximo tudo tão ser família.

Aquele palheiro no bilhete postal da Costa Nova.

### Menino da ria

Uma bateira azul no azul da ria.

Um menino aos remos atento às sombras na água.

A Gafanha parece o outro lado do mundo.

Clareza. Um perfume demasiado forte. O menino aos remos atento às sombras na água.

A clareza, a ria uma bateira azul.

Trémula, a mão estendo para a moeda de ouro.

### Romance

Na Senhora da Saúde amei uma gafanhoeira amei-a por uma noite

(ao tempo o mar era longe longe, longe da capela)

amei-a por uma noite uma noite onde as palavras não eram, não perguntavam

(sob uma áspera blusa tudo seça, seda, seda)

e nada nos perguntámos nem quando nos desprendemos não era o dia ainda dia

(só minhas mãos é que sabem a chave deste segredo)

não era o dia ainda dia o vento dançava alto a nuvem de areia fina.

### Deserto

Quando a mãe me levou na Costa Nova ao doutor Malaquias que lá passava as férias e ainda era nosso primo disse-lhe o nosso primo:

— *Hermínia, tens aqui o cabo dos trabalhos. Vai para Lisboa. Aqui, nada a fazer.*

A perna doía, doía...

O doutor Malaquias dava consulta em Vagos. Chamavam-lhe «o médico dos pobres». Às vezes vinha a PIDE interrogá-lo. Levava-o para o Porto.

E morreu novo e pobre ainda longe de Abril.

Em Vagos, no outro Verão, fui procurar por ele. Ninguém me deu notícia. Ninguém o conheceu, e não havia nada que o lembrasse.

Este poema quer afrontar o deserto e sereno provar-lhe que encostado o ouvido nas dunas ainda se ouve bater o coração do doutor Malaquias.

E só por isso ele se atreve a chamar-se poema.



Proletaria de todos os países: UNI-VOS!

# O Militante

1998  
Uma batalha  
para o  
fortalecimento  
do Partido



NESTE NÚMERO  
Razões  
e perspectivas  
da luta



Os media  
e a sociedade  
capitalista



O socialismo  
no limiar  
do século XXI



As eleições  
autárquicas

## 1998 Uma batalha para o fortalecimento do Partido

Encontra-se já em distribuição o primeiro número deste ano (correspondente aos meses de Janeiro e Fevereiro) de *O Militante*. O tema de abertura diz bem dos objectivos e preocupações desta prestigiada revista cujos artigos e apresentação gráfica têm vindo a melhorar substancialmente e constituem razões acrescidas para um maior interesse dos seus leitores - quer dos mais fiéis quer daqueles que venham a descobri-la. Fundamentalmente dirigida aos militantes e quadros do PCP, esta publicação do Partido, dirigida por Blanqui Teixeira, apresenta um muito variado conjunto de temas, de que destacamos, neste número, para além do seu editorial:

### Autárquias

Um artigo de Luís Sá, sobre As eleições autárquicas, a democracia e o poder local, em que o dirigente comunista faz um breve balanço dos resultados eleitorais, reafirmando a capacidade e a força do projecto do PCP e da CDU.

### União Europeia

A intervenção inicial proferida por Álvaro Cunhal no debate que o contrapôs a Mário Soares, tendo como tema «A União Europeia e a crise da independência/identidade nacional», é aqui reproduzida, constituindo uma referência importante para a reflexão sobre um tema que solicita um mais vasto debate na sociedade portuguesa.

### Organização

Tema obrigatório na revista, desta vez com a tónica sobre o Reforço da Organização do Partido, a necessidade de prosseguir na realização regular de assembleias, de prestar mais cuidada atenção à divulgação da imprensa partidária e de promover uma mais eficiente cobrança da quotização.

### Lutas

As razões e perspectivas da luta dos trabalhadores são abordadas em artigo de Jerónimo de Sousa, que sublinha a importância destas para a evolução da situação política e social.

### Juventude

Uma série de artigos da autoria de dirigentes da Juventude Comunista Portuguesa preenchem boa parte da revista. Nuno Costa, António Jorge Almeida, Ricardo Oliveira e Bernardino Aranda escrevem sobre o papel da JCP, sobre a política da juventude, sobre o movimento estudantil e sobre o reforço da intervenção e da organização.

### Media e sociedade

Fernando Correia inicia neste número um conjunto de artigos subordinado a este tema geral, detendo-se neste artigo sobre o papel e as contradições dos meios de comunicação na sociedade capitalista.

### Social

A situação do emprego, com exemplos da evolução deste nos últimos cinco anos, é o tema do artigo de Fernando Marques, que aborda as questões da precariedade e do artificialismo de certos indicadores, analisando várias vertentes da actual situação no País.

### Internacional

Albano Nunes dá conta dos trabalhos realizados recentemente em Havana durante o Seminário sobre «O Socialismo no limiar do século XXI», sendo aqui transcrita a intervenção que aí proferiu em representação do Partido Comunista Português.

### Assembleia

O Orçamento do Estado aprovado na Assembleia da República para 1998 é objecto de um artigo de Octávio Teixeira que aí critica mais uma vez o diploma, sublinhando o «carácter particularmente escandaloso», que é o de «continuar a fazer recair quase todo o peso da fiscalidade directa sobre os rendimentos do trabalho».

### Cultura

Filipe Diniz, escrevendo sobre os maus caminhos por onde vai a Cultura, salienta «a incompatibilidade entre uma política orçamental cega e obstinadamente subordinada à marcha para a moeda única e as reais necessidades de desenvolvimento de uma política cultural de expansão e de um projecto democrático».

### Economia

Um Sector Público forte, componente indispensável de uma democracia plena, é o tema do artigo de Francisco Lopes, chamando a atenção para que «a resistência às privatizações, o alerta para as suas consequências, tem vindo a crescer, confrontando o Governo PS com incómodas denúncias».

Como se pode verificar, temas importantes não faltam neste número de *O Militante*, entre outros artigos e notas de interesse que compõem esta edição.

## CDU

### Porto

Encontro-convívio de candidatos e activistas da cidade do Porto.  
Sábado, 24 de Janeiro - 17.30 h, no CT da Boavista.

### Abrantes

Plenário de eleitos e activistas. Com a participação de José Casanova, da Comissão Política do PCP.

Sexta-feira, 23 de Janeiro - 21.00 h, no CT de Abrantes.

Ordem de Trabalhos:

- Balanço das Eleições Autárquicas.
- Organização do trabalho futuro.

### Malveira da Serra

Confraternização com a participação de José Casanova.

Domingo, 25 de Janeiro, a partir das 12.30 h, na AISA, junto à Capela.

### Rio Maior

Jantar-convívio.

Sábado, 24 de Janeiro - 20.30 h, na Sala de Congressos da Churrasqueira «O Gato Preto» (para apreciação dos resultados eleitorais e perspectivas de trabalho).

Participam eleitos da CDU no concelho de Rio Maior, responsáveis locais e regionais do PCP e ainda Luís Sá, da Comissão Política do PCP, e Manuela Cunha, do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

### Setúbal

Reunião de eleitos e activistas da CDU da Freguesia de S. Julião.

Sábado, 24 de Janeiro - 15.00 h, no CT de Setúbal - Edifício Arrábida (1º andar).

Ordem de Trabalhos:

- Resultados eleitorais.
- Perspectivas de trabalho.

### Lisboa

Almoço-convívio das freguesias da Zona Norte de Lisboa.

com a participação de Carlos Aboim Inglez do CC.

Sábado, 31 de Janeiro - 13.00 h, no CT no Lumiar.

(contactos: CT Vitória ou CT Lumiar - camarada Vítor Mendes).



### Porto

Reunião do Conselho Regional do PCP

24 de Janeiro - Sábado - entre as 10.00 e as 17.00 h, no CT da Boavista.

Ordem de Trabalhos:

- Análise da situação política.
- Avaliação da actividade desenvolvida e dos resultados eleitorais.
- Intervenção do Partido no distrito e principais direcções de trabalho.

### Seixal

Reunião da Comissão Concelhia do PCP

Terça-feira, 27 de Janeiro - 21.00 h, no CT do Seixal.

## Plenários de Militantes

### Aldeia de Paio Pires

Sábado, 24 de Janeiro - 15.00 h

no Paio Pires Futebol Clube.

Ordem de Trabalhos:

- Análise dos resultados eleitorais.
- Situação política e social.

no CT de Corroios

Ordem de Trabalhos:

- Análise dos resultados eleitorais.
- Trabalho autárquico.

### Lisboa

Plenário de Reformados bancários.

Quinta-feira, 29 de Janeiro - 14.30 h.

### Casal do Marco

Sábado, 31 de Janeiro - 17.00 h

na delegação da J. Freguesia

no Casal do Marco.

Ordem de Trabalhos:

- Análise dos resultados eleitorais.
- Perspectivas de trabalho para 1998.

### Coina

Sexta-feira, 23 de Janeiro - 21.30 h, no CT

de Coina.

Ordem de Trabalhos:

- Análise da situação política e social.
- Questões de organização.

### Corroios

Sábado, 31 de Janeiro - 15.00 h.

### Mafra

Segunda-feira, 26 de Janeiro - 21.30 h

no CT de Mafra.

Ordem de trabalhos:

- Discussão sobre a actual situação política.
- Intervenção futura do Partido e da CDU.

### Verderena

Sábado, 24 de Janeiro - 15.30 h, no Centro

de Trabalho Concelhio.

Ordem de Trabalhos:

- Análise da situação política e social.
- Questões de organização.

### Vitória

## Espaço Cultural



Debate

Em torno dos livros «Capitalismo contra Capitalismo» e «O Horror Económico».

com:

José Barata-Moura, prof.  
Universidade Lisboa, Fac. Letras.

Sérgio Ribeiro, economista - Isabel Esteves, economista.  
Quinta-feira, 22 de Janeiro - 21.30 h.

(Organização do Sector das Ciências Sociais do Sector Intelectual de Lisboa do PCP)

TELEVISÃO

Quinta, 22

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.25 Consultório  
 14.50 Coração Selvagem  
 16.40 Concurso 1, 2, 3  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telegiornal  
 20.50 As Lições do Tonecas  
 21.25 A Grande Aposta  
 22.20 Maria Elisa  
 00.10 24 Horas  
 01.00 Musical: «Michael Bolton»

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.55 Falatório  
 17.00 A Família Bellamy  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.55 Caderno Diário  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Cidade Louca  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Tex Avery  
 22.40 O Testa de Ferro  
 (de Martin Ritt, EUA/1976, com Woody Allen, Zero Mostel, Hershel Bernardi, Michael Murphy. Ver Destaque)  
 00.15 Falatório  
 01.10 Magazine

- SIC**  
 09.10 Buêrére  
 10.30 Vida de Casal  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Sonho Meu  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.50 O Juiz Decide  
 14.50 Malucos do Riso  
 15.50 A Viúva do Enforcado  
 17.00 Buêrére  
 18.00 Mulheres de Areia



- 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Anjo Mau  
 22.00 Agora ou Nunca  
 23.00 Esta Semana  
 00.20 Último Jornal  
 00.45 No Fim do Mundo  
 02.00 Vibrações

- TVI**  
 10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.40 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ficheiros Secretos  
 23.00 Linha de Fundo  
 00.40 Lar, Louco Lar  
 01.20 Fora de Jogo  
 01.35 A Balada de Hill Street

Sexta, 23

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.20 Consultório  
 15.25 Os Andrades  
 16.05 Coração Selvagem  
 17.40 Todos ao Palco  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telegiornal  
 20.50 Nós, os Ricos  
 21.25 A Grande Aposta  
 22.20 Riso, Mentiras e Vídeo  
 23.45 24 Horas  
 00.35 Guerreiro Genético  
 (de Cassian Elves, EUA/1995, com Brian Wimmer, Kerri Green, Jad Magheri. Ficção Científica)  
 02.20 Motores

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.55 Falatório  
 17.00 A Família Bellamy  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Euronews  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Guerras no Jornal  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Tex Avery  
 22.40 Um Bater de Corações  
 (de John Byrum, EUA/1979, com Nick Nolte, Sissy Spacek, John Heard, Ray Sharkey, Ann Dusenberry. Ver Destaque)  
 00.15 Falatório  
 01.10 O Cerco dos Vampiros

- SIC**  
 09.10 Buêrére  
 10.30 Vida de Casal  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Sonho Meu  
 13.00 Primeiro Jornal

«Guerras no Jornal», uma sitcom na RTP 2 (às sextas), e «Serviço de Urgência», uma série dramática na RTP 1 (aos sábados)

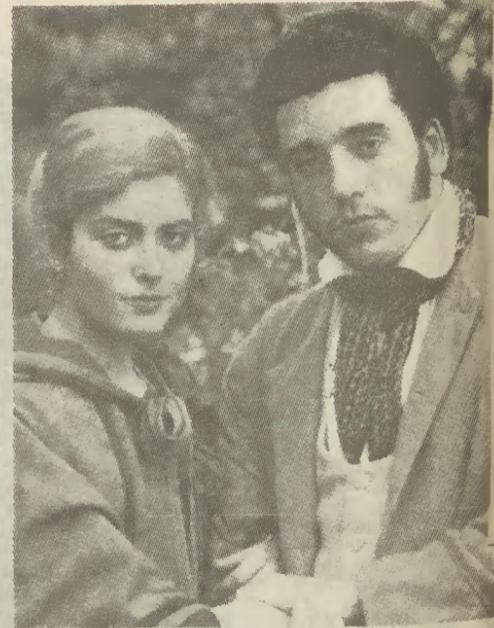
- 13.50 O Juiz Decide  
 14.50 Malucos do Riso  
 15.50 A Viúva do Enforcado  
 17.00 Buêrére  
 18.00 Mulheres de Areia  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 Anjo Mau  
 22.00 Ponto de Encontro  
 23.10 Donos da Bola  
 01.30 Último Jornal  
 02.20 Vibrações

- TVI**  
 10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.40 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Pretender  
 23.00 C-16  
 23.55 Receita para Matar  
 (de Catherine Cyran, EUA/1995, com Adam Baldwin, Nina Siemasko, Don Harvey. «Thriller»)  
 01.35 Lar, Louco Lar  
 02.15 Fora de Jogo  
 02.30 A Balada de Hill Street

- TVI**  
 10.00 Animação  
 13.05 Gémeas  
 13.30 Contra-Ataque  
 15.00 Feed Back  
 15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil  
 16.45 Gente Como Nós  
 18.30 FIX: Efeitos Mortais  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Directo XXI  
 22.30 Causa Justa  
 23.25 Cage II - A Arena da Morte  
 (de Lang Elliott, EUA/1994, com Lou Ferrigno, Reb Brown, Shannon Lee. Artes Marciais)  
 01.15 A Balada de Hill Street



Uma estreia e um regresso: «Solteiros», na RTP 1, e «A Viúva do Enforcado», na SIC



Sábado, 24

- RTP 1**  
 08.00 Infantil / Juvenil  
 12.15 Companhia dos Animais  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Top +  
 14.50 A História de Nikita  
 15.50 Quem Sabe Sabe  
 16.25 O Preço da Paz  
 (Longa Metragem)  
 18.10 Jet 7  
 18.45 Há Horas Felizes  
 20.00 Telegiornal  
 21.20 Futebol: Campomaiorense-Benfica  
 23.30 Serviço de Urgência  
 00.25 24 Horas  
 01.00 Olha-me nos Olhos  
 (de Nick Ward, Gr.Br./1994, com Caroline Catz, Seamus Gubbins, Mat Patresi, Barnaby Stone. «Thriller»)  
 02.30 Prisioneiros no Tempo  
 (de Stephen Walker, Gr.Br./1995, com John Hurt, Claire Bloom, Rowena Cooper. Ver Destaque)

- RTP 2**  
 09.00 Universidade Aberta  
 12.05 Vida por Vida  
 12.15 Música do Séc. XX  
 13.05 Sem Limites  
 13.30 Dinheiro Vivo  
 14.00 Parlamento  
 15.00 Desporto 2  
 18.30 Onda Curta  
 (O Jasmim Florido - Filme de Daniel Gruener, Méx./1996, com José Carlos Ruiz, Dino Garcia; Señor Droopy - Filme de Tex Avery, EUA/1949; Um Pedaco da Noite - Filme de Roberto Rochin Naya, Méx./1995, com Eduardo Von, Dolores Heredia, Armando Garcia. Curtas-Metragens)  
 19.30 2001  
 20.00 Ponte de Brooklin  
 20.15 Jogo do Alfabeta  
 21.00 Semana ao Sábado  
 21.55 O Lugar da História  
 22.45 O Costa de África  
 (de João Mendes, Port./1954, com Vasco Santana, Laura Alves, Ribeirinho, Erico Braga, Teresa Gomes, Costinha, Rogério Paulo. Comédia)  
 00.30 Sinais do Tempo  
 01.25 Sexo a Sério

- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 11.55 O Nosso Mundo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Imagens Reais  
 14.20 Príncipe de Bel-Air  
 14.50 Viper  
 15.50 Os Imortais  
 17.00 Nada em Comum  
 (de Garry Marshall, EUA/1986, com Tom Hanks, Jackie Gleason, Eva Marie Saint. Comédia Dramática)  
 19.00 S.O.S. Sic  
 19.30 Malucos do Riso  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Chuva de Estrelas  
 22.10 Salsa e Merengue  
 23.10 Amar-te-ei até te Matar  
 (de Lawrence Kasdan, EUA/1990, com Kevin Kline, Tracey Ullma, River Phoenix, William Hurt, Keanu Reeves. Ver Destaque)  
 01.15 Último Jornal  
 01.40 Gémeos

- TVI**  
 10.00 Animação  
 13.05 Gémeas  
 13.30 Contra-Ataque  
 15.00 Feed Back  
 15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil  
 16.45 Gente Como Nós  
 18.30 FIX: Efeitos Mortais  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Directo XXI  
 22.30 Causa Justa  
 23.25 Cage II - A Arena da Morte  
 (de Lang Elliott, EUA/1994, com Lou Ferrigno, Reb Brown, Shannon Lee. Artes Marciais)  
 01.15 A Balada de Hill Street

Domingo, 25

- RTP 1**  
 08.00 Infantil / Juvenil  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Made in Portugal  
 14.50 Kung Fu  
 15.45 Amores e Rebelia  
 16.40 Os Andrades  
 17.15 Casa Cheia  
 17.55 Futebol: Braga-Belenenses  
 20.00 Telegiornal  
 20.45 Reis do Estúdio  
 22.05 A Grande Aposta  
 22.50 Domingo Desportivo  
 00.50 24 Horas  
 01.30 Nos Limites do Terror

- RTP 2**  
 09.00 Caminhos  
 09.30 Novos Horizontes  
 10.00 70 x 7  
 10.30 Missa  
 11.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
 12.05 Máquinas  
 12.35 Jornal Jovem  
 13.00 O Povo das Ilhas  
 13.30 Jornal d'África  
 14.10 Desporto 2  
 18.15 Até Amanhã, Mário  
 (de Solveig Nordlund, Port./Suécia/1993, com João Silva, Vítor Norte, Percy Brandt, Wiveka Albuquerque, Ulla Wicander, Canto e Castro. Ver Destaque)  
 20.30 Artes e Letras - «Vasco Santana»  
 21.00 Viúvas  
 22.05 Horizontes da Memória  
 22.30 Teatro: «O Cerejal»  
 00.30 Vidas do Século - «Benito Mussolini»

- SIC**  
 08.30 Buêrére  
 11.55 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Imagens Reais  
 14.20 Príncipe de Bel-Air  
 14.50 Viper  
 15.50 Os Imortais  
 17.00 Nada em Comum  
 (de Garry Marshall, EUA/1986, com Tom Hanks, Jackie Gleason, Eva Marie Saint. Comédia Dramática)  
 19.00 S.O.S. Sic  
 19.30 Malucos do Riso  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Chuva de Estrelas  
 22.10 Salsa e Merengue  
 23.10 Amar-te-ei até te Matar  
 (de Lawrence Kasdan, EUA/1990, com Kevin Kline, Tracey Ullma, River Phoenix, William Hurt, Keanu Reeves. Ver Destaque)  
 01.15 Último Jornal  
 01.40 Gémeos

- TVI**  
 10.00 Animação  
 10.30 Novos Ventos  
 11.00 Angelus  
 11.10 Missa  
 13.00 Portugal Português  
 14.00 Cousteau - As Novas Descobertas  
 14.50 O Céu Como Horizonte  
 15.40 Adultos à Força  
 16.30 Gente Como Nós  
 18.20 Nightman  
 19.10 Desafios  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Directo XXI  
 22.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
 00.15 A Balada de Hill Street

Segunda, 26

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.25 Consultório  
 15.15 Nico d'Obra  
 15.55 Coração Selvagem  
 17.30 Grande Noite  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telegiornal  
 20.50 Não Há Duas Sem Três  
 21.25 A Grande Aposta  
 22.20 Concurso 1, 2, 3  
 00.35 24 Horas  
 01.25 Horizontes da Memória

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 A Família Bellamy  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 A Terra e os Homens  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Sarilhos com Elas  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Unidos pela Guerra  
 23.25 Falatório  
 00.20 O Pequeno César  
 (de Mervyn LeRoy, EUA/1930, com Edward G. Robinson, Douglas Fairbanks, Jr., Glenda Farrell. Ver Destaque)  
 01.35 O Crítico

- SIC**  
 09.10 Buêrére  
 10.30 Ponto de Encontro  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Sonho Meu  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.50 O Juiz Decide  
 14.50 Malucos do Riso  
 15.50 A Viúva do Enforcado  
 17.00 Buêrére  
 18.00 Mulheres de Areia  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 Anjo Mau  
 21.50 Roda de Milhões  
 23.30 Raiva Silenciosa  
 (de Michael Miller, EUA/1982, com Chuck Norris, Ron Silver, Steven Keats, Toni Kalem. Acção)  
 01.20 Último Jornal  
 01.45 Conversas Secretas

- TVI**  
 10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Profiler  
 23.00 PSI Factor  
 00.25 Lar, Louco Lar  
 00.50 A Balada de Hill Street

Terça, 27

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.25 Consultório  
 15.25 As Lições do Tonecas  
 16.05 Coração Selvagem  
 17.40 Made in Portugal  
 19.00 País País  
 19.45 País Regiões  
 20.00 Telegiornal  
 20.50 Solteiros  
 21.25 A Grande Aposta  
 22.20 Herman Enciclopédia  
 23.30 Vasco Santana  
 (Documentário)  
 00.30 24 Horas  
 01.20 Magazine

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 A Família Bellamy  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.35 Rotações  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.35 Ellen  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Unidos pela Guerra  
 23.25 Falatório  
 00.20 O Homem de Duas Caras  
 (de Archie Mayo, EUA/1934, com Edward G. Robinson, Mary Astor, Ricardo Cortez. Mistério)  
 01.30 Duckman, o Trapalhão

- SIC**  
 09.10 Buêrére  
 10.30 Conversas Secretas  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Sonho Meu  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.50 O Juiz Decide  
 14.50 Malucos do Riso  
 15.50 A Viúva do Enforcado  
 17.00 Buêrére  
 18.00 Mulheres de Areia  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 Anjo Mau  
 22.00 Médico de Família  
 23.00 Filhos da Nação  
 00.10 Último Jornal  
 00.35 Temos Maneiras de Vos Fazer Pensar  
 01.55 Vibrações

- TVI**  
 10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Picar o Ponto  
 22.30 Henrique V  
 (de Kenneth Branagh, Gr.Br./1989, com Emma Thompson, Kenneth Branagh, Derek Jacobi, Brian Blessed, Ian Holm, Paul Scofield. Ver Destaque)  
 01.00 Lar, Louco Lar  
 01.35 Fora de Jogo  
 01.55 A Balada de Hill Street

Quarta, 28

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.25 Consultório  
 15.30 Nós, os Ricos  
 15.05 Força de Mulher  
 16.10 Coração Selvagem  
 17.40 Casa de Artistas  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telegiornal  
 20.50 A Grande Aposta  
 21.45 O Pátio das Cantigas  
 (de Francisco Ribeiro, Port./1941, com Vasco Santana, António Silva, Laura Alves, Ribeirinho. Comédia)  
 00.05 Futebol: França-Espanha  
 01.30 24 Horas

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 A Família Bellamy  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Euronews  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Os Simpsons  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Unidos pela Guerra  
 23.25 Falatório  
 00.20 Confissões de Um Espião Nazi  
 (de Anatole Litvak, EUA/1939, com Edward G. Robinson, Francis Lederer, George Sanders. Ver Destaque)  
 02.00 Musical: «Novos Fados»

- SIC**  
 09.10 Buêrére  
 10.30 Primeiros Anos  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Sonho Meu  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.50 O Juiz Decide  
 14.50 Malucos do Riso  
 15.50 A Viúva do Enforcado  
 17.00 Buêrére  
 18.00 Mulheres de Areia  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 Anjo Mau  
 21.50 Fantasma  
 22.30 Casos de Polícia  
 23.30 O Século do Povo  
 00.30 Último Jornal  
 00.55 Toda a Verdade

- TVI**  
 10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Quem é Júlia?  
 (de Walter Grauman, EUA/1996, com Jameson Parker, Jeffrey DeMunn, Mason Adams, Mare Winnigham. Telefilme)  
 00.40 Lar, Louco Lar  
 00.50 Desporto  
 02.05 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## O Testa de Ferro (Quinta, 22.40, RTP2)

Martin Ritt, um dos mais conhecidos representantes do cinema liberal norte-americano, encena aqui a história de um pacato cidadão (Woody Allen) que acede a emprestar o seu nome aos trabalhos escritos por um argumentista de televisão que impedido de trabalhar na profissão por se encontrar (tal como outros seus companheiros que o nosso cidadão igualmente ajuda, pelo mesmo processo) na lista negra da famigerada Comissão para as Actividades Antiamericanas. Um filme que, em tom de comédia negra, constitui um poderoso libelo contra a sanha persecutória da caça às bruxas desenvolvida nos anos 50 pelo senador McCarthy, e escrito e interpretado por muitos dos que, então, foram vítimas dessa cruzada fascista e anticomunista.



apresenta a RTP este telefilme a tais horas da madrugada quando escolheu para projectar, imediatamente antes, um vulgaríssimo e ordinário «thriller». Mistérios que só os insondáveis critérios de programação da RTP poderão explicar.

## Até Amanhã, Mário (Domingo, 18.15, RTP2)

Num misto de ficção e documentário, a realizadora sueca Solveig Nordlund (durante anos radicada no nosso país) debruça-se neste seu último filme sobre o quotidiano de um grupo de miúdos de Câmara de Lobos (Funchal), em que um deles (Mário) sonha com a pesca da baleia, enquanto enfrenta a vida dura ao tentar ganhar dinheiro junto dos turistas.

Um fotograma de «Um Bater de Corações», de John Byrum



Alguns dos principais intérpretes de «Os Canhões de Navarone», de Jack Lee Thompson

## Um Bater de Corações (Sexta, 22.40, RTP2)

Para pôr de pé este filme, o realizador John Byrum inspirou-se, ao que se diz, nas memórias escritas há alguns anos por Carolyn Cassady, mulher de Neal Cassady o qual, por sua vez, era grande amigo e companheiro de Jack Kerouac tendo dado corpo à personagem de Dean Moriarty no célebre livro *On the Road* escrito por este último. No fundo, o argumento do filme pretende dar-nos a ver, com bastante intimidade, as relações destes dois amigos e desta mulher e sendo certo que, quanto à atmosfera em que a história se desenrola, a que poderia acrescentar-se a qualidade do guarda-roupa e dos cenários, o enquadramento visual é incedível de cuidados, já quanto à espessura das personagens qualquer semelhança com a realidade (ou, pelo menos, a ideia que fazemos dessa realidade) estamos perante um enorme falhanço. Em qualquer dos casos, vale a pena ver representar Nick Nolte, Sissy Spacek ou John Heard.

## Os Canhões de Navarone (Sábado, 01.55, SIC)

Na sequência do êxito alcançado com *A Ponte do Rio Kwai*, Carl Foreman, o argumentista, tentou prosseguir na mesma via adaptando ao cinema este romance de Aliotair MacLean. Mas, nem o realizador J. Lee Thompson se aproxima de David Lean, nem o filme consegue voar para além de um sem dúvida competente mas notório academismo. A história do filme é mais do que conhecida: durante a II Grande Guerra, um grande contingente de tropas britânicas encontra-se imobilizado na ilha de Kheros perante o bloqueio de movimentos que lhe é imposto por duas gigantescas peças de artilharia nazis que um comando é encarregue de ir destruir, com sucesso. Com os meios extraordinários postos ao serviço da produção - designadamente no campo dos efeitos especiais (que arrancaram um Oscar para a categoria) - e um grupo de intérpretes em que avultam algumas figuras de primeira água, o filme cumpre, de forma eficaz, a sua missão de entretenimento.

## Prisioneiros no Tempo (Sábado, 02.30, RTP1)

Um combatente britânico da II Guerra Mundial sobreviveu à guerra mas continua, mais de 40 anos depois, marcado pelas traumáticas recordações do tempo que passou num campo de prisioneiros japonês. Ele conheceu a tortura e o cruel tratamento dispensado aos prisioneiros aliados que foram obrigados a construir o caminho-de-ferro entre a Tailândia e a Birmânia. Para exorcisar de uma vez por todas os fantasmas do passado, ele pretende reencontrar o intérprete japonês do campo de concentração, que descobriu ter também sobrevivido à guerra. É por estas palavras que o Boletim de Programas da RTP apresenta este filme, inédito entre nós, e que se diz ser uma excelente produção da BBC baseada em factos reais. Não se percebe, assim, por que razão

## Amar-te-ei até te Matar (Domingo, 23.10, SIC)

Duas mulheres, mãe e filha (de origem jugoslava) - Joan Plowright e Tracey Ullman - arranjam um plano para acabar com a vida ao marido desta (de origem italiana) - Kevin Kline - quando, ao contrário do pobre inocente que julgavam ele ser, o surpreendem irremediavelmente atraído pelo sexo fraco. E é assim que contratam um par de marginais para executar a tarefa - os incompetentes William Hurt e Keanu Reeves. O filme é por vezes hilariante, mas esperar-se-ia bem mais da parte de Lawrence Kasdan, o seu realizador.

## O Pequeno César (Segunda, 00.20, RTP2)

A ascensão de Rico Bandello que, trabalhando com o seu amigo Joe Massara para o gang de Vettori, toma o lugar deste e alarga o seu «sector» apesar de uma tentativa de assassinato é o pano de fundo para este filme. Rico acabará por ser vítima de um assalto à metralha por parte da polícia. Realizado em 31 por Mervyn LeRoy, trata-se de um dos primeiros grandes filmes de gangsters, valendo ainda pela composição dramática de Edward G. Robinson.



Tracey Ullman, Kevin Kline e Joan Plowright num momento de «Amar-te-ei até te Matar», de Lawrence Kasdan

## Henrique V (Terça, 22.30, TVI)

Trata-se, sem dúvida, de um dos filmes de maior êxito comercial dos finais dos anos 80, realizado e interpretado, no seu papel principal, pelo actor britânico Kenneth Branagh. Já 45 anos antes, um seu compatriota, que dava pelo nome de Laurence Olivier, fizera uma primeira adaptação ao cinema desta obra de Shakespeare. Tinha ele, na altura, trinta e sete anos e terá afirmado um dia que *Henrique V* era o tipo de papel impossível de representar quando se é muito novo: «Quando se é jovem, é-se demasiado tímido para representar um herói; acaba-se por desiludir.» À data da produção deste filme, Branagh, como vinte e oito anos, resolvia «arriscar» e acabou

por «não petiscar» completamente, pelo menos enquanto realizador. De facto, o resultado final do filme, pretendendo afastar-se da fórmula do «teatro filmado», não consegue escapar a essa outra contradição de ser incapaz de se transformar em grande cinema, mesmo com a inclusão de cenas em que é patente um esforço (que acaba por ser inglório) para uma exacerbada movimentação da câmara, lá onde a palavra e a quietude do ponto de vista («teatral», se se quiser) era o essencial. Mas, independentemente desta particular observação, sem dúvida que Branagh soube rodear-se dos dispositivos técnicos que lhe permitiram transmitir grande realismo a certas sequências, como é notório nas cenas de batalha, aliás particularmente violentas. Grande texto teatral, *Henrique V* encontrou aqui, apesar de tudo, o tom certo de representação, através desse jovem já grande actor *shakespeareano* que é Kenneth Branagh, dos tais que é capaz de dizer, como se fossem novas, as grandes tiradas tantas vezes ouvidas. O que não é o menor dos elogios.

## Confissões de Um Espião Nazi

(Quarta, 00.20, RTP2)

No terceiro filme incluído neste (em geral) fraquíssimo ciclo organizado pela RTP2 e dedicado a Edward G. Robinson, estamos perante a intriga que se desenrola em torno da investigação de um agente do FBI a uma rede de espionagem a soldo da Alemanha nazi. Um filme de oportunidade evidente na época mas de qualidade apenas mediana, com um Paul Lukas nitidamente a compor a sua tenebrosa personagem à sombra dos tiques e das maneiras de Hitler. Uma curiosidade.



Edward G. Robinson em «O Pequeno César», de Mervyn LeRoy



Emma Thompson e Kenneth Branagh em «Henrique V», realizado por este último

## TELEVISÃO

■ Francisco Costa

# O euro-mistério

«Os consumidores portugueses sabem bem o que é o euro e, naturalmente, depois, a vida é que lhes vai ensinar como é que isso funciona.»

(Sousa Franco, Ministro das Finanças - 19.01.98)

Foi assim, por entre o maior dos espantos, que os «consumidores portugueses» ouviram nas rádios, viram nas televisões e leram nos jornais, a horas de se engasgarem com o jantar, o Ministro das Finanças emitir a sua opinião pessoal sobre o défice de informação que se sabe existir no nosso país sobre o euro, a moeda única europeia, sessenta dias antes da realização de reuniões importantes sobre a matéria e a quatro meses de distância da decisão relativa ao número de países em condições de fazerem parte do primeiro grupo de adesão.

Mas, independentemente de isto ter vindo a lume no final de uma reunião em Bruxelas do Conselho de Ministros da Economia e Finanças da União Europeia (ECOFIN) e na sequência de observações de responsáveis deste organismo a propósito do enorme atraso na informação governamental aos portugueses, o senhor ministro disse ainda mais. Por exemplo: «A explicação ao consumidor é e será feita todos os dias pelos agentes económicos, não é um governo com 17 membros que vai explicar aos consumidores. (...) Neste momento já há várias publicações e elementos de informação para uma parcela seleccionada (sic) da opinião pública e dos agentes económicos. (...) Nós definimos as regras e, depois, como tudo o que acontece em economia, são os agentes económicos que explicam uns aos outros, com base nas regras estabelecidas.»

Nada mais, nada menos! Assim se apresentava, com a pesporrência e arrogância que o caracterizam, o Professor Sousa Franco, Ministro das Finanças de um país membro da União Europeia. E, não o esqueçamos, Ministro das Finanças de um «governo socialista» que sucedeu àquilo que também os socialistas consideravam ser a arrogante governação cavaquista e tendo alcançado o Poder designadamente a partir das promessas feitas ao eleitorado quanto à necessidade de uma reviravolta em termos de transparência e diálogo na vida política!

## Entretanto, lá fora...

Apesar de reconhecidas insuficiências de alguma monta, é bem diferente o panorama da informação e debate público sobre estes assuntos em outros países europeus, o que vem demonstrar que, ao contrário do que repisam constantemente os nossos governantes, ainda não deixámos de ser arrogantemente tratados (até por eles!) como eternos cidadãos da periferia.

Ficou-se a saber, por exemplo, que em França são publicadas brochuras e estão a ser desencadeadas campanhas televisivas acerca do euro e das suas consequências para a economia nacional. Entre outras iniciativas, e para que os cidadãos se vão habituando às mudanças inevitáveis, os bancos franceses exibem já tabelas cambiais com a conversão das divisas em euros e algumas lojas apresentam os preços tabelados em francos e em euros. Por outro lado, na Suécia e na Finlândia, mesmo sabendo-se que, para já, estas questões não se colocam com tamanha acuidade por não estarem nos seus horizontes, são frequentes os debates sobre o assunto nas TVs, os cidadãos sentem-se mobilizados para se organizarem em grandes movimentos de opinião, são publicados folhetos de informação em que participam partidários e não-par-

a saber não pelas nossas televisões mas, ao contrário, pela estação de rádio TSF que, anteontem, trouxe esta matéria para primeiro plano, como ponto de discussão central do seu habitual Fórum matinal. Um largo espaço de discussão no qual, a par de generalizadas posições críticas por parte dos ouvintes, se assistiu a um esclarecedor contraste destes com o posicionamento «institucional» de alguns deputados e especialistas do PSD e do PS e se ouviram algumas justificações e desculpas de mau pagador.

Não podem ainda deixar de espantar as declarações que foram proferidas por Francisco Saarsfield Cabral, actual Director do «Público» (mas ex-responsável pela Delegação em Lisboa da Comissão Europeia...), o qual, criticando embora os atrasos verificados neste momento, entendia que, há um ano, quando ainda

tidários da adesão e, na Dinamarca, o governo até já prometeu enviar pelo correio aos cidadãos que o desejarem um exemplar do Tratado de Maastricht / Amsterdão, com informações suplementares, antes de este ser por eles referendado no próximo mês de Maio.

do mesmo passo, que no primeiro número de um Boletim editado por aquela Comissão, iria sair um artigo «extremamente interessante» do seu Ministro, evocador até de um outro escrito que aquele dera à estampa em 79 e que até poderia considerar-se «premonitório» e «diz bem da atenção que o Professor Sousa Franco tem vindo a dispensar a este assunto».

Comovente!

## Uma esclarecedora emissão

Como vos disse, toda esta discussão passou à margem das nossas televisões, as quais continuam apostadas em ignorar a análise e o debate das grandes questões europeias, com destaque para a SIC (que se afirmou, à nascença, como querendo representar uma «pedrada no charco» em termos de informação televisiva) ou, sobretudo, para a RTP que, assim, mais uma vez persiste em ignorar a missão de «serviço público» de que está investida e à qual deveria sentir-se obrigada.

Aos espectadores que dispõem da faculdade de assistir às emissões via-satélite ou TV Cabo e que justamente estão preocupados com os tempos que se avizinham, foi preciso novamente estarem atentos, há precisamente oito dias, para sintonizarem mais uma emissão temática proporcionada pelo canal franco-alemão «Arte» - e se aqui mais uma vez falamos dele é para estimular nos espectadores-leitores um espírito crítico e comparativo acerca do que nos é oferecido a nível nacional em matéria de informação.

Decorrendo ao longo de pouco mais de três horas, com documentários e reportagens filmadas em França, na Inglaterra, na Alemanha e até nos EUA (tendo em conta as repercussões macro-

-económicas a nível mundial) esta longa emissão deixou bem claro que não é aos cidadãos comuns que a estratégia da moeda única europeia interessa mas sim às grandes empresas - enquanto sustentáculos de classe da generalidade dos governos de direita e centro-direita europeus - num processo desencadeado pelo Capital financeiro no sentido de permitir a este a sua máxima rentabilização na Europa. São os grandes senhores do dinheiro que, mais uma vez, têm a lucrar com a nova situação decorrente, sendo admissível que as desigualdades económicas se aprofundem, que as regalias sociais conquistadas com grande denodo e coragem ao longo dos tempos pelos povos possam estar em causa, que as próprias liberdades cívicas sejam colocadas em perigo - a par do esvaziamento, no plano político, da capacidade de intervenção dos parlamentos nacionais e do próprio Parlamento Europeu, já veri-

ficada. Segundo especialistas ouvidos, estas são consequências previsíveis provocadas pela baixa de rendimento e diminuição do consumo, por sua vez fruto do desemprego crescente e da ruína para a qual inevitavelmente caminharão muitas pequenas e médias empresas absorvidas pelas grandes multinacionais e tendo como consequência directa o reforço do poder por parte dos grandes grupos económicos - os únicos preparados e informados para as inevitáveis transformações estruturais e aqueles que, seguramente, se revêem no gigantesco e imponente edifício do futuro Banco Central Europeu, ali em Frankfurt (pois claro!), no país do Bundesbank.

Como, ainda na TSF, diria a propósito Fernando Alves, na sua crónica «Sinais» dessa manhã, «foi assim que Champalimaud fez o império, foi assim que o reconstruiu depois de perdido».

Sabendo-se do que a casa gasta, como estranhar orgulhos, indiferenças, silêncios e complicitades?



não era certo se Portugal estaria no número dos bem-aventurados, eram aceitáveis as posições de «certa relutância» do Governo em avançar com muitas explicações! Ou seja, tal como no poker, não se pode pôr o jogo todo na mesa e o bluff é, também aqui, uma maneira aceitável de estar na política e enganar o parceiro. Mas o lugar de honra teria de ir para o porta-voz do próprio Ministro das Finanças, jornalista de profissão, de seu nome Antunes Ferreira, e que também desempenha o lugar de coordenador para a comunicação social de uma tal «Comissão Euro» criada no seio daquele Ministério. Avisando, desde logo, que tinha uma coisa muito importante para dizer (a saber: «que, neste caso, nós temos uma tarefa nacional que corresponde também a um desígnio nacional que é a entrada de Portugal na zona da união económica e monetária», pelo que não se justifica existirem «ideias de furos jornalísticos ou de cachas»), o tal porta-voz demonstrou ter muito apego ao lugar que denodadamente desempenha, já que declarou,

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Miró no Museu Arpad Szenes - Vieira da Silva

Integrado no ciclo «Amigos de Arpad e Vieira» está patente ao público até 15 de Março no Museu Arpad Szenes - Vieira da Silva a exposição subordinada ao título «Constelaciones» do pintor catalão Joan Miró, cuja visita é indispensável. Trata-se de uma série de pouco mais de vinte guaches em papel realizados entre 40 a 41 no seu exílio na Normandia (França) na sequência da tomada do poder pelo fascismo em Espa-

nha e do início da II Guerra Mundial. A primeira exposição pública destas obras realizou-se em Nova Iorque em 45, tendo quinze anos depois André Breton feito a sua apresentação em Paris. Aliás, pertence também a Breton o prefácio da presente colecção agora exposta entre nós, cuja edição foi realizada por Pierre Matisse em Nova Iorque aquando de uma exposição destas obras no Museu de Arte Moderna daquela cidade.



Aquarelas de Eugénio Silva

Numa organização da Câmara Municipal do Barreiro, continua patente ao público na Galeria Municipal de Arte uma exposição de aquarelas de Eugénio Silva, natural daquela cidade e ex-aluno de Abel Manta, Pedro Jorge Pinto e Rodrigues Alves, e cuja actividade artística se tem dividido entre a ilustração, a banda desenhada e o teatro.

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword puzzle grid with numbers 1-15 indicating starting positions.

HORIZONTAIS: 1 - Dá ou toma de arrendamento; militar que cursa uma escola superior militar (pl.). 2 - Cobrir com areia; ligar. 3 - Rádio (s.q.); aquele; nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal, como a sombria, a escrevedeira, a lavandisca e a petinha; cânhamo de Manila; avenida (abrev.). 4 - Discurso; senhora (abrev.); gema (pop.); unifiquei. 5 - Promessa solene; cozinhar no fogo; magnete natural. 6 - Ósmio (s.q.); óxido de cálcio; pano de arrás; nota musical. 7 - Paisagens; espectáculo de acrobacias, habilidades executadas por animais domésticos, cenas burlescas, etc., realizado em recinto redondo. 8 - Amerício (s.q.); grande quantidade; irmã da mãe; Actínio (s.q.). 9 - Vaidosa; inutiliza; despejos que correm nas valetas das ruas (reg.). 10 - A barlavento (naut.); profundo; igualdade (pref.); semelhante. 11 - Cálcio (s.q.); modo (fig.); rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo; mofa; apelido. 12 - Mesquinha; querido. 13 - Redimir; relógio de sol usado pelos antigos romanos.

VERTICAIS: 1 - Atravimento (fig.); assaltar. 2 - Sapo do Amazonas (pl.); instigador (fig.). 3 - Divindade solar dos antigos faraós; suf. de agente; espécie de escumilha; antemerdiano (abrev.). 4 - Época; aguça; ajuste (ant.). 5 - Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de novo (pl.); tempo que o sol gasta numa revolução aparente em torno da Terra; encolerizar. 6 - Concede gratuitamente; apoquentaram (fig.); Rádio (s.q.). 7 - Baús; engenho para tirar água (pl.). 8 - Igreja episcopal ou patriarcal; despedido. 9 - Protesta; o símbolo da música (pl.). 10 - Interj. de dor; exasperas; pedra de moinho. 11 - Mulher nobre; apelido de poeta português; relativo à boca. 12 - Existia; engodos; abalada. 13 - Basta; o primeiro de todos os números; antiga nota dó; profissão (suf.). 14 - Anual; nome de letra (pl.). 15 - Bigorna bifurcada de mareceiros; aderido com cola.

Anal; agás; 15 - Sovina; colado. 10 - Ai; irritas; mo. 11 - Dama; Art; 12 - Era; iscas; ida. 13 - Tã; um; ut; or. 14 - Axl. 5 - Neos; ano; trar. 6 - Dat; ralarant; ra. 7 - Arcas; moras. 8 - Sé; nu. 9 - Clara; lras. 10 - Arca; 1 - Arroj; alacar. 2 - Arns; moia. 3 - Rd; or; ló; a.m.; 4 - Eras; acera; amado. 13 - Remtra; soldado. 14 - Ac; 9 - Tot; anul; supo. 10 - Aló; imo; isor; tal. 11 - Ca; ar; art; rrr; rr; n; 12 - Avara; Oro; rar; mta; un; 5 - Jura; aserr; man. 6 - Os; car; lã; 7 - Cenas; circo. 8 - Am; tor; 11 - Cál; 13 - Basta; o primeiro de todos os números; antiga nota dó; profissão (suf.). 4 -

MUDANÇAS 98 - Plataforma de Dança Contemporânea. Includes names like Cláudia Dias, Maria Lapa, Diniz Sanchez, Maria João Garcia, Bruno Listopad, Aldara Bizarro, Maria Leão.

Plataforma de Dança Contemporânea

Numa organização do ACARTE e com espectáculos marcados para os próximos três dias, sempre às 21.30, realiza-se na Sala das Novas Tendências do Teatro da Comuna o ciclo «Mudanças 98», Plataforma de Dança Contemporânea. Serão os seguintes os espectáculos previstos: amanhã, «E.U. (Entrevistem-me Urgentemente)» de Cláudia Dias e «Crescimentos Lentos» de Marta Lapa; sábado, «Not the End» de Diniz Sanchez, «Mulheres, Paula e Eu» de Maria João Garcia e «Jesus Loves You» de Bruno Listopad; e domingo «Love Series: Ritual de Amor e Morte» de Aldara Bizarro e «Matéria» de Maria Leão. Bilhetes à venda no ACARTE.

XADREZ

DCXLI - 22 DE JANEIRO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998X04 Por: JOHANN NEPOMUK BERGER - 1890. Chessboard diagram showing a game in progress.

SOLUÇÃO DO Nº 1998X04 [J.N.B.] 1. Rh6, Df2; 2. Dd5+, Dg2; 3. Dh5, Rg1; 4. Bc5+, Rf1; 5. Dd1+ e ganha. A. de M. M.

DAMAS

DCXLI - 22 DE JANEIRO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998D04 Por: HENRI CHILAND Secrets et merveilles du Jeu de Dames, Paris, Stock, 1968.

SOLUÇÕES DO Nº 1998D04 [H. Ch.] 1. 14-6, (36x4); 2. 40-34, (30x39); 3. 44x22, (4x43); 4. 45x40 (35x44); 5. 50x48+3, ... (6x49); 4. 50x44 (49x40); 5. 45x34+.



Mostra de Teatro de Almada

Exemplo exuberante da política cultural que se respira no concelho de Almada, está a realizar-se desde o passado dia 16 até 30 do corrente a Mostra de Teatro de Almada que este ano apresenta a sua segunda edição. De acordo com o texto de apresentação da Mostra, pretende-se, mais uma vez, «promover e divulgar a diversidade que, no campo da produção teatral, tem vindo a ser realizada pelos grupos de teatro do concelho. (...) Assim, até ao fim deste evento, os espectadores poderão assistir aos seguintes espectáculos: quinta-feira 22, às 21.30, «Fora dos Eixos», criação colectiva pelo Grupo de Teatro do Clube Recreativo de Instrução Sobredense; sexta-feira e terça-feira, 23 e 27, respectivamente pelas 21.30 e 15 horas, «O Marinheiro» drama em um quadro de Fernando Pessoa pelo grupo A Lente, Teatro de Aumentar; este mesmo grupo levará à cena no sábado 24 às 16 horas «O Principezinho», a partir de Saint-Exupéry; no sábado 24 pelas 21.30 o GITT, Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria apresentará «Junto ao Poço» de Jaime Salazar Sampaio; o grupo Cortina de Fogo estará em foco no domingo 25 pelas 21.30 com a peça «O Teatro» de Emma Santos; a peça «Flores de Sangue» subirá à cena na terça-feira 27 às 21.30 pelo grupo Teatro do Sopro, o qual dois dias depois (quinta-feira 29 às 21.30) apresentará «A Paz Mundial» de Max Naldini; entretanto, na quarta-feira 28 às 21.30, o Grupo de Teatro da Associação Cultural Manuel da Fonseca apresentará uma obra colectiva «Alma de Gente» para tudo terminar, por este ano, na sexta-feira 30, pelas 21.30, com a representação da peça «Como Eu Não Posso» pelo colectivo de teatro O Grupo.

TEATRO

O Teatro de Christoph Marthaller

O destaque, no campo do teatro, vai ainda esta semana para duas representações de um espectáculo teatral que nos chega da Alemanha. «A Hora Zero ou a Arte de Servir» é uma sátira que combina fragmentos de discursos políticos reais (da autoria de políticos reais...) com outros textos originais da pena do encenador e dramaturgo Christoph Marthaller e subirá à cena hoje e amanhã, pelas 21.30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém numa produção da Deutsches Schauspielhaus de Hamburgo trazida ao nosso país pelo CCB e pela Culturgeste. A direcção do espectáculo (que terá legendas em português) é de Christoph Marthaller, o cenário e figurinos de Anna Viebrock, a dramaturgia de Stefanie Carp, o desenho de luzes de Dierk Breimeier e a sonoplastia de Alexander Grasseck.

O Teatro de H. Ibsen em Linda-a-Velha

Numa encenação de Armando Caldas, o Grupo de Tetaro Intervalo apresenta no Auditório Municipal Lourdes Norberto (em Linda-a-Velha) a peça «João Gabriel Borkman», de H. Ibsen, com cenários de António Casimiro e desenho de luzes de João Almeida. As representações têm lugar às sextas-feiras e sábados pelas 21.30.

GINEMA

Um Novo Ciclo na Amascultura

Tem início amanhã no Centro Cultural Malaposta e prolongar-se-á até 17 de Maio (com sessões às sextas-feiras e sábados pelas 21.30 e aos domingos às 15.30) o ciclo de cinema «Os Americanos» do qual serão projectadas 17 obras de alguns dos maiores realizadores norte-americanos. Entre outros filmes, veremos «Viva Zapata» de Elia Kazan, «A

LIVROS

ALVARO CUNHAL As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média 3ª EDIÇÃO Com Apêndice sobre o Prefácio de António Sérgio a Crónica de D. João I CAMINHO colecção universitária

As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média

Agora em 3ª edição, este ensaio de Alvaro Cunhal, cuja primeira versão foi escrita na segunda metade de 1950 e viria pela primeira vez a ser publicada em tradução francesa (Les Cahiers du Centre d'Études et de Recherches Marxistes, nº 56, 1967). Em nota introdutória, o editor recorda que o livro veio a lume pela primeira vez em Portugal após o 25 de Abril, em 1975, na Editorial Estampa, seguindo-se-lhe uma segunda edição na mesma editora, em 1980. A actual edição deste trabalho do dirigente comunista é da responsabilidade da Caminho, que o publica na sua colecção universitária. Para além do interesse, sempre actual, desta análise do declínio do sistema feudal no nosso país, que desemboca na crise e depois na Revolução de 1383-85, o livro apresenta-se hoje com um valioso apêndice sobre o Prefácio de António Sérgio à Crónica de D. João I, além de outros documentos entretanto recuperados e integrados nesta edição.

José Barata Moura Materialismo e Subjectividade Pesquisa em torno de Marx

Materialismo e Subjectividade

Da autoria de José Barata-Moura, este livro que surge com o subtítulo de Estudos em torno de Marx, é lançado pela Editorial Avante!, na sua colecção Problemas do Mundo Contemporâneo. Trata-se de um livro denso e de grande interesse para os estudiosos do marxismo, que integra textos, conforme explica o autor - destacado professor universitário -, que foram sendo escritos e proferidos ao longo de um decénio, entre 1983 e 1992, embora se não apresentem aqui alinhados «ao sabor de marés ocasionais». Apesar da abordagem universitária dos textos, que não os tornam fáceis para o grande público, eis aqui um trabalho raro integrado no esforço de desenvolvimento e estudo do marxismo nos nossos dias.

## ATALHE DE FOICE

### Abortos

A questão do aborto está a agitar de novo os deputados da Nação e, por arrastamento, a imprensa nacional. Os louros cabem uma vez mais à Juventude Socialista que consegue bisar, em curto espaço de tempo, a proeza de concentrar as atenções em torno de um projecto apenas anunciado e que ainda ninguém conhece. Espera-se que desta vez a iniciativa da JS venha a conhecer letra de forma, tanto mais que o PP, pela mão de Maria José Nogueira Pinto, conseguiu encontrar tempo nas suas agitadas águas para dar à luz um projecto cujo objectivo é a definição de «uma personalidade jurídica para o embrião a partir do momento da concepção». A preocupação de Mizé pelos embriões é tocante. Segundo a própria afirma, a proposta é «inovadora», já que coloca a questão «em termos de direitos civis» e abrange, segundo garante, «questões para além do aborto, envolvendo a clonagem ou a manipulação genética».

É caso para dizer que, mais do que inovadora, a proposta é radical. Imagine-se, por exemplo, que um dos tais embriões com direitos civis se malograva porque a potencial mãe, ignorante do facto, tinha decidido ir saracotear o esqueleto para a discoteca. Seria isto crime por negligência?

É claro que sempre se pode encarar a hipótese de os casais portugueses, sempre que... enfim, coisa e tal..., passarem a ir a correr para as farmácias de serviço para fazer o teste de gravidez, mas é duvidoso que as estruturas tenham capacidade de resposta. Até porque, para a medida ser realmente eficaz, havia que logo ali, na presença do farmacêutico, ser lavrado um registo da ocorrência, com determinação precisa da hora e local dos factos, devidamente assinado pelos culpados, perdão, pelos promissores pais, duas testemunhas devidamente identificadas, e com o selo branco do estabelecimento.

As potencialidades abertas pela onda radical da nossa Mizé são imensas. Suponha-se agora que num desses laboratórios onde se faz inseminação artificial alguém mais desajeitado tropeça, lança a mão ao primeiro frasco que encontra e... truz, entorna o embrião-proveta. Será um crime ou um acidente de trabalho? Há que ponderar todas as possibilidades. Enquanto a sucessão de Monteiro está em fase embrionária, talvez Mizé devesse começar a preparar um gabinete de estudos para analisar todas as implicações possíveis da proposta radical, que isto de embriões já se sabe como é, dá-se-lhes personalidade e querem logo advogados, cartão multi-banco, telemóveis, etc., etc.

Por estas e por outras é que as escolas portuguesas estão como estão, e ainda o Grilo - não o falante, mas o mandante - anda com paninhos quentes quanto à disciplina. A Mizé é que não vai nisso, como bem disse na Assembleia da República - aluno mal comportado vai para a rua e se não se emenda, fora da escola com ele -, e repetiu na SIC - a escola não é nenhum recreio e há crianças que não são educáveis - para quem a quis ouvir.

Sim, porque é preciso não confundir as ideias.

Uma coisa são os embriões mais a sua personalidade jurídica, sossegadinhos na barriga das imprecavidas mães. Outra coisa são as crianças, com personalidade própria e exigências várias, a dar dores de cabeça à sociedade. Protejam-se os primeiros e abandonem-se as segundas à sua sorte - eis o conselho lapidar da direita portuguesa.

E depois ainda há quem estranhe que tantos sejam a favor do aborto!

■ Anabela Fino

## Cabos Ávila Trabalhadores vêm hoje a Lisboa

Hoje e amanhã os trabalhadores dos Cabos Ávila manifestam-se frente ao Ministério da Economia, insistindo na substituição de Teresa d'Ávila da administração e na retoma do trabalho.

Na passada terça-feira, no plenário realizado à porta da fábrica, os trabalhadores decidiram dar à administração um prazo, que terminou ontem à noite, para apresentar uma solução para a viabilização da empresa, após o que postar-se-

-iam durante os dias de quinta e sexta-feira frente ao Ministério da Economia.

Em declarações à Lusa, José Brita, presidente do Sindicato das Indústrias Eléctricas, disse que «os trabalhadores continuam a aguardar a nomeação de

uma gerência que assuma as responsabilidades na empresa para retomarem a laboração». Apesar de, para os trabalhadores, estar fora de questão a participação de Teresa d'Ávila na administração, não enjeitam uma solução intermédia que poderá passar pela designação de um gestor por esta administradora.

Os trabalhadores vão manter-se junto e dentro da fábrica, disponíveis para trabalhar,

garantiu José Brita, exigindo que o Governo tome uma atitude «rapidamente para que a situação não se degrade mais».

Entretanto, a notícia divulgada no Diário Económico, que sugeria como «solução» para o conflito a falência da empresa, foi de imediato rejeitada pelos trabalhadores, levando o SIESI a pedir uma audiência ao ministro da Economia no sentido de se inteirar sobre o futuro da empresa.

## Funcionários do INE lutam pela reposição de direitos

Com a transformação do Instituto Nacional de Estatística em instituto público, ocorrida em 1989, os trabalhadores ao seu serviço perderam o estatuto de funcionários da Administração Pública. Passaram assim a reger-se pelo contrato individual de trabalho, deixando de descontar para a Caixa Geral de Aposentações, bem como de estarem a coberto da ADSE.

Na altura, foi prometido, pela Direcção do Instituto

que seria criado um sistema complementar de reforma, através de uma seguradora que lhe garantiria a equiparação ao sistema de Reforma da Caixa Geral de Aposentações.

De facto, o sistema chegou a ser implementado através de um contrato com uma seguradora, sendo ainda criado um seguro de saúde. Contudo, hoje apenas este último se mantém, tendo desaparecido o sistema complementar de reforma.

Por outro lado, no momento da reestruturação do INE, a tabela salarial foi nivelada pela do ICEP, mas passados cerca oito anos, está criado um fosso entre as duas tabelas com claros prejuízos para os funcionários do INE, que se queixam de perdas de 12 por cento.

A Comissão de Trabalhadores do INE, que recentemente expôs estes factos ao Grupo Parlamentar do PCP, manifesta grande preocupação com a perda de direitos

adquiridos, designadamente o sistema complementar de reformas e a degradação dos níveis salariais.

Por outro lado, os trabalhadores afirmam que as condições de salubridade, higiene e segurança no trabalho têm piorado, sublinhando a necessidade de se efectuarem obras nas instalações.

Esta situação mereceu a atenção do Grupo Parlamentar do PCP que recentemente tomou posição sob a forma de requerimento.

## Açores

### Governo «desleixa» Concertação Social

A Organização dos Trabalhadores Comunistas da Ilha de S. Miguel considerou, na segunda-feira passada, em nota à comunicação social, que o Governo Regional está a desleixar a consulta aos parceiros sociais e a decidir unilateralmente, contrariando «flagrantemente» o seu tão «propalado» propósito de «diálogo».

Os comunistas referem-se particularmente ao Conselho Regional de Concertação Social que deixou de ser convocado, não havendo, «apesar dos múltiplos problemas acumulados», qualquer convocação em perspectiva.

«Privilegiando as negociações e consultas bilaterais ou parcelares com os parceiros sociais», o

Governo Regional está a «excluir a audição de alguns (nomeadamente do movimento sindical regional) e a audição conjunta de todos, decidindo e governando em diálogo mitigado, apenas com aqueles que quer e só sobre assuntos que unilateralmente agenda...», acusam.

Uma situação que, sendo por princípio «intolerável»,

tende a empurrar também para posições unilaterais os parceiros que não são ouvidos, «independentemente das consequências que isso possa implicar em termos de estabilidade institucional».

Por fim, os trabalhadores comunistas de S. Miguel alertam para a nova ameaça de despedimento com que os trabalhadores da «A.A. Viagens» estão a ser desde Dezembro confrontados pela administração do Grupo Bensaúde.

Uma coisa é o apregoado «promissor futuro do turismo como mola do desenvolvimento regional», outra aquilo que se faz, diz o PCP sublinhando a actuação dos grupos económicos que, face a quebras conjunturais de lucros, em vez de pensarem na reintegração dos trabalhadores pensam logo em despedimentos.

## Exploração sexual de crianças PCP pede contas ao Governo

Recentemente, foram apresentadas reportagens, nos meios de comunicação social, denunciando a prática de prostituição infantil, violações e produção de filmes pornográficos com crianças entre os oito e os treze anos de idade, identificadas como sendo da Região Autónoma da Madeira, concretamente de Câmara de Lobos.

Face a estas denúncias, para os quais o deputado da CDU Edgar Silva tem feito insistentes alertas, a que o «Avante!»

tem dado eco, o deputado do PCP Luís Sá apresentou um requerimento ao Governo.

No seu requerimento, Luís Sá começa por referir o facto de haver pelo menos sete anos que alguns casos foram divulgados e, inclusive, dados a conhecer à Interpol. Mas «a actuação das autoridades policiais não esteve à altura da gravidade dos factos» e «os responsáveis não foram responsabilizados e punidos». Por outro lado, o Governo Regional «faz declarações no

sentido de desvalorizar ou desmentir o que tantos indícios comprovam».

A gravidade desta situação levou, assim, o deputado comunista a solicitar ao Governo, através do Ministério da Administração Interna e da Justiça, informação sobre «Como avalia a situação em matéria de pedofilia e turismo sexual na Região Autónoma da Madeira» e «Que diligências concretas foram feitas ou foram previstas face à gravidade dos factos referidos».

